



TRIBUNAL
DE CONTAS
DA UNIÃO

SENADO
FEDERAL

CÂMARA
DOS
DEPUTADOS

CONTROLADORIA
GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA
DE
ORÇAMENTO
FEDERAL

Priscilla Teresinha Pyrrho de Souza Silva

**O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Brasília
2012

Priscilla Teresinha Pyrrho de Souza Silva

**O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União
como parte da avaliação do Curso de Especialização em
Orçamento Público.

Orientador: Karlo Eric Galvão Dantas

Brasília

2012

Silva, Priscilla Teresinha Pyrrho de Souza.

O orçamento público como ferramenta de análise de políticas públicas [manuscrito] / Priscilla Teresinha Pyrrho de Souza Silva. -- 2012.

138 f.

Orientador: Karlo Eric Galvão Dantas.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Curso de Orçamento Público, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor); Controladoria-Geral da União, Secretaria de Controle Interno (SFC); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Senado Federal, Universidade do legislativo (Unilegis); Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa (ISC), 2013.

1. Despesa pública, Brasil, análise, 2001-2011. 2. Orçamento público, Brasil. 3. Políticas públicas, Brasil. I. Título.

CDU 336.5(81)

O ORÇAMENTO PÚBLICO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia – Curso de Especialização em Orçamento Público

2º Semestre de 2012

Aluna: Priscilla Teresinha Pyrho de Souza Silva

Banca Examinadora:

Orientador: Karlo Eric Galvão Dantas, Msc.

Examinador: Henrique Cintra Ribeiro, Msc.

Brasília, 23 de novembro de 2012.

Dedico esse trabalho a Deus, uno e trino, razão suprema do meu ser, de quem recebo a fortaleza, a inspiração para o trabalho e tantas graças.

À Nossa Senhora, mãe em todos os momentos da minha vida.

Aos meus queridos sobrinhos, Rodrigo, Dante e Gabriel;
obrigada pelas brincadeiras e risos.

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, por me permitirem nascer, crescer e estudar. Obrigada por sua paciência e por ensinarem-me o valor dos estudos e do trabalho.

Agradeço ao meu amigo e orientador, Karlo Eric, pela parceria no projeto de estudo e incentivo.

Aos demais colegas de trabalho da Câmara dos Deputados, pela amizade.

*Nada te perturbe / Nada te assuste
Tudo passa / Deus não muda
A paciência tudo alcança / Quem a Deus tem
Nada lhe falta. / Só Deus basta."
(Sta Teresa de Jesus)*

Resumo

O trabalho apresentado é uma pesquisa exploratória que propõe utilizar o orçamento público para analisar políticas públicas, agrupadas pelos setores de atuação do governo conforme classificação funcional estabelecida na Portaria MP nº 42/99. Trata-se de um estudo de caso dos orçamentos federais, com o objetivo de analisar a evolução das despesas públicas no período entre 2001 e 2011. A fonte de dados é o Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga Brasil), desenvolvido pelo Senado Federal e disponível ao público na *internet*. Espera-se verificar com a análise a existência de preferências alocativas de funções e subfunções e a diferença entre o orçamento fixado e a execução no período proposto. O texto foi estruturado em cinco capítulos. No primeiro, são apresentados o objeto, os objetivos e a justificativa. No segundo, são levantados conceitos para nivelamento da linguagem orçamentária e de políticas públicas além de contextualização desses temas e da tecnologia da informação aplicada no setor público para gestão e transparência. No terceiro é explicado o método de estudo. No quarto é apresentada a análise dos dados. O quinto capítulo foi destinado às considerações finais – pressupostos, objetivos alcançados e recomendações de pesquisas futuras. Por fim, encontram-se as referências e os apêndices.

Palavras-Chave: despesa pública, orçamento público, política pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Objeto	1
1.2	Objetivos.....	1
1.3	Justificativa	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1	Administração Pública Brasileira	4
2.2	Despesa Pública	7
2.3	Políticas Públicas	15
2.4	Tecnologia da Informação (TI) aplicada ao setor público.....	20
2.5	Conclusões do referencial teórico.....	22
3	MÉTODO.....	23
3.1	Identificação	23
3.2	Ajuste de dados segundo deflator	23
3.3	Alteração da classificação funcional	24
3.4	Procedimentos.....	24
4	ANÁLISE.....	27
4.1	Evolução geral das variáveis	27
4.2	Evolução das funções	30
4.3	Composição das funções.....	70
4.4	Comparação com o PIB	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
5.1	Pressupostos.....	94
5.2	Alcance dos objetivos	95
5.3	Sugestão para pesquisas futuras.....	98
6	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	105
	APÊNDICE B – IPCA APLICADO	108

APÊNDICE C - PIB	110
APÊNDICE D – COMPOSIÇÃO DAS FUNÇÕES	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Execução Orçamentária União - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA	27
Gráfico 2- Comparação RP Inscrito e RP Pago - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA	30
Gráfico 3- Dotação inicial por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	32
Gráfico 4 - Dotação inicial por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	32
Gráfico 5 - Dotação inicial por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	33
Gráfico 6 - Autorizado por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	36
Gráfico 7 - Autorizado por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	36
Gráfico 8 - Autorizado por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão) ..	37
Gráfico 9 - Créditos Suplementares por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	40
Gráfico 10 - Créditos Suplementares por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	40
Gráfico 11 - Créditos Suplementares por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	41
Gráfico 12- Créditos Especiais por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	44
Gráfico 13 - Créditos Especiais por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	44
Gráfico 14 - Créditos Especiais por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	45
Gráfico 15 - Créditos Extraordinários por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	49
Gráfico 16 Créditos Extraordinários por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	49
Gráfico 17 - Créditos Extraordinários por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	50
Gráfico 18- Empenhado por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	54
Gráfico 19 - Empenhado por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	54

Gráfico 20 - Empenhado por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	55
Gráfico 21 - Pago por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	58
Gráfico 22 - Pago por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	58
Gráfico 23 - Pago por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)..	59
Gráfico 24 - RP Inscrito por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	63
Gráfico 25 - RP Inscrito por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	63
Gráfico 26 - RP Inscrito por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)..	64
Gráfico 27 - RP Pago por função - todas as funções - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	67
Gráfico 28 - RP Pago por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas e Reserva de Contingências - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	67
Gráfico 29 - RP Pago por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)..	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução Orçamentária União - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	27
Tabela 2 - Comparação Empenhado e Pago - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	28
Tabela 3- Composição da Execução orçamentária - 2001 a 2011.....	29
Tabela 4 – Comparação RP Inscrito e RP Pago - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	29
Tabela 5 - Dotação inicial por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	31
Tabela 6 – Participação das funções no valor anual da variável Dotação Inicial.....	33
Tabela 7 – Autorizado por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	35
Tabela 8 - Participação das funções no valor anual da variável Autorizado.....	37
Tabela 9 - Créditos Suplementares por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	39
Tabela 10 - Participação das funções no valor anual da variável Créditos Suplementares.....	41
Tabela 11 - Créditos Especiais por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	43
Tabela 12 - Participação das funções no valor anual da variável Créditos Especiais	46
Tabela 13 - Créditos Extraordinários por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	48
Tabela 14 - Participação das funções no valor anual da variável Créditos Extraordinários	51
Tabela 15 - Empenhado por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	53
Tabela 16 - Participação das funções no valor anual da variável Empenhado.....	55
Tabela 17 - Pago por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)	57
Tabela 18 - Participação das funções no valor anual da variável Pago.....	59
Tabela 19 - Relação Pago/Empenhado - 2001 a 2011	61
Tabela 20 - Resto a Pagar inscrito por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	62
Tabela 21 - Participação das funções no valor anual da variável RP Inscrito.....	64
Tabela 22 - Resto a Pagar Pago por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão).....	66
Tabela 23 - Participação das funções no valor anual da variável Resto a Pagar Pago.....	68
Tabela 24 – Relação RP Inscrito/RP Pago - 2001 a 2011	70
Tabela 25 – Evolução percentual das variáveis – 2001-2011	77
Tabela 26 – Evolução percentual das funções na variável Dotação Inicial – 2001-2011	79
Tabela 27 - Evolução percentual das funções na variável Autorizado– 2001-2011	80
Tabela 28 - Evolução percentual das funções na variável Créditos Suplementares – 2001-2011	82
Tabela 29 - Evolução percentual das funções na variável Créditos Especiais– 2001-2011	84
Tabela 30 - Evolução percentual das funções na variável Créditos Extraordinários – 2001-2011	86
Tabela 31 - Evolução percentual das funções na variável Empenhado – 2001-2011	87
Tabela 32 - Evolução percentual das funções na variável Pago – 2001-2011	89
Tabela 33 - Evolução percentual das funções na variável RP Inscrito – 2001-2011	90

Tabela 34 - Evolução percentual das funções na variável RP Pago – 2001-2011.....	92
Tabela 35 - Comparação da variação percentual das funções e do PIB - acumulado 2001-2011.	93

LISTA DE SIGLAS

CD – Câmara dos Deputados

Conorf - Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Imprensa Nacional

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

MF – Ministério da Fazenda

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTO – Manual Técnico do Orçamento

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

Prodasen - Secretaria Especial de Informática (antigo Processamento de Dados do Senado Federal)

RP – Resto a Pagar

Selor - Sistema de Elaboração Orçamentária

Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados

Siafi – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

Sigplan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Siop – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TEP - Teoria das Escolhas Públicas

TI – Tecnologia da Informação

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objeto

De grande importância para as sociedades contemporâneas, o orçamento público é uma ferramenta que codifica em valores as escolhas alocativas, consequência de um processo de negociação entre os poderes constituídos. Não obstante, parece pouco utilizado para avaliação dessas escolhas de distribuição entre as políticas públicas. Nos recentes estudos sistemáticos dessas políticas, os métodos de avaliação a partir do orçamento ainda são raros. Esse trabalho é uma proposta de utilização de dados orçamentários para estudos delas. Aplicando um corte temporal a partir de 2001, é possível realizar um estudo comparado das preferências alocativas em políticas públicas do governo federal brasileiro e responder à seguinte questão: Qual é a evolução das despesas públicas federais por área de políticas públicas no Brasil, entre 2001 a 2011?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral:

Analisar a evolução das despesas públicas federais por área de políticas públicas no Brasil, entre 2001 a 2011.

1.2.2 Objetivos específicos:

- 1º - Apresentar o orçamento como ferramenta para análise de planejamento e execução de políticas públicas;
- 2º - Destacar o papel do sistema Siga Brasil como canal de divulgação de dados orçamentários e fonte de pesquisas técnico-científicas;
- 3º - Identificar a existência de setores mais ou menos beneficiados na distribuição de recursos e na execução orçamentária.

1.3 Justificativa

Com a linha de pesquisa proposta, busca-se estudar o orçamento, não no seu aspecto jurídico ou contábil, mas como documento - cada vez mais acessível pelos avanços

tecnológicos a gestores, fiscais, parlamentares, pesquisadores, representantes de movimentos sociais e cidadãos comuns – rico em dados para a verificação quantitativa do status de execução de políticas públicas.

Nesse sentido, Correia Neto (2008) resume a finalidade das pesquisas orçamentárias: “Ao estudar o orçamento, estamos (re)pensando o próprio sentido do Estado: as expectativas que ele incorpora e os limites que o vinculam” (op. cit. p. 8). A razão de se realizar um estudo sistêmico e multidisciplinar sobre políticas públicas pode ser compreendida nas palavras de Souza:

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que (sic) qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 25)

Apesar da importância do assunto, poucas análises têm sido desenvolvidas no Brasil, como confirma Faria (2003):

No Brasil, porém, apesar do boom das duas últimas décadas, o campo da análise de políticas públicas ainda é bastante incipiente, padecendo de grande fragmentação organizacional e temática e tendo uma institucionalização ainda precária (MELO, 1999). Esse caráter incipiente é comprovado, por exemplo, pelo fato de qualquer exame da produção brasileira recente evidenciar a quase inexistência de análises mais sistemáticas acerca dos processos de implementação. A notória carência de estudos dedicados aos processos e às metodologias de avaliação de políticas, contudo, deve também ser tributada à escassa utilização da avaliação, como instrumento de gestão, pelo setor público do país nos três níveis de governo. Tais pontos sugerem, ainda, que esse campo de análise no Brasil permanece, em larga medida, magnetizado pelos processos decisórios. Porém, a escassez de estudos “pós-decisão” parece explicada não apenas pela frágil institucionalização da área no Brasil, que faz com que a análise das políticas públicas continue gravitando na órbita das questões analíticas mais tradicionalmente valorizadas pela ciência política, mas também pela debilidade do campo de estudos da administração pública no país. (FARIA, 2003, p. 22)

Mostraram-se compatíveis com o desafio de suprir a lacuna por análises sistemáticas as pesquisas de Farias (2009) e Heerd (2010). A primeira estudou a evolução das despesas orçamentárias no município de Florianópolis entre 2003 e 2008, com o enfoque nos setores de atuação do governo, enquanto a segunda estudou a evolução das despesas orçamentárias no

município de São Paulo no período de 2005 a 2009. Ambas foram orientadas pelo professor Dr. Orion Augusto Platt Neto, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Não se pretende esgotar tal carência na presente pesquisa. Todavia, a partir de dados levantados no Siga Brasil, que por sua vez, extrai dados do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), será possível apresentar graficamente a evolução de despesas públicas federais, segundo a classificação funcional estabelecida na Portaria MPO nº 42/1999, por motivos apresentados posteriormente, no período de 2001 a 2011. Será o ponto de partida, pelo referencial teórico e levantamento de dados, para aprofundamento em pesquisas posteriores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o referencial teórico, são tomados eixos básicos a partir do contexto histórico e institucional no qual o orçamento público brasileiro está inserido. O primeiro é a Administração Pública, sujeito do processo de orçamentação, agente decisória e implementadora de políticas públicas e usuária das informações obtidas pela análise orçamentária. O segundo eixo é a Despesa Pública, com conceitos, histórico, normas e processos de planejamento e execução. O terceiro eixo é a Política Pública, conceito, correntes teóricas e avaliação. O quarto eixo é a Tecnologia da Informação aplicada no Setor Público, em especial sistemas corporativos. Por fim, são feitas conclusões sobre o referencial.

2.1 Administração Pública Brasileira

2.1.1 Conceitos

O Brasil é um Estado Republicano Federativo que congrega entes federativos – União, 26 Estados-membros, 1 Distrito Federal (DF) e 5.565 Municípios (IBGE, 2010). Cada ente possui autonomia administrativa e se organiza em esfera de poderes (executivo, legislativo e judiciário, para União, Estados e DF e executivo e legislativo para Municípios). União, DF e Estados possuem ainda Ministério Público. O federalismo no Brasil tem implicações no resultado desse trabalho, pois a Constituição da República estabeleceu competências distintas a cada esfera de governo, que serão apresentadas no item 2.1.2.

Por Governo entende-se que “tanto é uma estrutura organizacional que envolve os poderes do Estado, como é uma função, a que dirige e administra o conjunto de órgãos que o compõem” (NOGUEIRA, 2006, p.24). A forma de governo no Brasil é o presidencialismo, sendo que o chefe de governo dos entes (Presidente na União, Governadores nos Estados e DF e Prefeitos no Municípios) são eleitos democraticamente pelos cidadãos com mandatos fixos, permitida a reeleição para segundo mandato, no período de 4 anos.

O Estado, com seus três poderes clássicos, distinguiu três funções: administrativa, legislativa e judicante. Cada uma é exercida precipuamente, mas não exclusivamente, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente. Por Administração Pública, compreende-se o conjunto das organizações que assumem a função administrativa, não somente no Poder Executivo, no qual ela é predominante, mas também nos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

A partir desse entendimento é que o Orçamento Público pode ser inserido tanto na função administrativa - como ferramenta de planejamento, gestão e controle administrativos – como na função legislativa – produto de um processo legislativo em que cabe ao Poder Executivo a iniciativa, a promulgação e a publicação das leis orçamentárias e ao Poder Legislativo a apreciação, revisão e fiscalização de cumprimento delas.

2.1.2 Competências constitucionais da União

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) distribuiu competências entre as esferas de governo. Segundo o artigo 21, cabe à União:

- I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- II - declarar a guerra e celebrar a paz;
- III - assegurar a defesa nacional;
- IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;
- VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- VII - emitir moeda;
- VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
- IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
- XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95)
- XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
 - a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95)
 - b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
 - c) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;
 - d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
 - e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
 - f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;
- XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;
- XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência

financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa. (BRASIL, 1988)

A Constituição também estabeleceu competência aos municípios, no artigo 30. Aos Estados cabem a exploração dos serviços previstos no artigo 25 e o que não foi designado aos outros entes. Por fim, há competências comuns para União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dispostas no artigo 23:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988)

A distribuição de competências na Constituição tem impacto orçamentário na medida em que se relaciona às políticas públicas conduzidas pelos governos e à destinação dos recursos orçamentários, segundo as classificações estabelecidas por normas.

2.2 Despesa Pública

2.2.1 Conceitos e finalidades

Evidência da multidisciplinaridade do tema Orçamento Público é a existência de diversos conceitos para o termo, não apenas por conta de divergências de autores ou correntes teóricas, mas especialmente devido aos diversos contextos em que ele é tratado. A constatação de que há múltiplas finalidades para o orçamento e diversos conceitos decorrentes delas é importante para evitar disputas semânticas e embates entre campos de conhecimento. Correia Neto (2008) sintetizou:

[para o termo orçamento] podemos apontar pelo menos sete acepções: (1) qualquer previsão de receitas e despesas (certas); (2) previsão de despesas a cobrir com receitas incertas; (3) cada um dos níveis ou veículos do processo de positivação orçamentário; (4) documento contábil; (5) diploma normativo (texto); (6) norma jurídica, e, finalmente, (7) Lei Orçamentária Anual. (...) podemos apontar, pelo menos, seis significados diversos para o termo [gasto público ou despesa pública]: (1) o veículo normativo referente à totalidade de dispêndios estatais, em sentido global; (2) cada um dos veículos normativos que tenham por objeto dispêndios estatais, em seus diversos níveis de positivação, e o conteúdo dessas normas, seja este (3) os dispêndios globais ou (4) os dispêndios individualizados; (5) o documento que registra o pagamento e (6) o ato concreto de pagar. (CORREIA NETO, 2008, pp. 28-29)

Percebendo que as finalidades do orçamento se acumularam ao longo do tempo, Giacomoni (2005, p. 64) atribui ao orçamento versões tradicional e moderna. Na versão tradicional, o orçamento é um controle contábil-jurídico do poder Legislativo sobre as disponibilidades advindas de tributos e suas aplicações. Nesse contexto, marcado pela teoria clássica econômica segundo a qual o Estado assume poucas atribuições sociais, o orçamento é chamada de Lei de Meios, pois nele é demonstrado com o quê o governo gasta. Na versão moderna, o orçamento é uma ferramenta gerencial para a administração pública de sociedades que cobram mais atribuições e serviços públicos. Por isso, foi expandida e, em consequência, tem impacto macroeconômico. Então, o orçamento integra-se ao planejamento, porque traduz prioridades e estratégias de alcance de objetivos em ações que demandam dinheiro para serem concretizadas. No decurso da gestão, eventualidades poderão ocorrer e o orçamento precisará ser revisto segundo novas prioridades. As escolhas públicas são mais bem percebidas não na natureza dos gastos (meios), mas em níveis de agregação segundo áreas temáticas. Ficam claros os enfoques da Administração e da Economia nessa etapa.

A despesa pública não é em si mesma um fim; é meio (jurídico) para a concretização das finalidades atribuídas ao Estado. O que não é lícito é o gasto ser realizado fora da meta imposta. (CORREIA NETO, 2008: p.34)

Morgado (2011) define orçamento como sendo “um plano financeiro de uma Administração, por meio do qual, para um período determinado de tempo, são previstas suas receitas e fixadas as correspondentes despesas” (op. cit., p.5). Adiante, acrescenta as múltiplas finalidades do instrumento:

Contabilmente, pode ser utilizado para calcular os valores auferidos ou despendidos em diversas classes de valores. Como instrumento do planejamento e administração (sic), permite que se projetem os gastos necessários a um determinado período de tempo. Possui função econômica, como instrumento de realização da política fiscal do governo. Por fim, possui importante função de controle, já que a peça orçamentária é instrumento de autorização de gastos e permite a análise da conformidade legal das despesas autorizadas. (MORGADO, 2011, p.5)

Com uma visão similar a Morgado, Julião Jr. (2011b, p.11) identifica o orçamento às funções administrativa, econômica e institucional. Pela primeira, o orçamento é instrumento de “previsão e controle da atividade econômica financeira pública”. Pela segunda, o orçamento é um arranjo no qual se busca a “alocação eficiente dos recursos, a redistribuição

equitativa da renda e a estabilização econômica”. Por fim, pela terceira, o orçamento é o produto da “resolução de conflitos que surgem no processo de negociação orçamentária.” Portanto, de modo geral, o orçamento é conceituado segundo sua função, seja de controle das ações do Estado pela sociedade, ou, mais originalmente, das ações do governante pelos parlamentares, seja de instrumento gerencial, segundo uma concepção mais moderna. Há que se alertar que em cada país ou mesmo esfera de governo, a evolução se deu a passos distintos. Portanto, alguns deles possuem orçamentos ditos modernos enquanto em outros prevalece a configuração tradicional.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) estabelece no artigo 165 três instrumentos orçamentários: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cada qual com sua composição e finalidade, mas integrados entre si. Já no artigo 166, é fixado em detalhes um trâmite próprio do projeto de lei orçamentária, cuja iniciativa cabe ao poder Executivo e discussão, alteração e aprovação ao Legislativo. Por fim, no artigo 167 estão dispostos limites e vedações e no artigo 169, medidas para contenção com despesas de pessoal.

2.2.2 Classificações

Morgado (2011) esclarece a importância das classificações orçamentárias:

Cada classificação é uma lista de códigos e seus significados, por meio da qual os diversos itens de receitas e despesas são agregados em classes semelhantes. De acordo com os critérios utilizados, torna-se possível a criação de diversos tipos de classificações, cada uma apropriada para determinado tipo de análise. (MORGADO, 2011, p. 5)

A seguir, serão comentadas as diversas classificações das despesas orçamentárias apresentadas no Manual Técnico do Orçamento (MPOG, 2011a), elaborado pela Secretaria do Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elas são aplicáveis às três esferas de poder, aos três níveis de governo, à administração direta e à parte da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista que dependem de recursos orçamentários para manutenção das atividades operacionais).

a) Esfera orçamentária

Segundo estabeleceu a Constituição (BRASIL, 1988), o orçamento público é dividido nas esferas fiscal, de seguridade social e de investimentos das empresas estatais. No governo

federal, em vez de fazer documentos separados para cada esfera, optou-se por separar as despesas com código específico: 1, 2 e 3, respectivamente e unir no mesmo documento os orçamentos fiscal e de seguridade.

b) Classificação Institucional

Essa classificação responde à pergunta: Quem realizará a despesa? O nível mais detalhado é de unidades orçamentárias, agrupadas em órgãos. No orçamento, o código que a representa tem 5 dígitos, sendo os dois primeiros para o órgão e os três últimos para a unidade. Além desses níveis, foi estabelecido no Siafi o nível de unidade gestora, ainda mais detalhado que a unidade orçamentária, formada por seis dígitos. A classificação institucional identifica a forma de organização, sendo dinâmica para criar ou extinguir unidades e órgãos, a critério da Administração Pública.

c) Classificação Econômica

Corresponde à identificação das despesas segundo a categoria econômica, a natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e o subelemento de despesa:

c.1) categoria econômica (1 dígito) – divide as despesas em corrente e de capital. As primeiras são as necessárias para manutenção cotidiana da máquina administrativa; já as segundas visam à expansão dessa máquina, com a “formação ou aquisição de bem de capital” (MPOG, 2011a, p.48);

c.2) grupo de natureza de despesa (1 dígito) – é extensão da categoria econômica. Entre as despesas correntes estão: (i) as de pessoal e encargos sociais, (ii) as de juros e encargos da dívida, e (iii) outras despesas. As despesas de capital são: (iv) investimentos; (v) inversão financeira; e (vi) amortização da dívida.

c.3) modalidade de aplicação (2 dígitos) – identifica a forma como os recursos serão executados, se diretamente ou indiretamente por outros níveis de governo ou ainda pela iniciativa privada, consórcios, instituições multigovernamentais ou entidades estrangeiras.

c.4) elemento de despesa (2 dígitos) – é a discriminação da despesa por tipo de gasto, por exemplo, diárias, material de consumo, locação de mão-de-obra, entre outros.

c.5) subelemento de despesa (2 dígitos) – é o detalhamento do nível anterior. Por exemplo, entre os materiais de consumo, a despesa pode ser de uso laboratorial, de manutenção de bens móveis, de expediente, entre outros.

d) Iduso

Visa identificar despesas conforme sejam relacionadas ou não à contrapartida de empréstimos ou doações obtidas. É um código de 1 dígito.

e) Idoc

Com 4 dígitos, identifica qual a operação de crédito financia a despesa. O código “9999” serve para despesas que não são derivadas de empréstimos ou doações.

f) Fonte de receita

Serve para identificar despesas vinculadas a sua fonte de financiamento, como por exemplo contribuições que têm destinação própria atribuída por lei.

g) Classificação Funcional

A classificação funcional indica a qual área de atuação do governo a despesa se refere. Também é uma forma de observar a finalidade da despesa. Foi concebida como uma matriz formada por 5 dígitos, sendo os dois primeiros para a função e os três últimos para subfunção. A função “reflete a competência institucional do órgão” (MPOG, 2011a). Para evitar distorções, foi criada uma função chamada “Encargos especiais”, para despesas como sentenças judiciais, dívida interna e externa, cota financeira para organismos internacionais. A subfunção representa a área de atuação propriamente dita e por isso pode ser executada por mais de um órgão. Por isso, embora sejam apresentadas na Portaria nº 42/1999 (veja quadro do Apêndice A) como relacionados a alguma função, as subfunções são intercambiáveis a outras funções. Como informado na metodologia, a portaria foi alterada três vezes: em 2007, 2008 e 2011 (MPOG, 2007, 2008, 2011b).

A partir da explicação de Giacomoni (2005), pode-se perceber quão importante a classificação funcional é.

Quais os montantes de recursos aplicados nas áreas de Educação, Saúde, Transportes etc.? As aplicações dos Municípios no Ensino Fundamental vêm crescendo? Em que proporção? A finalidade principal da classificação funcional é fornecer as bases para a apresentação de dados e estatísticas sobre os gastos públicos nos principais segmentos em que atuam as organizações do Estado. De acordo com Burkhead, a ‘classificação funcional pode ser chamada *classificação para os cidadãos*, uma vez que proporciona informações gerais sobre as operações do Governo, que podem ser apresentadas em uma espécie de *orçamento resumido*’. (GIACOMONI, 2005, p. 98)

De fato, a classificação atual é uma evolução histórica do esforço do governo a partir de 1933. Como demonstrou Giacomoni (op. cit.), passou dos iniciais 7 títulos de despesas (Decreto-Lei 23150/1933), passando a 10 tipos de “serviços” e 10 “subserviços” (Decreto-Lei 1804/1939), depois a 10 funções (Lei 4320/1964), em seguida para 16 funções dispostas em classificação funcional-programática (Portaria MP 9/1974), e, por fim, para as atuais 28 funções e 111 subfunções (Portaria MP 42/1999 e alterações).

h) Classificação Programática

Um programa pode ser entendido como um conjunto de ações de governo agrupadas de forma estratégica para se atingir um objetivo. Até 2011 (o novo modelo do PPA 2012-2015 mudou a lógica, mas não repercutiu nessa pesquisa, cujo escopo é 2001 a 2011), os programas estavam contidos no PPA e podiam ser temáticos ou de gestão, manutenção e serviços ao Estado. As ações de governo podem ser: i. projetos – que visam a um resultado final, têm tempo delimitado e melhoram ou expandem a capacidade do governo -; ii. atividades – relacionadas a um serviço público, de caráter continuado e que mantêm a capacidade de atuação do governo - e iii. operações especiais – não relacionadas a serviços ou resultados e não influenciam a capacidade de atuação do governo.

Ainda que a classificação programática identifique as políticas públicas, dispostas segundo metas, ações e orçamento, o rearranjo periódico dos programas, que nem sempre acompanham mudanças expressivas nas políticas, dificultam a comparação de períodos que extrapolem um PPA.

2.2.3 Estágios da despesa

A Lei 4.320 (BRASIL, 1964) identifica 3 estágios da execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Recentemente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), adicionou a essa classificação tradicional outros relacionados à fase anterior de planejamento, que já eram cumpridos, o que amplia a visão da despesa e põe em relevo as etapas de orçamentação. Para essa pesquisa, a divisão que será adotada é a da STN (BRASIL, 2011b).

a) Planejamento

a.1) Fixação da despesa - é o estabelecimento de créditos orçamentários. O total das despesas equivale ao total de receitas. Nessa fase, a despesa é limitada nos montantes arrecadados e nas disposições do PPA e da LDO.

Créditos orçamentários são tanto os originalmente contidos na LOA aprovada como os créditos adicionais, que podem ser de três tipos, recepcionados pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) – artigos 62, 99 e 165 a 168 – e especificados na Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964):

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a refôrço (sic) de dotação orçamentária;
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito (sic) autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito (sic) a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles (sic) dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde fôr (sic) possível. (grifo nosso)

a.2) Descentralização de créditos orçamentários - é a movimentação da dotação orçamentária (e posteriormente dos recursos financeiros correspondentes) para outra unidade administrativa que efetivará o gasto, pertencente ou não ao mesmo órgão da unidade de origem, chamando-se provisão ou destaque, respectivamente. Não haverá modificação na classificação da rubrica e a unidade de origem do crédito continuará responsável pela prestação de contas da despesa

descentralizada. Não representará modificação no orçamento aprovado, pois não é um crédito adicional. Não é um estágio obrigatório a todas as despesas, mas aplicável conforme critério de conveniência e oportunidade da administração.

a.3) Programação orçamentária e financeira – é a distribuição para as etapas seguintes de despesas segundo fluxo financeiro do exercício (ingressos e dispêndios). Para evitar novos compromissos sem disponibilidade de caixa e aumento da dívida, é preparado cronograma de desembolso e poderá ser estabelecido limite de empenho e de movimentação financeira para as unidades.

a.4) Processo de licitação e contratação – é o processo formal para a administração pública adquirir bens e serviços de fornecedores. Na prática, esse estágio é longo e antes de seu término já começa a execução da despesa, pois o contrato deve incluir a nota de empenho com a reserva do recurso orçamentário para assumir o compromisso.

b) Execução

b.1) Empenho – segundo conceito do art. 58 da Lei 4.320 (BRASIL, 1964), “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. Nos artigos 59 a 61 é imposta a obrigatoriedade do empenho às despesas, sob a forma documental de nota de empenho, cuja emissão está condicionada à existência de disponibilidade de crédito orçamentário concedido. O empenho poderá ser ordinário, global ou por estimativa, caso o montante reservado seja pago em parcela única, em prestações (para montantes conhecidos) ou incerto (montante final desconhecido).

b.2) Liquidação – é o que o artigo 63 da Lei 4320 (*op. cit.*) especifica: “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”, apurando o objeto da obrigação, o montante a ser pago, o credor, o contrato e a nota de empenho relacionados e os comprovantes de entrega ou de prestação do bem ou serviço.

b.3) Pagamento – é a autorização pelo ordenador de despesa e entrega de ordem bancária emitida por setor de tesouraria ou similar.

2.3 Políticas Públicas

2.3.1 Histórico e conceito

A disciplina de Políticas Públicas passou por mudanças históricas de escopo. No início, concentrada na Europa, os estudos voltavam-se para o papel do Estado e suas instituições. Mas foi nos Estados Unidos que se passou a examinar as atividades dos governos enquanto decisões racionais para determinado objetivo. A visão racional das escolhas públicas foi impulsionada pela tecnocracia emergente e começou a ser ferramenta das decisões de governo no período da Guerra Fria. Iniciada no setor militar, pressupõe a “aplicação de métodos científicos às decisões do governo sobre problemas públicos” (SOUZA, 2006, p.23) e foi disseminada para outros setores do governo.

Em ensaio, Faria (2003) resgata as origens do tema Políticas Públicas nas Ciências Políticas, como sendo resultado de tomadas de decisões. Por isso, o foco era na sua formação, no processo. A partir dos anos 1980 estudos diversos mostram a caducidade de modelos tradicionais no contexto recente de alta complexidade. Múltiplas teorias foram desenvolvidas e classificadas, segundo Peter John (1999 *apud* FARIA, 2003, p. 22), em: a) institucional; b) relacionadas aos grupos e às redes sociais; c) relacionadas aos condicionantes sociais e econômicos; d) teoria da escolha racional e) relacionadas ao “papel das idéias e do conhecimento”.

Souza (op. cit, p. 26) percebe a organicidade do tema e lança um conceito próprio: “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. E explica:

“A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (...) Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (op. cit., p.26).

Ela adota a tipologia de Theodor Lowi (1964; 1972, *apud* SOUZA, op. cit., p. 28), pela qual as políticas podem ser **distributivas** (benefício de grupos ou regiões, sem impacto necessário sobre o todo), **regulatórias** (no âmbito burocrático e político), **redistributivas** (prejuízo a grupos de forma concreta e no curto prazo, em vista a ganhos futuros incertos pretensamente universais) e **constitutivas** (procedimentais). Cada tipo obtém diferenciadamente apoios e objeções e, por isso, flui peculiarmente no sistema político. Outro prisma para compreender política pública é o de um ciclo que envolve os estágios de

definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Por fim, Souza resume as características fundamentais das políticas públicas:

- (...) permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- (...) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- (...) é abrangente e não se limita a leis e regras.
- (...) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- (...) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- (...) envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, op. cit., p. 36-37)

Na visão mais formalista de Santa Helena (2009), as políticas públicas são aquelas estabelecidas em normas legais, num conflito entre generalidade e abstração do instrumento e especialidade e concretude dos objetivos aos quais as políticas visam alcançar. Isso se deve à origem de direitos por essas normas que precisam ter os sujeitos identificáveis.

Nesse sentido, as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro sofreram e têm sentido impacto com a introdução do fator orçamentário-financeiro como pressuposto para sua formulação e implementação. No passado, o controle se cingia à última etapa, implementação – como se dizia, “na boca do caixa” –, por meio de restrições no desembolso ou pagamento dos compromissos já assumidos pelo Estado, fato que gerava passivos a descoberto, muitas vezes só reconhecidos a longo prazo. O processo orçamentário era visto como simples homologador de decisões já adotadas. O regime da responsabilidade fiscal, implantado a partir do início deste século, veio a transformar tal cultura político-administrativa, ainda que muita resistência se faça presente no âmbito da administração e do próprio Legislativo, acostumados a antes agirem para atingirem um fim e depois buscarem os meios para satisfazerem seu custo. (SANTA HELENA, 2009, pp. 50-51)

Julião Jr. (2011a) apresenta outra classificação de políticas públicas segundo a finalidade econômica delas e reunidas em dois grupos maiores: políticas instrumentais (ex.: monetária, fiscal, cambial, regulatória, trabalhista) e políticas setoriais (ex.: agrícola, industrial, serviços, exterior). Na peça orçamentária, a classificação funcional pode, em maior ou menor detalhe, identificar os recursos previstos e executados nas políticas setoriais, embora o Estado possa fomentá-las com recursos extra-orçamentários, como financiamentos de bancos públicos, patrocínios de empresas públicas ou incentivos fiscais. Já as políticas instrumentais podem ser parcialmente custeadas pelo orçamento, particularmente com despesas administrativas dos órgãos competentes para desenhá-las. Em termos agregados, o

orçamento é o instrumento de política fiscal, no qual são impressas os níveis de tributos, de despesas públicas, de endividamento e de resultados primário e nominal. Portanto, o orçamento é uma ferramenta de análise das políticas instrumentais ou setoriais a ser utilizada em conjunto com outras, conforme cada propósito de análise demandado.

Em outros termos, a relação entre política pública e orçamento é evidente: a “formulação de políticas públicas formaliza-se pela legislação, mas se materializa, em regra, sob a forma de despesas públicas, cujas fontes de financiamento – receita pública – devem ser quantificadas e identificadas”. (CD, 2011a, p.174). Definir em qual ação os recursos serão alocados é um dilema para políticos e gestores públicos, relacionado necessariamente, segundo Santa Helena (2009, p. 27), “à justiça distributiva e ao permanente conflito subjacente à vida em sociedade, onde os recursos escassos são diuturnamente requisitados para fazer frente às inesgotáveis necessidades individuais e coletivas”. Torna-se uma equação muito complexa e dinâmica, por incluir diversos agentes, demandas inúmeras – e por vezes conflitantes -, resistência ao aumento de tributos e aspectos políticos, culturais e econômicos variáveis a cada sociedade e época.

2.3.2 Incrementalismo

Para Souza (2006), o orçamento é uma distribuição de recursos com base em decisões marginais e cumulativas ou incrementais de um período para outro. Antepõe-se à proposta de orçamento base-zero, que busca discutir o orçamento por inteiro periodicamente. A primeira constata uma realidade que a segunda procura resolver: a manutenção de recursos reservados para estruturas governamentais ou ações de governo defasadas com a realidade.

Essa corrente teórica tem importância porque explica a relação entre decisões passadas e futuras e a considerável, porém variável, limitação da capacidade dos governos de assumirem novas políticas públicas ou adaptarem mais rapidamente as políticas existentes.

2.3.3 Teoria neo-institucional

Segundo Souza (2006),

não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições. (...) A contribuição do neo-institucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da

formulação de políticas públicas. Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, embora as instituições sozinhas não façam todos os papéis - há também interesses, como nos diz a teoria da escolha racional, idéias, como enfatizam o institucionalismo histórico e o estrutural, e a história, como afirma o institucionalismo histórico. (SOUZA, op. cit., p. 36-37)

É possível perceber um contexto, um ambiente no qual os agentes se reúnem ou se confrontam para apoiarem-nas, modificá-las ou extingui-las. Esse ambiente possui regras anteriores, sejam elas formais ou informais, chamadas instituições, que condicionam esses agentes. A teoria neo-institucional é relevante para a investigação das causas para a distribuição de recursos orçamentários, sua manutenção ou alteração de um período para outro.

2.3.4 Teoria das Escolhas Públicas (TEP)

É uma abordagem racionalista das decisões políticas. Pelo método derivado da Economia, conhecido como individualismo metodológico, o político age em um mercado específico, porém obedecendo a leis econômicas, e, como em outros mercados, é um indivíduo que toma decisões racionais e egoístas. Com a análise a partir da TEP, pode-se prever resultados de escolhas coletivas, considerando a adoção de regra de escolha por maioria absoluta e de modelos unidimensionais (escolha A ou B) ou pluridimensionais (escolha A ou B e C ou D). Pereira (1997) expõe dois corolários a que o método induz:

Um dos corolários do resultado referido acima pode ser visto no contexto da tomada de decisão em grupos (comité, parlamento, assembleia), em que, precisamente porque há *ciclicidade* da escolha coletiva, se algum indivíduo detiver a possibilidade de definir a *agenda* de votação, ele poderá manipular essa agenda de acordo com o seu interesse. Outro corolário, aplicado agora ao processo democrático, é que a alternância democrática é inevitável sempre que o partido da oposição saiba explorar a pluridimensionalidade do espaço político.” (PEREIRA, 1997, p.430)

Outra conclusão da TEP é que em democracias, independentemente da linha ideológica do partido no poder, há uma tendência expansionista em períodos pré-eleitorais e contracionista em períodos pós-eleitorais. Isso porque o governante evita aumentar tributos, mas quer, através de novas despesas, conseguir a simpatia do eleitorado. Por fim, a importância do voto mediano é maior para questões unidimensionais e menor para questões pluridimensionais.

A TEP contribuiu também para o conceito de “fracassos de governo”, um paralelo dos “fracassos de mercado”, que se referem às distorções do ideal de eficiência de cada um. O autor destaca problemas de assimetria de informação e custo de transação que afetam a eficiência das escolhas tanto dos eleitores, como dos representantes. Esses fracassos influem na construção do *Welfare State* (na correção das falhas de mercado) e, em seguida, na sua crítica. Ao tratar dos “fracassos de governo”, chamou a atenção de como problemas dos regimes democráticos, por exemplo, “ineficiência da administração pública, ausência de incentivos, problemas com obtenção de informação acerca das preferências dos cidadãos, rigidez institucional, permeabilidade à actuação de lobbies, financiamento ilegal de partidos políticos, etc.” (PEREIRA, op. cit., p. 438), são desafios genéricos - talvez inevitáveis - e evidenciam o quão distante é a democracia real do que ela é pensada idealmente. Não obstante, Pereira defende que a TEP é útil numa solução diante da crise de governabilidade e credibilidade atual.

Ademais, a teoria se aproxima da teoria neoinstitucional, ao destacar o papel de normas e instituições no processo de decisões políticas. A respeito das normas (objeto da análise normativa ou economia constitucional), elas podem ser **constitucionais** (regras que definem a escolha de futuras regras - relacionadas ao processo político democrático) e **parlamentares** (regras submetidas às primeiras). As primeiras devem ser mais perenes e hierarquicamente superiores e, para tanto, recomenda-se que sejam escolhidas por maioria qualificada, em vez de maioria absoluta.

Numa perspectiva sistêmica, percebe-se também que vários agentes influenciam e são influenciados na identificação e execução de políticas: “presidente, executivo, legislativo, sistema judicial, administração pública, partidos políticos, grupos de interesse” (PEREIRA, op. cit., p.423). Nas democracias, destaca-se a atuação do Parlamento, que, além de ter membros eleitos e atuar no controle do governante, assume a função de legislar, resultante e influente nas escolhas coletivas. Adiciona-se a essa rede o efeito das eleições, que interessam a grupos que pretendem permanecer e a outros que querem assumir o poder.

2.3.5 Modelo de redes sociais

Esse modelo enfatiza o papel dos agentes que se agrupam em redes sociais e investem recursos para identificar problemas e levar aos formuladores de políticas públicas (conhecidos

como *policy makers*) suas demandas. Estes terão a decisão final de considerarem alguns temas e ignorarem outros. (SOUZA, 2006)

2.4 Tecnologia da Informação (TI) aplicada ao setor público

De forma geral, a TI revolucionou as organizações no mundo contemporâneo, inclusive no setor público. Novos sistemas corporativos permitiram agrupar informações, racionalizar processos e monitorar resultados das políticas públicas, o que facilitou a gestão e o controle – no âmbito interno – e oferecer atendimento e prestação de contas ao público pela *internet* – no âmbito externo.

Para fins da pesquisa, interessam dois sistemas corporativos: o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga Brasil). O primeiro é a fonte primária dos registros contábil-orçamentários. O segundo é um aplicativo disponível na internet para consulta livre desses registros. Não obstante, existem outros sistemas corporativos do governo federal que contribuíram para a modernização da gestão pública.

2.4.1 Siafi

Dentre os esforços de ajuste fiscal da década de 1980, estão a criação da STN, em 1986, a unificação da disponibilidade financeira da União (“conta única”) e o desenvolvimento e implementação do Siafi pela STN e pela empresa pública Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que integrou em único sistema os registros contábeis de controle patrimonial, financeiro e orçamentário. São objetivos do sistema:

- i. prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública;
- ii. fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;
- iii. permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal;
- iv. padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora;

- v. permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas;
- vi. permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas;
- vii. integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal;
- viii. permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos; e
- ix. proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal. (MF, 2012)

O sistema é acessado pela *internet*, e possui diversos dispositivos de segurança.

Outra vantagem do sistema é a racionalidade das transações intragovernamentais, poupando tempo e reduzindo os custos bancários. Também facilita o recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais devidos em operações com o governo federal. O Siafi produz demonstrativos e relatórios diversos, facilitando o trabalho de gestores e auditores. Possui uma versão gerencial, para consulta, em interface mais amigável que a versão produção.

2.4.2 Siga Brasil

É uma solução tecnológica inovadora, desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) e pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen), ambas as unidades do Senado Federal e disponível na *internet* para uso público (SENADO FEDERAL, 2012). Trata-se de um aplicativo do tipo *datawarehouse* que reúne dados do Siafi, do Sistema de Informações das Empresas Estatais (Siest), do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), do Sistema Receita Federal e do Sistema de Elaboração Orçamentária (Selor) – que contém registros sobre emendas parlamentares – e está disponível à população pela *internet*, com interface amigável para livre construção de consultas, conforme necessidade do usuário.

O sistema utiliza a tecnologia *Business Intelligence* que possibilita o cruzamento de dados na pesquisa, a formulação de tabelas de pesquisa e a manipulação total dos dados com um número ilimitado de usuários.

(...)

Trata-se de um instrumento de transparência orçamentária, sendo considerado hoje um dos principais instrumentos de melhoria da eficiência e efetividade do governo. (ARAÚJO, 2008, p. 27-28)

Também estão disponíveis consultas prévias para acesso rápido, em modalidades conhecidas por “orçamentos temáticos”, que agregam ações, geralmente de políticas sociais, para acompanhamento de grupos defensores dessas políticas (BATISTA, 2008, pp. 34-35). Podem ser solicitadas senhas para obter acesso do tipo especialista, com a funcionalidade de salvar consultas construídas para recuperá-las em futuros acessos. Além disso, o Siga Brasil é flexível e permite a incorporação de novas bases de dados. Essa capacidade já foi utilizada para auxiliar técnicos envolvidos em investigações para CPIs, em área restrita. (BATISTA, op. cit., p. 37).

O orçamento público é fonte de informação aos usuários dos mais diversos interesses; porém, o difícil acesso a documentos volumosos, esparsos em diversos órgãos, e a linguagem técnica prejudicavam sua transparência. O Siga Brasil é um recurso à disposição do cidadão, pois oferece os dados e as opções de tratamento, permitindo melhor acesso às informações. Contudo, não dispõe de manual de operações publicado, o que facilitaria o aprendizado e manuseio do sistema a um público mais amplo.

2.5 Conclusões do referencial teórico

Na longa evolução teórica do orçamento, o legado do modelo tradicional se juntou às inovações encontradas no modelo moderno. As classificações orçamentárias representam não apenas a codificação em números para contabilização, mas a possibilidade de análise das despesas segundo os diferentes agrupamentos. Para a finalidade desse trabalho, a principal classificação é a funcional, pois a partir das funções e subfunções será possível examinar as políticas setoriais, conforme conceito de Julião Jr (2011a). A classificação por programas, embora mais detalhada, é mais instável por ser redefinida a cada PPA, o que dificulta o exame da evolução das despesas em vários exercícios.

Sejam para formuladores de políticas, gestores, redes sociais, pesquisadores e cidadãos em geral, orçamento é fonte de informações para múltiplas finalidades. Daí a importância da tecnologia da informação para oferecer ao usuário condições para tratamento dos dados de forma simples e rápida. Na presente pesquisa, o orçamento público é uma ferramenta para avaliar a execução financeira dessas políticas e, pelo menor ou maior nível de execução, a análise poderá apontar atrasos ou escolhas que beneficiem determinados setores em detrimento de outros.

3 MÉTODO

3.1 Identificação

A pesquisa proposta é um estudo de caso, pois limita o escopo para as despesas orçamentárias federais. Com isso, não será possível extrapolar tendências ou conclusões para outras esferas de governo ou para outros países. É importante compreender que as despesas estão relacionadas a escolhas políticas contextualizadas em um período histórico, e conforme as atribuições constitucionais dadas à União e aos valores culturais da nação brasileira.

Quanto à abordagem do trabalho, trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Quantitativa, pois serão tratados dados orçamentário-financeiros no período de 2001 a 2011. Qualitativa, pois, a partir da análise horizontal e vertical dos dados classificados, será possível identificar prioridades na alocação de recursos em funções e subfunções, em detrimento de outras. Trata-se também de uma pesquisa *ex-post-facto*, já que os orçamentos pesquisados (elaboração e execução) já ocorreram em anos passados, estão encerrados para novos registros e não é possível qualquer manipulação experimental por parte da pesquisadora. É exploratória, pois como apontado na justificativa, poucas pesquisas abordam o tema proposto.

Dois procedimentos técnicos são os adotados: pesquisa bibliográfica, na construção do referencial teórico, e pesquisa documental, no levantamento de dados orçamentários a partir do Siga Brasil.

3.2 Ajuste de dados segundo deflator

Para a viabilidade da comparação dos orçamentos de 2001 a 2011, os dados coletados foram ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), selecionado por duas razões principais expostas por Farias (2009): ser indicador produzido por instituto oficial de estatísticas nacionais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e já ser utilizado pelo governo para planejamento e monitoramento de políticas fiscais. Considerando, ainda, uma grande variação na execução mensal das despesas, os valores, nessa pesquisa, foram apurados e deflacionados mensalmente e, em seguida, consolidados por ano.

3.3 Alteração da classificação funcional

No período analisado, a Secretaria do Orçamento Federal editou três portarias alterando a classificação funcional, que são apresentadas a seguir:

- a) Portaria 37 (MPOG, 2007) – Inclui subfunção “847 – Transferências para a Educação Básica” à função “28 – Encargos Especiais” e renomeia a subfunção “845 – Transferências” para “845 – Outras Transferências”.
- b) Portaria 41 (MPOG, 2008) – Renomeia as subfunções “753 – Petróleo” e “754 – Álcool” da função “25 – Energia” para “753 – Combustíveis Minerais” e “754 – Biocombustíveis”.
- c) Portaria 54 (MPOG, 2011b) – Inclui subfunção “368 – Educação Básica” à função “12 – Educação”

Portanto, as portarias 37/2007 e 54/2011 terão efeito quantitativo-qualitativo na classificação das despesas. No entanto, verificou-se que apenas o item (a) foi ajustado no Siga Brasil a partir do universo relativo ao orçamento de 2011.

3.4 Procedimentos

A seguir serão apresentadas as etapas da pesquisa. Primeiramente, foram levantados os dados a partir da ferramenta Siga Brasil (extração de dados realizada em 16 de agosto de 2012). Os universos selecionados foram os de “Despesa Execução” dos anos 2001 a 2011. E os objetos do resultado (parâmetros de consulta) foram:

- a) para tempo: “Mês/Ano” (padrão mm/aaaa),
- b) para classificação: “Função” (código/discriminação), “Subfunção” (código/discriminação) – são os objetos de exame,
- c) para valores: “Dotação Inicial”, “Autorizado”, “Créditos Suplementares”, “Créditos Especiais”, “Créditos Extraordinários”, “Empenhado”, “Pago”, “RP Inscrito”, “RP Pago” – esses serão chamados doravante variáveis.

O sistema extrai os dados do Siafi e agrupa em diferentes universos e objetos de resultado. Constam no Siga Brasil as seguintes descrições para essas variáveis que serão exploradas na pesquisa:

- a) Dotação Inicial – “Valor em Reais discriminado na Lei Orçamentária Anual – LOA após ser sancionada pelo Presidente da República (já incluídos os vetos)”.
- b) Autorizado – “Registra a soma dos valores da Dotação Inicial com os cancelamentos e remanejamentos relativos à abertura de créditos adicionais. Ex: Autorizado = Dotação Inicial + Créditos Suplementares + Créditos Especiais + Créditos Extraordinários + Dotação Cancelada/Remanejada”
- c) Créditos Suplementares – “Registra os valores dos créditos destinados a reforço de dotação orçamentária existente”.
- d) Créditos Especiais – “Registra os valores dos créditos destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica”.
- e) Créditos Extraordinários – “Registra os valores dos créditos destinados a despesas previsíveis e urgentes, não sendo necessária a indicação dos recursos para atender ao crédito”.
- f) Empenhado – “Soma dos empenhos a liquidar e liquidados”
- g) Pago – “Indica os valores pagos e corresponde ao terceiro e último estágio da despesa.”
- h) RP Inscrito – “RP não-processado inscrito + RP processado inscrito”
- i) RP Pago – “RP não processado pago + RP processado pago”

Observa-se que os valores apurados como RP inscrito são aqueles inscritos nos exercícios relativos aos respectivos universos, de despesas pendentes de liquidação ou pagamento de exercícios anteriores (inscrição ou reinscrição). Por exemplo, os valores de RP inscrito em 2011 são de despesas não liquidadas ou não pagas (não canceladas) até 2010. Regra geral, a inscrição de RP em cada ano apresenta o registro “00”/aaaa, o que, para fins de ajuste ao IPCA, foi considerado o índice de janeiro do respectivo ano. Por exemplo, o RP inscrito e identificado como 00/2009 foi ajustado ao índice de IPCA para janeiro de 2009. Todavia, foram encontrados dados de RP Inscrito diferentes desse padrão.

A segunda etapa foi o cálculo de fatores de ajuste a partir do IPCA mensal apurado pelo IBGE. A fim de transformar os montantes para valores correntes de dezembro de 2011 (último período dos dados analisados), convencionou-se que o índice para 12/2011 é 100.

Tendo em vista que há RP inscrito em 2001 referentes a exercícios anteriores, desde 1999, de despesas, o levantamento do IPCA foi feito a partir de janeiro de 1999. O Apêndice B apresenta tais fatores de atualização. Em seguida, foram calculados os valores das variáveis ajustados a esses fatores.

A terceira etapa foi a de definir as análises a serem feitas, divididas em quatro partes. Na primeira, buscou-se agregar os montantes das variáveis em cada ano, para verificar a evolução no período e compará-las entre si. Na segunda, foram levantados os valores por função, para verificar a evolução em cada variável e comparar a composição a cada ano. Na terceira, as funções foram detalhadas em suas subfunções, para verificar a participação delas no total e a evolução no período. Na quarta, utilizou-se o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em cada ano e a variação acumulada como parâmetro de comparação da variação percentual das funções nas diversas variáveis, para identificar as funções que mais cresceram no período e as que foram reduzidas ou cresceram menos. Assim, pretende-se chegar àquelas favorecidas e preteridas nos processos de alocação e execução orçamentária.

A quarta etapa foi a confecção de tabelas e gráficos para posterior análise. Por fim, a quinta etapa foi a análise, apresentada no capítulo seguinte.

4 ANÁLISE

4.1 Evolução geral das variáveis

A Tabela 1 apresenta os valores atualizados para dezembro de 2011 das variáveis pesquisadas, referentes à gestão orçamentária da União de 2001 a 2011:

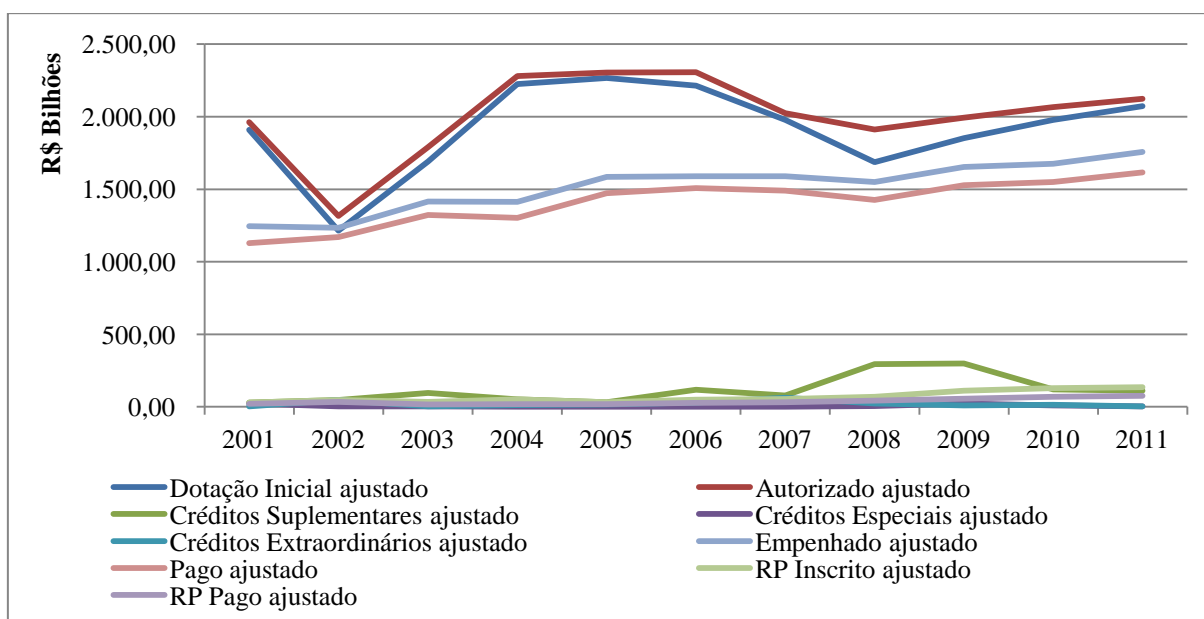
Tabela 1 - Execução Orçamentária União - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dotação Inicial	1.910,30	1.214,52	1.690,82	2.225,95	2.266,13	2.214,77	1.977,03	1.685,67	1.851,85	1.977,18	2.073,40
Autorizado	1.962,10	1.315,30	1.789,26	2.280,48	2.303,87	2.306,30	2.025,15	1.912,61	1.993,25	2.067,06	2.123,41
Créditos Suplementares	29,97	47,12	96,08	51,10	31,93	117,37	78,78	293,98	299,72	120,36	111,26
Créditos Especiais	24,00	2,65	2,11	0,35	0,81	0,61	0,72	5,79	22,36	9,72	2,71
Créditos Extraordinários	2,13	48,25	4,04	12,06	16,12	29,22	62,68	22,12	9,35	14,43	3,59
Empenhado	1.244,47	1.234,71	1.414,79	1.413,09	1.585,14	1.589,42	1.589,53	1.549,54	1.652,96	1.675,92	1.758,21
Pago	1.128,99	1.169,90	1.322,41	1.302,51	1.471,55	1.508,79	1.490,73	1.426,78	1.527,26	1.548,67	1.615,13
RP Inscrito	29,13	47,11	33,77	52,08	31,35	49,10	53,71	68,94	110,75	128,75	136,13
RP Pago	20,22	33,47	16,37	18,96	18,14	27,89	32,45	41,97	55,79	68,31	76,70

Fonte: Siga Brasil

O Gráfico 1 representa os valores da tabela acima:

Gráfico 1- Execução Orçamentária União - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA



Pelo gráfico, é possível observar o paralelismo e a proximidade entre as curvas das variáveis Dotação inicial e Autorizado, sendo que a última está em patamar superior à primeira, o que mostra a variação pequena, mas positiva dos créditos adicionais. Em 2008 houve a maior diferença entre as curvas. Também é possível perceber que, descontado o efeito da inflação (pela correção IPCA), são as curvas de maior amplitude entre 2001 a 2011, com patamares superiores entre 2004 e 2006 e quedas acentuadas em 2002 e 2008. Após 2008 as curvas novamente se elevam. Em todo o período, houve crescimento de 8,54% (R\$ 163,10 bilhões) na Dotação Inicial e 8,22% (R\$ 161,31 bilhões) no Autorizado.

Outro fenômeno de paralelismo ocorre entre as curvas de valores Empenhados e Pagos, o que se explica pela execução orçamentária limitada ao cumprimento da programação financeira. Entre 2001 e 2011, as curvas são ascendentes, com crescimento de 41,28% no montante Empenhado e 43,06% no Pago. Tal paralelismo e proximidade das curvas são observados na Tabela 2, que apresenta a relação entre as variáveis Empenhado e Pago. Em 2001, o montante Pago representava 90,72% do Empenhado e em 2011 chegou a 91,86%, sendo que em 2002 e 2006 atingiu percentual superior a 94%.

Tabela 2 - Comparação Empenhado e Pago - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Empenhado	1.244,47	1.234,71	1.414,79	1.413,09	1.585,14	1.589,42	1.589,53	1.549,54	1.652,96	1.675,92	1758,21
Pago	1.128,99	1.169,90	1.322,41	1.302,51	1.471,55	1.508,79	1.490,73	1.426,78	1.527,26	1.548,67	1615,13
Pago ajustado/Empenhado	90,72%	94,75%	93,47%	92,17%	92,83%	94,93%	93,78%	92,08%	92,40%	92,41%	91,86%

Fonte: SIGA Brasil

Embora as variáveis relacionadas aos créditos adicionais estejam em valores absolutos muito abaixo das anteriores, em termos relativos, a curva de Créditos Suplementares foi a que teve maior crescimento dentre as variáveis estudadas no período de 2001 a 2011: 271,29%. Entre 2008 e 2009 registrou-se aumento expressivo na curva de Créditos Suplementares. O somatório dos créditos adicionais é superior ao cancelamento ou remanejamento de dotações, o que se deu pelo ingresso de novas receitas não previstas nos orçamentos.

Para análise vertical da execução orçamentária, adotou-se por referência a variável Autorizado, como pode ser visto na Tabela 3. Houve aumento considerável dos percentuais dos montantes Empenhado (63,43% em 2001 e 82,80% em 2011, sendo que o maior nível de execução ocorreu em 2002: 93,87%), Pago (57,54% em 2001 e 76,06% em 2011, sendo que o maior nível de pagamento ocorreu em 2002, 88,95%), RP Inscrito (1,48% em 2001 e 6,41% em 2011) e RP Pago (1,03% em 2001 e 3,61% em 2011). Ressalta-se ainda que os Créditos

Suplementares passaram de 1,53% em 2001 para 5,24% em 2011, com níveis acima de 15% em 2008 e 2009.

Tabela 3- Composição da Execução orçamentária - 2001 a 2011

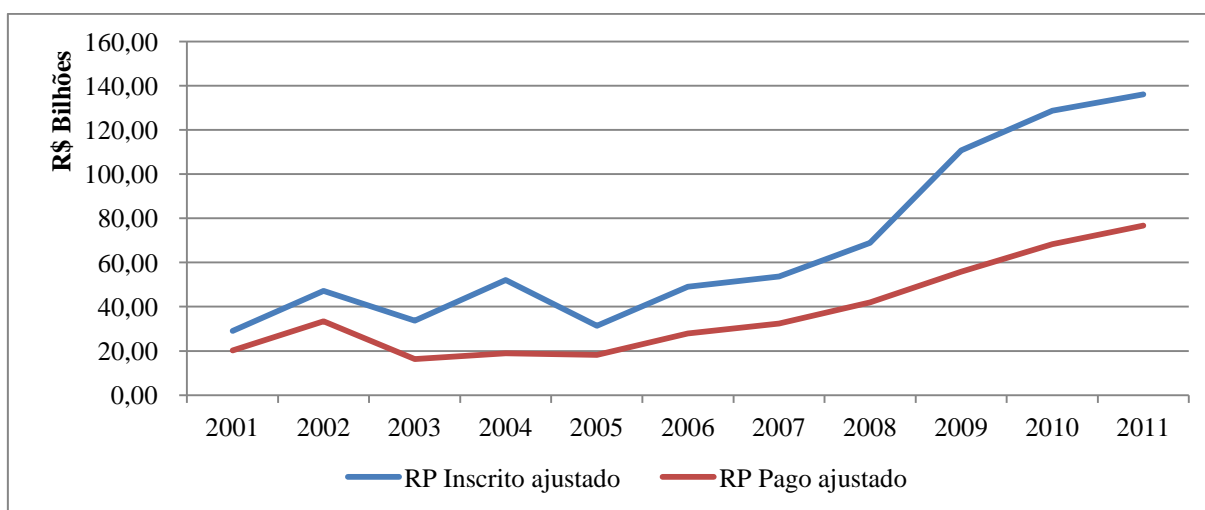
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dotação Inicial	97,36%	92,34%	94,50%	97,61%	98,36%	96,03%	97,62%	88,13%	92,91%	95,65%	97,64%
Autorizado ajustado	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Créditos Suplementares	1,53%	3,58%	5,37%	2,24%	1,39%	5,09%	3,89%	15,37%	15,04%	5,82%	5,24%
Créditos Especiais	1,22%	0,20%	0,12%	0,02%	0,04%	0,03%	0,04%	0,30%	1,12%	0,47%	0,13%
Créditos Extraordinários	0,11%	3,67%	0,23%	0,53%	0,70%	1,27%	3,10%	1,16%	0,47%	0,70%	0,17%
Empenhado	63,43%	93,87%	79,07%	61,96%	68,80%	68,92%	78,49%	81,02%	82,93%	81,08%	82,80%
Pago	57,54%	88,95%	73,91%	57,12%	63,87%	65,42%	73,61%	74,60%	76,62%	74,92%	76,06%
RP Inscrito	1,48%	3,58%	1,89%	2,28%	1,36%	2,13%	2,65%	3,60%	5,56%	6,23%	6,41%
RP Pago	1,03%	2,55%	0,91%	0,83%	0,79%	1,21%	1,60%	2,19%	2,80%	3,30%	3,61%

Por fim, destaca-se a elevação da inscrição em Resto a Pagar (29,13 bilhões em 2001 para 136,13 bilhões em 2011 – crescimento de 367,38%). Mesmo com a elevação dos pagamentos (20,22 bilhões em 2001 para 76,70 bilhões em 2011 – crescimento de 279,38%), a relação entre RP Pago e RP Inscrito diminuiu (de 69,40% em 2001 para 56,34% em 2011), o que indica aumento de estoque de RP, entre valores inscritos e reinscritos, conforme pode ser visto no Gráfico 2.

Tabela 4 – Comparação RP Inscrito e RP Pago - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RP Inscrito (a)	29,13	47,11	33,77	52,08	31,35	49,10	53,71	68,94	110,75	128,75	136,13
RP Pago (b)	20,22	33,47	16,37	18,96	18,14	27,89	32,45	41,97	55,79	68,31	76,70
Estoque de RP (a-b)	8,91	13,64	17,40	33,12	13,21	21,21	21,26	26,97	54,96	60,44	59,44
RP Pago /RP Inscrito	69,40%	71,05%	48,47%	36,41%	57,85%	56,80%	60,41%	60,88%	50,37%	53,06%	56,34%

Gráfico 2- Comparação RP Inscrito e RP Pago - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA



4.2 Evolução das funções

Nesse item, cada variável será abordada separadamente. Dado o grande número de funções (30, sendo 27 temáticas, 1 de Encargos Especiais, 1 Atípica e 1 para Reserva de Contingência), serão comentados os dois maiores resultados (assinalados em amarelo nas tabelas) e os dois menores resultados (assinalados em verde nas tabelas) apurados por ano. Em algumas variáveis houve valores segundo esse critério e coincidentes entre funções; por isso pode haver mais de quatro funções destacadas na tabela em determinado exercício.

Para cada variável também foram elaborados gráficos para identificação visual da evolução dos valores e para comparação entre as funções. Devido à discrepância das funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais), foram confeccionados 3 gráficos: o primeiro inclui todas as funções; o segundo exclui as funções 28 (Encargos Especiais), 98 (Atípica) e 99 (Reserva de Contingência), com o intuito de visualizar as funções temáticas (as demais); o terceiro exclui as anteriores e a função 09 (Previdência Social), com a finalidade de visualizar melhor as curvas das demais funções temáticas.

4.2.1 Variável Dotação inicial

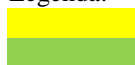
A Tabela 5 apresenta os valores por função da variável Dotação inicial.

Tabela 5 - Dotação inicial por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	4,30	4,65	4,78	5,20	6,00	6,27	6,87	6,92	6,69	6,85	7,00
02 - JUDICIÁRIA	12,79	13,70	14,07	14,84	16,47	18,49	21,16	23,38	24,28	25,08	23,37
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	1,61	1,81	2,26	2,77	3,76	4,21	4,74	5,25	5,84	5,91	6,09
04 - ADMINISTRAÇÃO	16,10	18,84	14,52	17,91	16,95	22,02	19,35	22,30	25,35	31,03	28,15
05 - DEFESA NACIONAL	20,22	22,33	20,84	18,11	20,58	21,28	23,77	25,90	30,34	34,32	33,76
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	5,05	3,43	4,29	4,12	4,77	4,57	6,24	7,10	7,71	7,96	8,46
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	1,35	1,65	1,54	1,75	2,03	1,93	2,31	1,95	1,96	2,18	2,03
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	10,45	11,99	14,23	19,96	22,52	28,35	31,50	35,31	38,27	43,25	44,02
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	205,09	214,32	215,16	243,50	254,36	270,19	302,04	312,98	343,13	350,61	370,92
10 - SAÚDE	47,53	48,36	45,34	50,15	51,75	53,93	59,11	59,80	64,10	68,98	75,27
11 - TRABALHO	15,02	14,68	13,41	15,85	17,14	17,97	22,59	27,05	31,21	35,06	34,50
12 - EDUCAÇÃO	26,58	26,61	23,60	20,99	24,42	23,47	28,87	33,86	42,72	51,39	60,38
13 - CULTURA	0,61	0,67	0,57	0,63	0,82	0,85	1,07	1,32	1,49	2,40	1,80
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1,23	0,95	1,01	0,91	1,48	1,27	1,28	1,79	1,88	2,28	1,88
15 - URBANISMO	1,46	1,49	1,49	1,89	3,78	3,57	4,18	5,79	9,50	7,33	7,49
16 - HABITAÇÃO	2,75	0,42	0,48	0,80	1,02	0,84	1,22	1,24	1,68	0,81	0,75
17 - SANEAMENTO	0,88	0,47	0,37	0,28	0,28	0,20	0,41	1,68	2,58	2,40	1,87
18 - GESTÃO AMBIENTAL	4,87	5,21	3,80	1,97	3,54	2,98	2,79	5,07	4,85	5,10	4,79
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4,16	3,77	3,42	3,94	5,46	4,77	5,57	6,22	6,48	8,78	7,54
20 - AGRICULTURA	15,66	16,46	14,69	18,10	16,55	13,81	18,16	18,21	20,72	21,59	20,64
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3,10	2,93	2,61	2,89	5,68	5,30	5,47	6,12	6,61	5,57	4,89
22 - INDÚSTRIA	0,91	0,89	0,92	5,03	2,09	3,04	2,57	2,88	3,69	2,71	2,93
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	5,51	5,01	4,87	4,41	5,47	4,52	5,38	5,21	6,36	6,46	6,39
24 - COMUNICAÇÕES	3,53	3,37	1,64	0,96	1,37	0,82	0,89	0,78	0,75	0,90	1,38
25 - ENERGIA	2,28	2,40	3,49	1,10	1,08	0,97	0,97	0,78	0,97	1,23	1,03
26 - TRANSPORTE	10,18	10,75	8,61	6,01	11,55	10,08	12,58	16,34	17,53	23,68	24,48
27 - DESPORTO E LAZER	0,73	0,71	0,58	0,54	0,89	1,17	1,19	1,40	1,64	1,70	2,52
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.476,29	764,27	1.234,72	1.731,26	1.733,84	1.651,20	1.352,18	1.021,75	1.114,66	1.197,90	1.261,16
98 - ATÍPICA (*)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	10,05	12,43	33,49	30,07	30,50	36,69	32,58	27,29	28,85	23,72	27,91
TOTAL	1.910,30	1.214,52	1.690,82	2.225,95	2.266,13	2.214,77	1.977,03	1.685,67	1.851,85	1.977,18	2.073,40

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:



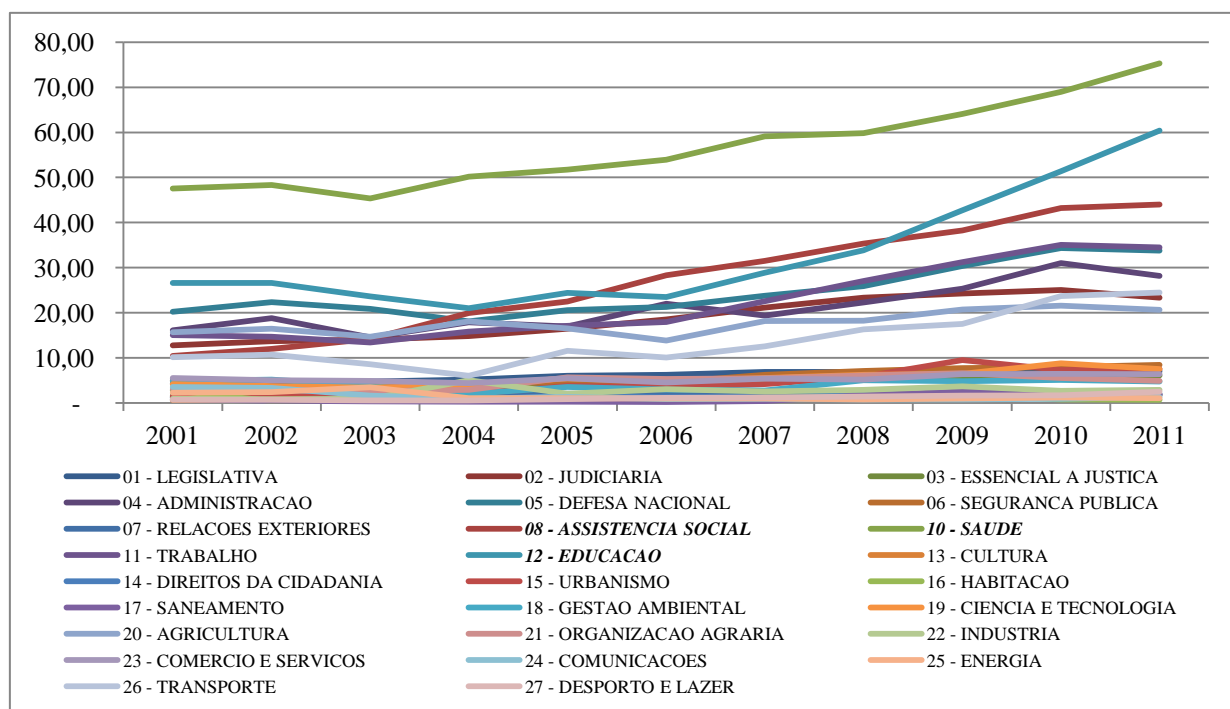
Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

(*) Ocorrência da função 98-Atípica apenas em 2007, no montante atualizado de R\$490.280,23.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Dotação inicial por função.

Gráfico 5 - Dotação inicial por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.1.1 Maiores resultados

Em todos os anos do período, os maiores aportes estiveram nas funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais). Juntas, corresponderam a mais de 78% (mínimo em 2009, 2010 e 2011) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Participação das funções no valor anual da variável Dotação Inicial

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	10,74%	17,65%	12,73%	10,94%	11,22%	12,20%	15,28%	18,57%	18,53%	17,73%	17,89%
10 - SAÚDE	2,49%	3,98%	2,68%	2,25%	2,28%	2,44%	2,99%	3,55%	3,46%	3,49%	3,63%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	77,28%	62,93%	73,03%	77,78%	76,51%	74,55%	68,39%	60,61%	60,19%	60,59%	60,83%
DEMAIS FUNÇÕES	9,49%	15,44%	11,56%	9,03%	9,99%	10,81%	13,34%	17,27%	17,82%	18,19%	17,65%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota: Funções selecionadas são as 3 de maiores percentuais entre 2001 e 2011, obtidas a cada ano, e a diferença atribuiu-se às demais funções. Quanto maior a dispersão entre os maiores valores, mais funções foram registradas nas tabelas similares nas outras variáveis.

Estas funções também tiveram as maiores métricas estatísticas utilizadas (média aritmética, desvio padrão, mediana) no período 2001-2011:

- a) função 09 (Previdência Social) – média: R\$ 280,21 bilhões; desvio padrão: R\$ 59,18 bilhões; mediana: R\$ 270,19 bilhões
- b) função 28 (Encargos Especiais): média: R\$ 1.321,75 bilhões; desvio padrão: R\$ 306,78 bilhões; mediana: R\$ 1.261,16 bilhões

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, a função 09 (Previdência Social) apresentou a maior elevação em valores absolutos (R\$ 165,83 bilhões), e, em seguida, a função 12 (Educação) (R\$ 33,79 bilhões). Porém, em termos relativos, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 15 (Urbanismo) (414,36%) e 08 (Assistência Social) (321,46%). De fato, o Gráfico 5 mostra que, depois da função 09 (Previdência Social), as curvas relativas às funções 12 (Educação) e 08 (Assistência Social) se destacaram das demais funções e estão em trajetória crescente, se aproximando da curva da função 10 (Saúde).

4.2.1.2 Menores resultados

As funções 13 (Cultura), 16 (Habitação), 17 (Saneamento), 24 (Comunicações), 25 (Energia) e 27 (Desporto e Lazer) estiveram entre os menores valores aportados, em mais de um ano, porém de forma alternada. Destaca-se a continuidade de menores valores para a função 17 (Saneamento) entre 2002 e 2007, com elevação de recursos nos anos seguintes, enquanto a função 24 (Comunicações) passou a ter os menores aportes entre 2006 e 2010.

Na análise das medidas estatísticas, as funções 16 (Habitação) e 17 (Saneamento) tiveram as menores médias (R\$ 1,09 bilhão e R\$ 1,04 bilhão, respectivamente) e medianas (R\$ 0,84 bilhão e R\$ 0,47 bilhão, respectivamente), mas os menores desvios-padrões foram das funções 07 (Relações Exteriores) (R\$ 0,28 bilhão) e 14 (Direitos da Cidadania) (R\$ 0,45 bilhão).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, houve decréscimo real, em termos absolutos e relativos, nas seguintes funções:

- a) 16 (Habitação): R\$ 2,01 bilhões (-72,89%) – maior queda percentual;
- b) 18 (Gestão ambiental): R\$ 0,08 bilhão (-1,72%);
- c) 24 (Comunicações): R\$ 2,15 bilhões (-60,92%) – segunda maior queda percentual;
- d) 25 (Energia): R\$ 1,24 bilhão (-54,58%);
- e) 28 (Encargos Especiais) R\$ 215,13 bilhões (-14,57%).

4.2.2 Variável Autorizado

A Tabela 7 apresenta os valores por função da variável Autorizado.

Tabela 7 – Autorizado por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	4,44	4,79	5,16	5,48	6,14	6,78	6,97	7,15	6,55	6,69	6,65
02 - JUDICIÁRIA	13,65	15,53	14,06	16,07	17,35	19,58	21,23	23,42	24,31	25,54	24,19
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	1,75	1,97	2,29	3,26	3,89	4,26	5,23	5,76	6,03	6,26	6,32
04 - ADMINISTRAÇÃO	16,40	17,38	13,55	15,72	15,40	15,92	20,37	20,55	22,24	24,10	22,59
05 - DEFESA NACIONAL	23,67	24,86	20,88	20,91	23,27	23,53	26,06	29,43	34,19	38,52	35,84
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	5,59	4,63	4,61	4,84	5,30	5,81	7,71	9,46	10,37	12,10	10,71
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	1,82	2,13	1,96	2,57	2,40	1,99	2,33	2,10	2,19	2,48	2,31
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	11,00	12,32	15,03	21,61	22,63	30,06	32,19	35,92	40,13	44,10	48,35
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	216,32	229,92	236,40	251,66	266,81	284,57	304,70	321,16	344,80	365,90	381,16
10 - SAÚDE	49,31	50,22	45,71	52,03	54,89	56,28	63,54	64,80	69,57	71,89	78,49
11 - TRABALHO	15,30	16,28	16,24	17,04	18,36	22,26	25,77	29,36	35,76	35,70	40,00
12 - EDUCAÇÃO	27,64	27,34	24,34	23,38	25,90	27,14	32,30	36,86	46,61	59,16	65,91
13 - CULTURA	0,65	0,70	0,58	0,66	0,87	0,92	1,29	1,52	1,52	2,45	1,95
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1,38	1,17	0,99	1,00	1,48	1,58	1,68	2,54	2,19	2,52	2,00
15 - URBANISMO	1,45	1,49	1,49	2,49	4,43	4,04	6,86	7,39	7,86	8,27	7,68
16 - HABITAÇÃO	2,75	0,42	0,60	1,17	1,02	2,02	1,32	1,55	1,44	0,37	0,74
17 - SANEAMENTO	0,88	0,47	0,37	0,29	0,27	0,21	2,25	2,42	3,62	2,64	1,86
18 - GESTÃO AMBIENTAL	4,96	5,28	3,92	2,35	3,82	3,15	4,84	5,46	4,94	5,45	5,41
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4,11	4,09	3,48	4,17	5,50	5,59	5,94	6,77	7,64	9,04	8,00
20 - AGRICULTURA	17,33	16,20	15,25	18,66	16,92	17,70	20,44	18,93	21,11	22,15	21,29
21 - ORGANIZAÇÃO AGRARIA	3,14	2,95	2,63	4,39	5,78	6,22	6,61	7,30	6,61	6,30	5,41
22 - INDÚSTRIA	1,13	1,12	0,93	5,74	2,61	3,17	3,79	3,14	3,90	3,10	3,19
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	5,96	5,20	4,64	4,48	5,20	4,84	5,71	6,59	6,29	6,44	6,42
24 - COMUNICAÇÕES	3,98	3,43	1,59	1,02	1,41	0,84	1,33	0,81	0,88	1,31	1,45
25 - ENERGIA	2,38	15,00	7,04	1,14	1,15	0,75	0,97	0,97	1,13	1,24	1,02
26 - TRANSPORTE	10,60	13,96	9,34	8,27	12,49	11,92	18,22	19,82	22,48	27,86	25,12
27 - DESPORTO E LAZER	0,76	0,68	0,59	0,58	0,96	1,34	2,03	1,70	1,71	2,31	2,83
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.506,40	827,51	1.312,58	1.761,75	1.750,88	1.714,13	1.364,40	1.213,12	1.234,53	1.257,61	1.285,60
98 - ATÍPICA (*)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	7,38	8,26	23,03	27,75	26,73	29,71	29,06	26,58	22,64	15,56	20,91
TOTAL	1.962,10	1.315,30	1.789,26	2.280,48	2.303,87	2.306,30	2.025,15	1.912,61	1.993,25	2.067,06	2.123,41

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

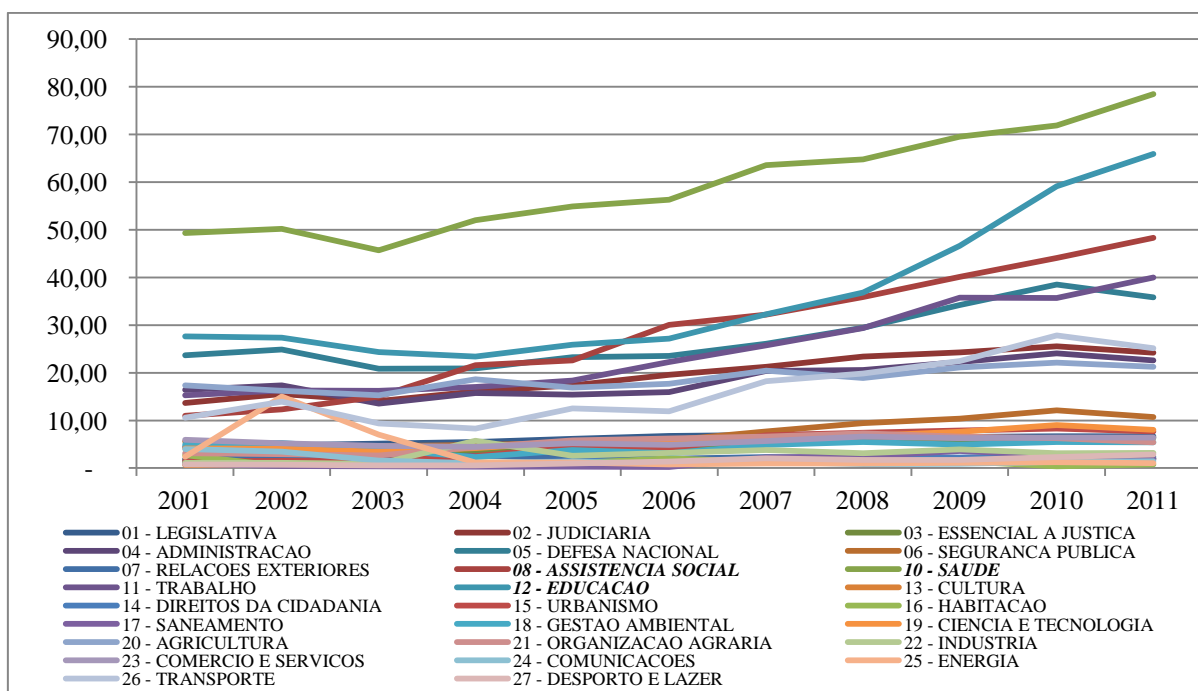
Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

(*) Ocorrência da função 98-Atípica apenas em 2007, no montante atualizado de R\$490.280,23 (mesmo valor registrado em Dotação Inicial).

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Autorização por função.

Gráfico 8 - Autorizado por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.2.1 Maiores resultados

Igualmente à variável anterior, em todos os anos do período, os maiores aportes foram nas funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais). Juntas, corresponderam a mais de 78% (mínimo em 2010 e 2011) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 8 - Participação das funções no valor anual da variável Autorizado

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
09 - PREVIDÊNCIA	11,02%	17,48%	13,21%	11,04%	11,58%	12,34%	15,05%	16,79%	17,30%	17,70%	17,95%
10 - SAÚDE	2,51%	3,82%	2,55%	2,28%	2,38%	2,44%	3,14%	3,39%	3,49%	3,48%	3,70%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	76,78%	62,91%	73,36%	77,25%	76,00%	74,32%	67,37%	63,43%	61,94%	60,84%	60,54%
DEMAIS FUNÇÕES	9,69%	15,79%	10,88%	9,43%	10,04%	10,90%	14,44%	16,39%	17,27%	17,98%	17,81%
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Estas funções também tiveram as maiores métricas estatísticas utilizadas (média aritmética, desvio padrão, mediana) no período 2001-2011:

- a) função 09 (Previdência Social) – média: R\$ 291,22 bilhões; desvio padrão: R\$ 56,74 bilhões; mediana: R\$ 284,57 bilhões;

- b) função 28 (Encargos Especiais): média: R\$ 1.384,41 bilhões; desvio padrão: R\$ 281,71 bilhões; mediana: R\$ 1.312,58 bilhões

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, a função 09 (Previdência Social) apresentou a maior elevação em valores absolutos (R\$ 164,85 bilhões), e, em seguida, a função 12 (Educação) (R\$ 38,27 bilhões). Porém, em termos relativos, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 15 (Urbanismo) (429,40%) e 08 (Assistência Social) (339,76%). O Gráfico 8 mostra que, depois da função 09 (Previdência Social), as curvas relativas às funções 12 (Educação) e 08 (Assistência Social) se destacaram das demais funções e tiveram trajetória crescente, se aproximando da curva da função 10 (Saúde).

4.2.2.2 Menores resultados

As funções 13 (Cultura), 16 (Habitação), 17 (Saneamento), 24 (Comunicações), 25 (Energia) e 27 (Desporto e Lazer) estiveram entre os menores valores aportados, em mais de um ano, porém de forma alternada. Destaca-se a continuidade de menores valores para a função 17 (Saneamento) entre 2002 e 2006, com elevação de recursos nos anos seguintes, enquanto a função 24 (Comunicações) passou a ter os menores aportes entre 2006 e 2010.

Na análise das medidas estatísticas, a função 13 (Cultura) teve a menor média (R\$ 1,19 bilhão) e mediana (R\$ 0,92 bilhão). A segunda menor média foi da função 16 (Habitação) (R\$ 1,22 bilhão) e a segunda menor mediana foi da função 17 (Saneamento) (R\$ 0,88 bilhão). Os menores desvios-padrões ocorreram nas funções 07 (Relações Exteriores) (R\$ 0,23 bilhão) e 14 (Direitos da Cidadania) (R\$ 0,56 bilhão).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, houve decréscimo real (descontado o efeito da inflação pela correção IPCA), em termos absolutos e relativos, nas seguintes funções:

- a) 16 (Habitação): R\$ 2,01 bilhões (-73,04%) – maior queda percentual;
- b) 24 (Comunicações): R\$ 2,53 bilhões (-63,66%) – segunda maior queda percentual;
- c) 25 (Energia): R\$ 1,36 bilhão (-57,22%);
- d) 28 (Encargos Especiais) R\$ 220,80 bilhões (-14,66%).

4.2.3 Variável Créditos Suplementares

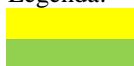
A Tabela 9 apresenta os valores por função da variável Créditos Suplementares. As células com valores inferiores a R\$ 0,01 bilhão estão registradas pela expressão “0,00”, diferenciando-se das células relacionadas a funções que não receberam qualquer valor, registradas com “-”.

Tabela 9 - Créditos Suplementares por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	-	-	0,30	0,31	0,00	0,57	0,20	0,33	0,11	0,15	0,09
02 - JUDICIÁRIA	0,30	0,00	0,26	0,70	0,09	1,83	3,28	2,23	2,13	1,96	1,74
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,13	0,00	0,00	0,34	0,16	0,23	0,60	0,75	0,43	0,57	0,41
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,31	0,22	0,57	1,53	0,61	4,12	2,89	12,61	2,33	2,89	1,62
05 - DEFESA NACIONAL	1,96	0,72	0,20	1,66	1,91	0,95	0,86	3,37	1,27	1,90	2,01
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,02	0,12	0,18	0,28	0,10	0,74	0,18	1,04	0,63	0,71	0,73
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	0,08	-	0,30	0,61	0,36	0,08	0,20	0,22	0,27	0,08	0,08
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,36	-	-	0,87	1,49	0,39	0,94	0,96	2,03	0,82	5,41
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	8,43	3,31	13,78	6,51	9,87	5,23	10,92	15,37	15,79	28,87	23,73
10 - SAÚDE	1,14	1,21	0,28	1,03	0,27	2,89	0,89	5,59	4,93	3,73	7,19
11 - TRABALHO	0,21	1,29	0,76	0,19	0,07	2,00	3,04	2,51	4,64	1,21	5,63
12 - EDUCAÇÃO	1,86	0,58	0,61	1,56	0,60	2,66	2,60	4,66	11,16	8,84	8,91
13 - CULTURA	0,01	-	0,00	0,01	0,01	0,10	0,06	0,16	0,16	0,15	0,25
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	0,10	0,17	0,02	0,12	0,01	0,23	0,16	0,53	0,43	0,16	0,25
15 - URBANISMO	-	-	-	0,52	0,01	0,08	0,07	1,43	0,86	1,27	0,25
16 - HABITAÇÃO	-	-	-	0,35	-	-	-	0,46	0,13	0,03	-
17 - SANEAMENTO	-	-	-	0,01	0,00	0,00	0,01	0,86	0,92	0,57	0,57
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,11	0,01	0,08	0,09	0,09	0,34	0,12	0,95	0,70	0,65	0,45
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,05	0,04	0,12	0,20	0,08	0,84	0,18	0,51	1,67	0,53	0,61
20 - AGRICULTURA	1,67	0,03	0,62	0,19	0,09	0,66	0,21	0,55	2,37	0,66	2,22
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,01	0,01	0,02	0,45	-	0,15	0,27	1,26	0,11	0,76	0,57
22 - INDÚSTRIA	0,14	0,01	0,03	0,54	0,37	0,14	0,23	0,17	0,16	0,22	0,34
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,09	-	-	0,11	0,00	0,02	0,15	1,48	0,13	0,66	0,08
24 - COMUNICAÇÕES	0,01	0,07	0,03	0,09	-	0,12	0,06	0,10	0,16	0,16	0,05
25 - ENERGIA	0,03	0,01	0,09	0,05	0,01	0,03	0,01	0,19	0,18	0,05	0,06
26 - TRANSPORTE	0,42	0,57	0,56	1,59	0,02	0,30	0,16	4,07	5,24	7,05	4,79
27 - DESPORTO E LAZER	-	-	0,00	-	0,07	0,02	0,05	0,32	0,12	0,04	0,39
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	12,52	38,74	77,26	29,06	15,12	92,66	50,43	230,55	240,68	55,68	42,84
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	2,11	0,52	-	-	0,74	-	-	-
TOTAL	29,97	47,12	96,08	51,10	31,93	117,37	78,78	293,98	299,72	120,36	111,26

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

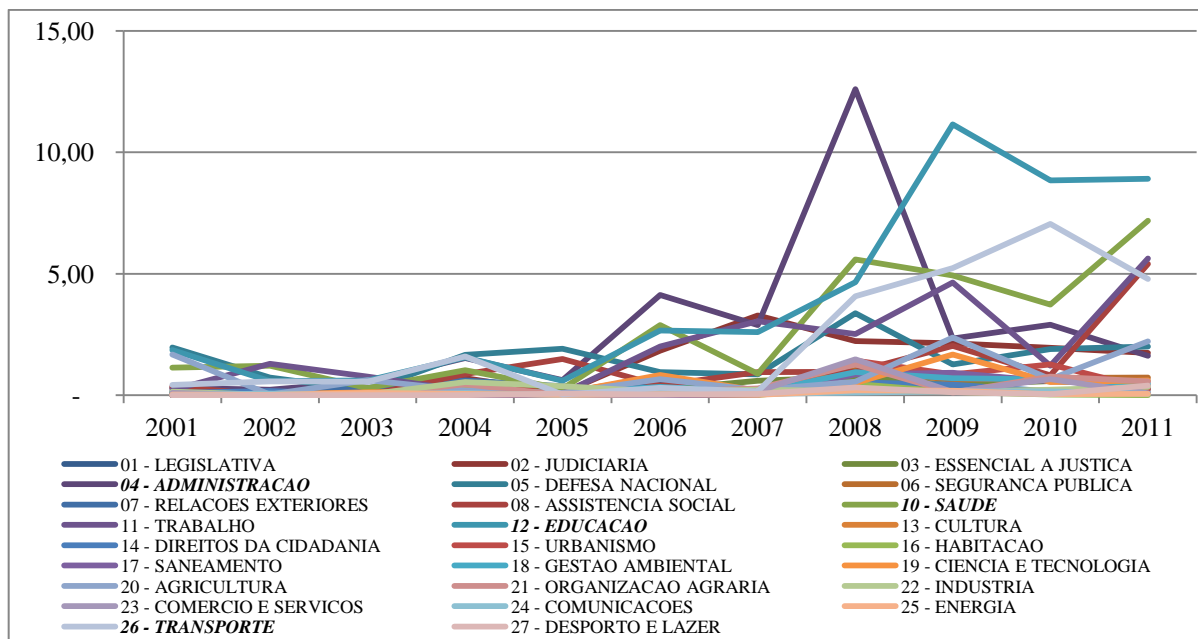


Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Créditos Suplementares por função. Ao contrário das variáveis anteriores, não se observou comportamento uniforme de crescimento ou decréscimo, de mesma função ou entre funções.

Gráfico 11 - Créditos Suplementares por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.3.1 Maiores resultados

Novamente, em todos os anos do período, os maiores aportes estão nas funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais). Juntas, corresponderam a mais de 59% (mínimo em 2011) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 10 - Participação das funções no valor anual da variável Créditos Suplementares

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
02 - JUDICIÁRIA	0,98%	0,00%	0,28%	1,37%	0,28%	1,56%	4,16%	0,76%	0,71%	1,62%	1,57%
04 - ADMINISTRAÇÃO	1,03%	0,47%	0,59%	3,00%	1,92%	3,51%	3,67%	4,29%	0,78%	2,40%	1,45%
05 - DEFESA NACIONAL	6,54%	1,52%	0,21%	3,25%	5,97%	0,81%	1,09%	1,15%	0,42%	1,58%	1,81%
09 - PREVIDÊNCIA	28,14%	7,03%	14,34%	12,73%	30,90%	4,45%	13,86%	5,23%	5,27%	23,99%	21,33%
11 - TRABALHO	0,71%	2,74%	0,80%	0,37%	0,20%	1,70%	3,86%	0,85%	1,55%	1,00%	5,06%
12 - EDUCAÇÃO	6,21%	1,24%	0,64%	3,05%	1,87%	2,27%	3,30%	1,58%	3,72%	7,34%	8,01%
28 - ENCARGOS	41,79%	82,21%	80,41%	56,87%	47,35%	78,95%	64,02%	78,43%	80,30%	46,26%	38,50%
DEMAIS FUNÇÕES	14,60%	4,79%	2,73%	19,36%	11,51%	6,75%	6,04%	7,71%	7,25%	15,81%	22,27%
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Essas funções também tiveram as maiores métricas estatísticas utilizadas (média aritmética, desvio padrão, mediana) no período 2001-2011:

- a) função 09 (Previdência Social) – média: R\$ 12,89 bilhões; desvio padrão: R\$ 7,83 bilhões; mediana: R\$ 10,92 bilhões;

- b) função 28 (Encargos Especiais): média: R\$ 80,50 bilhões; desvio padrão: R\$ 80,35 bilhões; mediana: R\$ 50,43 bilhões.

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, a função 28 (Encargos Especiais) apresentou a maior elevação em valores absolutos (R\$ 30,31 bilhões), e, em seguida, função 09 (Previdência Social) (R\$ 15,30 bilhões). Porém, em termos relativos, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 06 (Segurança Pública) (3.427,14%) e 21 (Organização Agrária) (10.608,65%). O Gráfico 11 mostra que, depois da função 09 (Previdência Social) as curvas relativas às funções 12 (Educação) e 10 (Saúde) se destacaram das demais funções e estão em trajetória crescente – a partir de 2005 e 2007, respectivamente.

4.2.3.2 Menores resultados

As funções 01 (Legislativa), 07 (Relações Exteriores), 08 (Assistência Social), 13 (Cultura), 15, (Urbanismo), 16 (Habitação), 17 (Saneamento), 19 (Ciência e Tecnologia), 21 (Organização Agrária), 22 (Indústria), 23 (Comércio e Serviços), 24 (Comunicações), 25 (Energia) e 27 (Desporto e Lazer) estiveram entre os menores valores aportados (na maior parte das ocorrências, foram nulos), em anos diferentes e de forma alternada. Diferentemente das variáveis anteriores, houve maior dispersão entre as funções, com destaque para a função 16 (Habitação), que esteve mais vezes entre os menores registros (2001 a 2003, 2005 a 2007, 2010 e 2011).

Na análise das medidas estatísticas, as funções 13 (Cultura) e 24 (Comunicações) detiveram a menor média (R\$ 0,08 bilhão em ambas). A última e a função 25 (Energia) tiveram os menores desvios-padrões (R\$ 0,05 bilhão e R\$ 0,07 bilhão, respectivamente). As menores medianas foram das funções 16 (Habitação) e 17 (Saneamento) (nulo e R\$ 0,01 bilhão, respectivamente).

Para a verificação da amplitude para o período 2001-2011, não foram consideradas as funções que não receberam créditos suplementares em 2001 (pois não é possível divisão por zero). São as seguintes: 01 (Legislativa), 15 (Urbanismo), 16 (Habitação), 17 (Saneamento) e 27 (Desporto e lazer). Entre as demais, houve decréscimo real (descontado o efeito da inflação pela correção IPCA), em termos absolutos e relativos, nas funções 07 (Relações Exteriores) (- R\$ 0,0001 bilhão = - 0,16%) e 23 (Comércio e Serviços) (- R\$ 0,01 bilhão = - 12,70%).

4.2.4 Variável Créditos Especiais

A Tabela 11 apresenta os valores por função da variável Créditos Especiais. O registro de dados inferiores a R\$ 0,01 bilhão (0,00) difere do registro nulo (-).

Tabela 11 - Créditos Especiais por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	0,01	0,01	-	-	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
02 - JUDICIÁRIA	0,08	0,16	0,14	0,00	0,03	0,10	0,04	0,04	0,05	0,08	0,11
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	-	-	-	0,02	0,07	0,01	0,00	0,01	0,08
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,06	0,52	0,53	0,03	0,09	0,08	0,10	0,20	0,18	0,01	-
05 - DEFESA NACIONAL	0,02	0,44	0,00	0,03	-	0,01	0,01	0,79	3,35	1,78	0,48
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	0,01	0,04	0,00	0,00	0,02	0,10	0,16	0,16
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-	0,01	-	-	-	0,12	0,09	0,21
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,05	0,02	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,04
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,57	0,02	-	-	0,04	0,08	0,06	0,02	-
10 - SAÚDE	-	0,00	0,05	0,03	0,02	0,00	0,00	0,01	0,03	0,01	0,00
11 - TRABALHO	0,00	-	0,22	-	-	-	-	-	0,00	-	-
12 - EDUCAÇÃO	0,04	0,01	0,19	0,00	0,03	0,02	0,04	0,11	0,14	0,08	0,18
13 - CULTURA	0,02	0,02	0,00	-	-	-	0,05	0,01	0,01	0,00	-
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,02	0,04	0,04	0,01
15 - URBANISMO	-	-	0,02	0,08	0,07	-	-	2,07	0,07	0,00	0,00
16 - HABITAÇÃO	-	-	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-
17 - SANEAMENTO	-	-	0,01	-	-	-	-	0,06	0,27	-	-
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,05	0,01	-	-	0,03	0,02	0,00	0,00	0,12	0,18	0,45
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	0,30	-	0,03	0,01	0,28	0,22	0,03	0,07	0,01	0,01
20 - AGRICULTURA	0,00	0,88	0,00	0,03	0,01	0,00	0,00	0,15	0,05	0,02	0,31
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-	-	-	-	-	-	0,00	-	0,00	-	-
22 - INDÚSTRIA	-	0,15	-	0,00	0,09	-	0,06	-	0,11	0,13	0,02
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,01	-	-	-	-	-	-	0,01	0,00	-
24 - COMUNICAÇÕES	0,46	-	-	-	0,01	-	-	-	0,00	-	-
25 - ENERGIA	0,02	0,00	-	-	-	-	0,01	0,01	0,00	-	-
26 - TRANSPORTE	0,05	0,12	0,14	0,06	0,23	0,01	0,04	1,94	2,74	0,86	0,49
27 - DESPORTO E LAZER	-	-	-	-	0,01	0,01	0,00	0,00	0,03	0,64	-
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	23,13	0,01	0,24	0,02	0,13	0,06	0,03	0,22	14,80	5,60	0,15
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	24,00	2,65	2,11	0,35	0,81	0,61	0,72	5,79	22,36	9,72	2,71

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

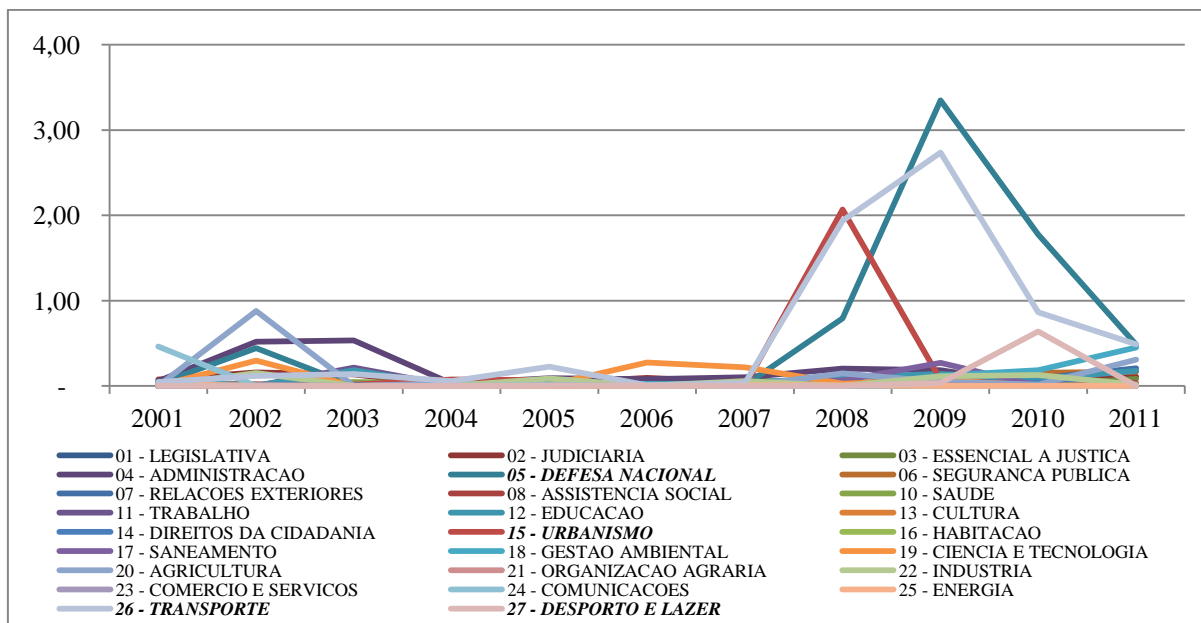


Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Créditos Especiais por função.

Gráfico 14 - Créditos Especiais por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.4.1 Maiores resultados

Ocorreu nessa variável dispersão dos maiores resultados, mantido o critério de registro de dois maiores valores por ano. São as seguintes funções, listadas em ordem decrescente de frequência:

- a) 28 (Encargos Especiais): 2001, 2005, 2009 e 2010;
- b) 26 (Transporte): 2004, 2005, 2008 e 2011;
- c) 04 (Administração): 2002, 2003 e 2007;
- d) 05 (Defesa Nacional): 2009, 2010 e 2011;
- e) 15 (Urbanismo): 2004 e 2008;
- f) 19 (Ciência e Tecnologia): 2006 e 2007;
- g) 24 (Comunicações): 2001;
- h) 20 (Agricultura): 2002;
- i) 09 (Previdência Social): 2003;
- j) 02 (Judiciária): 2006.

Juntas, as funções acima corresponderam a mais de 57% (mínimo em 2011) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 12 - Participação das funções no valor anual da variável Créditos Especiais

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
02 - JUDICIÁRIA	0,31%	5,98%	6,53%	0,41%	3,90%	15,69%	6,12%	0,70%	0,22%	0,81%	4,12%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	3,12%	10,15%	0,23%	0,01%	0,10%	3,09%
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,24%	19,63%	25,26%	8,20%	11,12%	12,94%	14,45%	3,51%	0,82%	0,12%	0,00%
05 - DEFESA NACIONAL	0,10%	16,73%	0,02%	10,05%	0,00%	0,98%	1,05%	13,73%	14,98%	18,27%	17,90%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00%	0,00%	26,85%	6,45%	0,00%	0,00%	6,11%	1,43%	0,27%	0,23%	0,00%
15 - URBANISMO	0,00%	0,00%	0,71%	22,46%	8,65%	0,00%	0,00%	35,76%	0,32%	0,02%	0,09%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,21%	0,28%	0,00%	0,00%	4,33%	3,92%	0,18%	0,05%	0,54%	1,90%	16,63%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00%	11,29%	0,00%	8,45%	1,47%	45,28%	30,46%	0,51%	0,31%	0,06%	0,48%
20 - AGRICULTURA	0,01%	33,14%	0,14%	8,86%	1,13%	0,37%	0,38%	2,53%	0,23%	0,17%	11,37%
24 - COMUNICAÇÕES	1,93%	0,00%	0,00%	0,00%	1,59%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
26 - TRANSPORTE	0,20%	4,51%	6,62%	17,08%	28,08%	1,50%	4,98%	33,47%	12,23%	8,90%	18,06%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	96,36%	0,21%	11,51%	4,76%	15,86%	10,46%	4,45%	3,83%	66,17%	57,58%	5,39%
DEMAIS FUNÇÕES	0,64%	8,21%	22,36%	13,28%	23,87%	5,74%	21,67%	4,25%	3,90%	11,84%	22,87%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

As funções 05 (Defesa Nacional) e 28 (Encargos Especiais) tiveram as maiores médias (R\$ 0,63 bilhão e 4,03 bilhões, respectivamente) e desvios-padrões (R\$ 1,05 bilhão e R\$ 7,79 bilhões). As maiores medianas foram das funções 28 (Encargos Especiais) (R\$ 0,15 bilhão) e 26 (Transporte) (R\$ 0,14 bilhão).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, a função 05 (Defesa Nacional) apresentou a maior elevação em valores absolutos (R\$ 0,46 bilhões), e, em seguida, função 26 (Transporte) (R\$ 0,44 bilhões). Porém, em termos relativos, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 03 (Essencial à Justiça) (18.412,18%) e 20 (Agricultura) (14.254,19%). Os Gráficos 12,13 e 14 mostram que houve dois períodos de oscilação nas curvas de algumas funções: em 2001/2002/2003 e em 2007/2008/2009/2010 (subindo para patamar acima de R\$ 1 bilhão). Em 2011, os valores retomaram ao limite inferior a R\$ 1 bilhão.

4.2.4.2 Menores resultados

Das 28 funções consideradas (excluídas as 98 (Atípica) e 99 (Reserva de Contingência)), apenas **não** estiveram entre os menores valores aportados sob essa variável em qualquer um dos anos estudados as seguintes funções: 02 (Judiciária), 12 (Educação), 20 (Agricultura), 26 (Transporte), 28 (Encargos Especiais).

As medidas estatísticas de menor valor foram as seguintes:

- a) Média: 01 (Legislativa) – R\$ 0,03 bilhão, 16 (Habitação) – R\$ 0,001 bilhão, 21 (Organização Agrária) – R\$ 0,0001 bilhão, 23 (Comércio e Serviços) – R\$ 0,003 bilhão e 25 (Energia) – R\$ 0,004 bilhão;
- b) Desvio-padrão: 01 (Legislativa) – R\$ 0,003 bilhão, 16 (Habitação) – R\$ 0,003 bilhão, 21 (Organização Agrária) – R\$ 0,0003 bilhão, 23 (Comércio e Serviços) - R\$ 0,005 bilhão, 25 (Energia) – R\$ 0,007 bilhão;
- c) Mediana: 07 (Relações Exteriores), 11 (Trabalho), 16 (Habitação), 17 (Saneamento), 21 (Organização Agrária), 23 (Comércio e Serviços), 24 (Comunicações), 25 (Energia) – nulo.

Para a verificação da amplitude para o período 2001-2011, não foram consideradas as funções que não receberam Créditos Especiais em 2001 (pois não é possível divisão por zero). São elas: 06 (Segurança Pública), 07 (Relações Exteriores), 10 (Saúde), 14 (Direitos da Cidadania), 15 (Urbanismo), 16 (Habitação), 17 (Saneamento), 19 (Ciência e Tecnologia), 21 (Organização Agrária), 22 (Indústria) e 27 (Desporto e lazer). Entre as demais, houve decréscimo real (descontado o efeito da inflação pela correção IPCA), em termos absolutos e relativos, nas seguintes funções:

- a) 01 (Legislativa): R\$ 0,01 bilhão (-75,54%);
- b) 04 (Administração): R\$ 0,06 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011);
- c) 08 (Assistência Social): R\$ 0,01 bilhão (-25,53%);
- d) 09 (Previdência Social): R\$ 0,0002 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011);
- e) 11 (Trabalho): R\$ 0,002 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011);
- f) 13 (Cultura): R\$ 0,002 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011);
- g) 23 (Comércio e Serviços): R\$ 0,002 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011);
- h) 24 (Comunicações): R\$ 0,46 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011) – segundo menor valor absoluto;
- i) 25 (Energia): R\$ 0,02 bilhão (-100,00% – valor nulo em 2011);
- j) 28 (Encargos Especiais) R\$ 22,98 bilhões (-99,37%) – menor valor absoluto.

4.2.5 Variável Créditos Extraordinários

A Tabela 13 apresenta os valores por função da variável Créditos Extraordinários.

Tabela 13 - Créditos Extraordinários por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	-	-	-	-	0,29	-	-	-	-	-	-
02 - JUDICIÁRIA	-	0,02	-	-	-	0,02	0,01	0,01	-	-	-
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	-	-	-	-	0,01	0,03	0,03	-	-	-	-
04 - ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	0,30	0,27	0,86	1,51	0,28	0,01	0,38	0,01
05 - DEFESA NACIONAL	-	-	0,01	0,26	1,19	1,28	1,90	0,60	0,21	1,50	0,45
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,97	0,79	0,21	0,21	0,23	0,65	1,56	2,43	2,58	4,07	1,77
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	-	-	-	-	-	0,11	0,17	-	-	0,14	-
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,10	0,06	-	0,69	0,21	1,71	0,12	-	-	0,18	-
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	0,38	10,12	0,88	0,21	-	-	-
10 - SAÚDE	0,19	-	-	0,11	3,34	0,56	4,94	0,14	3,06	2,07	0,27
11 - TRABALHO	-	-	-	-	-	2,48	0,19	0,02	-	0,01	-
12 - EDUCAÇÃO	-	-	-	-	0,13	1,56	2,71	0,02	0,01	2,60	0,70
13 - CULTURA	-	-	-	-	0,03	-	0,17	0,15	-	0,02	-
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-	-	-	-	0,08	0,27	0,33	0,28	-	0,15	0,03
15 - URBANISMO	-	0,00	-	-	0,53	0,47	2,86	0,29	0,12	0,20	0,01
16 - HABITAÇÃO	-	0,00	0,12	0,06	-	1,18	0,29	-	0,08	-	-
17 - SANEAMENTO	-	-	-	-	-	-	1,90	0,03	-	-	-
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,02	0,00	0,00	0,06	0,20	0,01	2,09	0,13	0,12	0,00	-
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	-	-	-	0,28	0,15	0,10	0,12	-	0,02	0,01
20 - AGRICULTURA	0,57	-	-	1,10	0,04	3,42	2,26	0,21	0,07	0,08	-
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-	-	-	0,29	0,96	0,89	0,96	0,05	0,01	0,29	-
22 - INDÚSTRIA	-	-	-	-	0,02	0,04	0,94	0,09	-	0,09	-
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	-	0,00	-	-	-	0,56	0,32	0,01	0,29	-	-
24 - COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	0,39	-	-	0,32	-
25 - ENERGIA	0,07	12,54	3,55	-	0,08	0,01	0,00	-	-	-	-
26 - TRANSPORTE	0,01	3,02	0,14	0,38	1,66	2,23	7,29	1,57	2,78	0,71	0,09
27 - DESPORTO E LAZER	-	-	-	0,04	-	0,15	0,84	0,01	-	0,02	-
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	0,19	31,83	-	8,57	6,19	0,44	27,90	15,47	-	1,58	0,26
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2,13	48,25	4,04	12,06	16,12	29,22	62,68	22,12	9,35	14,43	3,59

Fonte: Siga Brasil

Legenda:



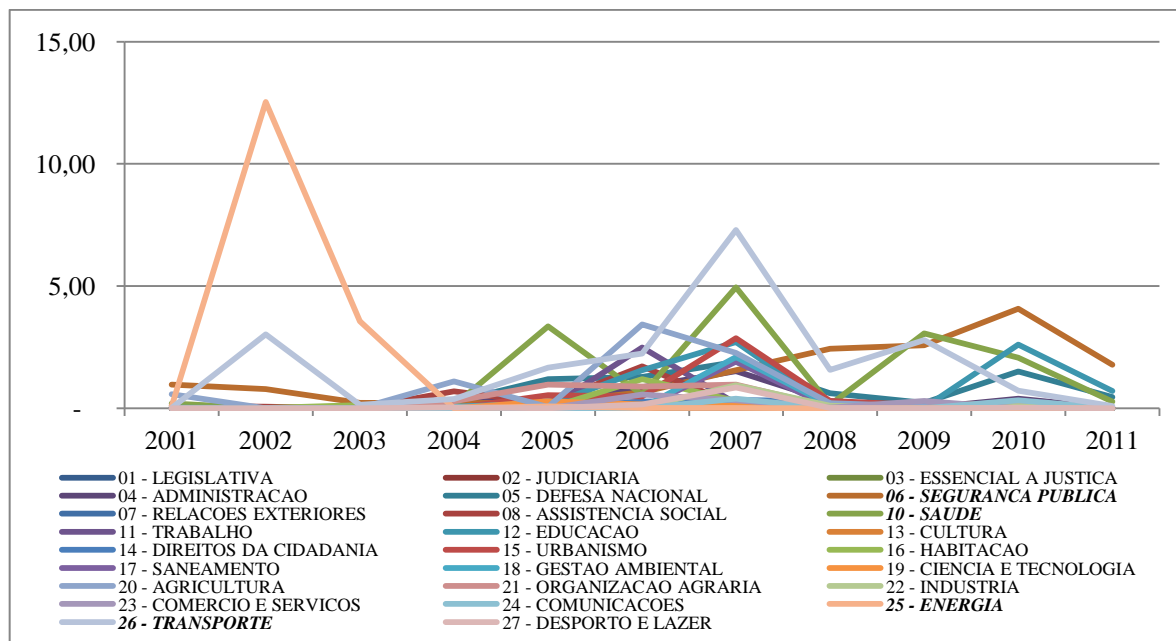
Máximos (2 registros por ano)



Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Créditos Extraordinários.

Gráfico 17 - Créditos Extraordinários por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.5.1 Maiores resultados

Como as outras variáveis relacionadas a créditos adicionais, houve dispersão entre as funções que mais receberam recursos, mantido o critério de registro de dois maiores valores por ano. São as seguintes, listadas em ordem decrescente de frequência:

- a) 06 (Segurança Pública): 2001, 2003, 2008, 2010 e 2011;
- b) 28 (Encargos Especiais): 2002, 2004, 2005, 2007 e 2008;
- c) 20 (Agricultura): 2001, 2004 e 2006;
- d) 25 (Energia): 2002 e 2003;
- e) 10 (Saúde): 2005 e 2009;
- f) 26 (Transporte): 2007 e 2009;
- g) 12 (Educação): 2010 e 2011;
- h) 09 (Previdência Social): 2006.

Juntas, essas funções corresponderam a mais de 65% (mínimo em 2006) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 14 - Participação das funções no valor anual da variável Créditos Extraordinários

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
05 - DEFESA NACIONAL	0,00%	0,00%	0,20%	2,16%	7,35%	4,38%	3,03%	2,73%	2,25%	10,39%	12,57%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	45,55%	1,63%	5,32%	1,72%	1,44%	2,23%	2,49%	10,96%	27,61%	28,22%	49,25%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	4,66%	0,13%	0,00%	5,70%	1,30%	5,85%	0,20%	0,00%	0,00%	1,23%	0,00%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,33%	34,64%	1,40%	0,95%	0,00%	0,00%	0,00%
10 - SAÚDE	9,04%	0,00%	0,00%	0,94%	20,73%	1,92%	7,89%	0,62%	32,74%	14,32%	7,44%
11 - TRABALHO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,50%	0,31%	0,07%	0,00%	0,10%	0,00%
12 - EDUCAÇÃO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%	5,33%	4,32%	0,11%	0,14%	18,00%	19,55%
20 - AGRICULTURA	26,95%	0,00%	0,00%	9,11%	0,28%	11,71%	3,61%	0,94%	0,72%	0,54%	0,00%
25 - ENERGIA	3,28%	25,98%	87,87%	0,00%	0,48%	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
26 - TRANSPORTE	0,53%	6,25%	3,45%	3,12%	10,32%	7,65%	11,63%	7,10%	29,75%	4,93%	2,38%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	8,99%	65,96%	0,00%	71,06%	38,41%	1,50%	44,52%	69,93%	0,00%	10,96%	7,35%
DEMAIS FUNÇÕES	1,00%	0,05%	3,16%	6,19%	16,56%	16,25%	20,60%	6,59%	6,79%	11,31%	1,46%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

As funções 26 (Transporte) e 28 (Encargos Especiais) tiveram as maiores médias (R\$ 1,81 bilhão e 8,40 bilhões, respectivamente) e medianas (R\$ 1,57 bilhão e R\$ 1,58 bilhão). Os maiores desvios-padrões foram das funções 28 (Encargos Especiais) (R\$ 11,70 bilhões) e 25 (Energia) (R\$ 3,82 bilhões).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, a função 06 (Segurança Pública) apresentou a maior elevação em valores absolutos (R\$ 0,80 bilhão), e, em seguida, função 12 (Educação) (R\$ 0,70 bilhão). Em termos relativos, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 26 (Transporte) (659,38%) e 06 (Segurança Pública) (82,51%). Os Gráficos 15, 16 e 17 mostram as curvas das respectivas funções. Mudanças abruptas estão relacionadas à natureza dos créditos extraordinários: destinar recursos a despesas urgentes e imprevisíveis, conforme artigo nº 41 da Lei 4320 (BRASIL, 1964).

4.2.5.2 Menores resultados

Das 28 funções consideradas (excluídas as 98 (Atípica) e 99 (Reserva de Contingência)), apenas **não** estiveram entre os menores valores aportados sob essa variável em qualquer um dos anos estudados as seguintes funções: 06 (Segurança Pública) e 26 (Transporte).

As funções 02 (Judiciária) e 03 (Essencial à Justiça) tiveram as menores médias (R\$ 0,005 bilhão e R\$ 0,01 bilhão, respectivamente) e desvios-padrões (R\$ 0,01 bilhão em ambas). As medianas foram nulas nas funções 01 (Legislativa), 02 (Judiciária), 03 (Essencial à Justiça), 07 (Relações Exteriores), 09 (Previdência Social), 11 (Trabalho), 13 (Cultura), 17

(Saneamento), 22 (Indústria), 23 (Comércio e Serviços), 24 (Comunicações) e 27 (Desporto de Lazer).

Com a análise dos dados, verificou-se que o emprego de créditos extraordinários incluiu maior número de funções entre 2006 e 2007. Em todo período pesquisado (2001 a 2011), houve decréscimo real (descontado o efeito da inflação pela correção IPCA), em termos absolutos e relativos, nas seguintes funções:

- a) 08 (Assistência Social): R\$ 0,10 bilhão (-100,00% - valor nulo em 2011);
- b) 18 (Gestão Ambiental): R\$ 0,02 bilhão (-100,00%- valor nulo em 2011);
- c) 20 (Agricultura): R\$ 0,57 bilhão (-100,00%- valor nulo em 2011) – menor valor absoluto;
- d) 25 (Energia): R\$ 0,07 bilhão (-100,00%- valor nulo em 2011).

4.2.6 Variável Empenhado

A Tabela 15 apresenta os valores por função da variável Empenhado.

Tabela 15 - Empenhado por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	4,21	4,56	4,96	5,29	5,34	6,32	6,40	6,39	5,93	6,19	6,20
02 - JUDICIÁRIA	13,34	14,99	13,46	15,70	14,86	19,26	20,61	22,62	23,50	24,49	23,11
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	1,69	1,89	2,14	3,13	3,21	4,06	4,76	5,49	5,73	5,98	5,95
04 - ADMINISTRAÇÃO	14,15	14,77	11,60	13,18	12,51	14,61	17,94	17,77	19,61	21,80	19,60
05 - DEFESA NACIONAL	23,33	22,92	18,36	20,19	21,42	22,34	25,07	26,95	29,95	35,17	33,02
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	5,02	3,90	3,76	4,05	4,15	5,16	6,76	7,90	9,16	10,62	7,88
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	1,80	2,35	1,81	1,93	2,09	1,84	1,88	2,30	1,78	2,07	1,96
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	10,31	11,66	13,13	20,35	21,89	28,43	31,50	35,20	38,62	43,12	47,12
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	210,52	221,41	228,06	244,72	263,72	281,14	299,02	317,37	338,61	356,64	368,83
10 - SAÚDE	46,09	45,77	42,57	48,68	50,39	53,58	58,25	60,31	66,72	67,61	74,17
11 - TRABALHO	14,56	15,49	14,85	16,04	17,78	21,99	25,36	27,71	33,98	34,85	37,85
12 - EDUCAÇÃO	22,91	24,12	22,55	21,59	22,48	26,03	31,13	33,94	42,10	53,05	60,05
13 - CULTURA	0,54	0,43	0,36	0,48	0,68	0,77	0,96	1,07	1,28	1,51	1,43
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1,14	0,75	0,62	0,81	1,13	1,30	1,20	1,80	1,79	1,99	1,43
15 - URBANISMO	0,93	0,87	0,53	1,75	2,88	2,83	5,57	5,19	5,37	5,31	4,33
16 - HABITAÇÃO	0,70	0,23	0,19	0,71	0,77	1,54	0,75	1,24	1,15	0,19	0,51
17 - SANEAMENTO	0,44	0,17	0,09	0,11	0,12	0,07	1,96	2,13	3,45	1,90	1,67
18 - GESTÃO AMBIENTAL	3,64	2,25	1,48	1,75	2,73	2,12	4,11	4,48	4,22	4,03	3,81
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3,08	2,70	3,11	3,83	4,49	5,02	5,49	6,25	7,10	8,23	7,16
20 - AGRICULTURA	10,98	10,25	10,47	11,38	11,61	13,42	14,61	11,94	17,01	16,26	16,39
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2,56	2,46	2,21	3,80	4,89	5,59	6,13	5,38	5,54	4,65	4,30
22 - INDÚSTRIA	0,92	0,78	0,69	2,27	2,04	2,71	3,56	2,72	1,85	1,96	1,91
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	5,44	3,35	3,28	3,10	3,93	3,68	3,67	4,07	4,63	4,21	3,79
24 - COMUNICAÇÕES	0,90	1,03	1,00	0,73	0,66	0,63	1,14	0,64	0,61	1,05	0,86
25 - ENERGIA	1,43	14,02	6,06	0,59	0,65	0,59	0,69	0,64	0,93	0,74	0,64
26 - TRANSPORTE	7,68	8,97	4,74	5,36	9,17	9,16	15,47	15,64	18,89	22,48	19,54
27 - DESPORTO E LAZER	0,57	0,48	0,25	0,40	0,57	0,97	1,80	1,15	1,12	1,13	1,16
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	835,60	802,14	1.002,47	961,17	1.098,96	1.054,27	993,74	921,25	962,36	938,71	1.003,55
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.244,47	1.234,71	1.414,79	1.413,09	1.585,14	1.589,42	1.589,53	1.549,54	1.652,96	1.675,92	1.758,21

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

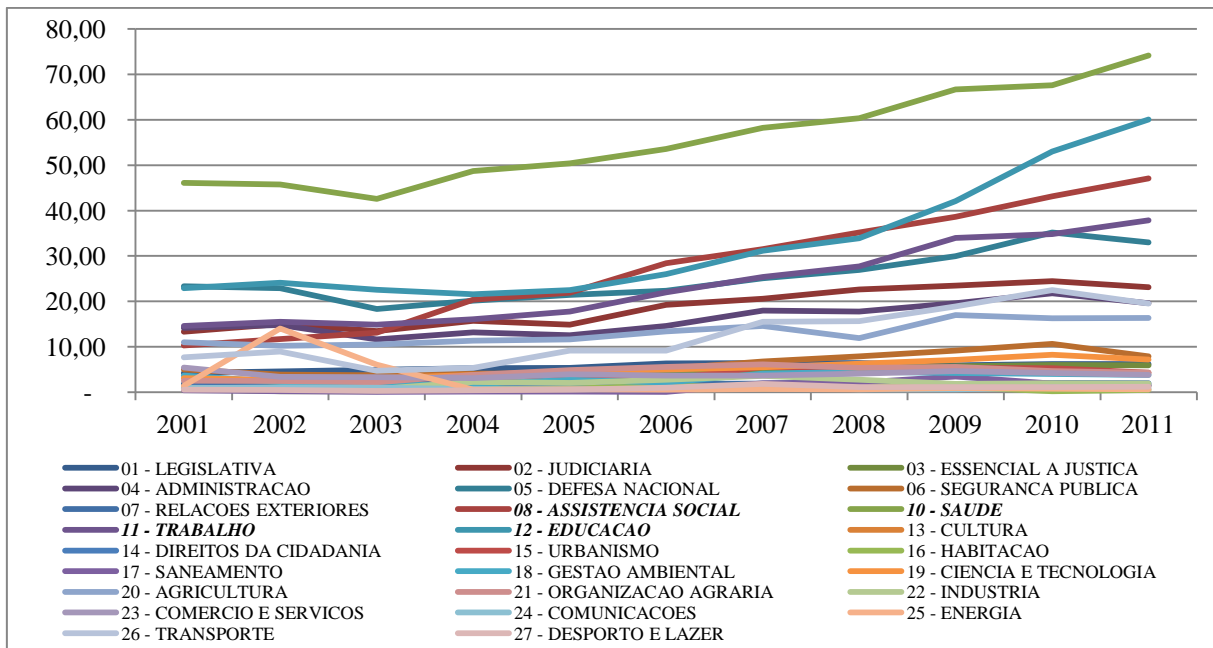


Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Empenhado por função.

Gráfico 20 - Empenhado por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.6.1 Maiores Resultados

Retornando às características das variáveis Dotação Inicial e Autorizado, os maiores montantes empenhados foram das funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais). Juntas, corresponderam a mais de 77% (mínimo em 2010) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 16 - Participação das funções no valor anual da variável Empenhado

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	16,92%	17,93%	16,12%	17,32%	16,64%	17,69%	18,81%	20,48%	20,49%	21,28%	20,98%
10 - SAÚDE	3,70%	3,71%	3,01%	3,44%	3,18%	3,37%	3,66%	3,89%	4,04%	4,03%	4,22%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	67,14%	64,97%	70,86%	68,02%	69,33%	66,33%	62,52%	59,45%	58,22%	56,01%	57,08%
DEMAIS FUNÇÕES	12,24%	13,39%	10,01%	11,22%	10,85%	12,61%	15,01%	16,18%	17,25%	18,68%	17,72%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Estas funções também tiveram as maiores métricas estatísticas utilizadas (média aritmética, desvio padrão, mediana) no período 2001-2011:

- a) função 09 (Previdência Social) – média: R\$ 284,55 bilhões; desvio padrão: R\$ 55,86 bilhões; mediana: R\$ 281,14 bilhões;

- b) função 28 (Encargos Especiais): média: R\$ 961,29 bilhões; desvio padrão: R\$ 86,82 bilhões; mediana: R\$ 962,36 bilhões.

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, a função 28 (Encargos Especiais) apresentou a maior elevação em valores absolutos (R\$ 167,95 bilhões), e, em seguida, a função 09 (Previdência Social) (R\$ 158,31 bilhões). Porém, em termos relativos, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 15 (Urbanismo) (365,68%) e 08 (Assistência Social) (357,12%). O Gráfico 20 mostra que, depois da função 09 (Previdência Social), as curvas relativas às funções 12 (Educação) e 08 (Assistência Social) se destacaram das demais funções e estão em trajetória crescente, se aproximando da curva da função 10 (Saúde).

4.2.6.2 Menores Resultados

As funções 13 (Cultura), 16 (Habitação), 17 (Saneamento), 24 (Comunicações), 25 (Energia) e 27 (Desporto e Lazer) estiveram entre os menores valores da variável, em mais de um ano e de forma alternada. Destaca-se a função 17 (Saneamento) entre 2001 e 2006, com elevação de recursos nos anos seguintes, enquanto a função 25 (Energia) passou a ter os menores aportes entre 2006 e 2011. Também a função 16 (Habitação) figurou entre os menores valores em 2002, 2003, 2007, 2010 e 2011.

Na análise das medidas estatísticas, as menores médias foram das funções 16 (Habitação), R\$ 0,73 bilhão, e 24 (Comunicações), R\$ 0,84 bilhão. As menores medianas foram das funções 17 (Saneamento), R\$ 0,44 bilhão, e 25 (Energia), R\$ 0,69 bilhão. Os menores desvios-padrões foram das funções 07 (Relações Exteriores) e 24 (Comunicações), R\$ 0,20 bilhão em ambas.

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, houve decréscimo real (descontado o efeito da inflação pela correção IPCA), em termos absolutos e relativos, nas seguintes funções:

- a) 16 (Habitação): R\$ 0,18 bilhão (-26,32%);
- b) 23 (Comércio e Serviços): R\$ 1,66 bilhão (-30,4%) – menor valor;
- c) 24 (Comunicações): R\$ 0,04 bilhão (-4,05%);
- d) 25 (Energia): R\$ 0,78 bilhão (-54,92%) – segundo menor valor.

4.2.7 Variável Pago

A Tabela 17 apresenta os valores por função da variável Pago.

Tabela 17 - Pago por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	3,77	4,22	4,66	4,86	4,95	5,87	5,71	5,62	5,48	5,74	5,79
02 - JUDICIÁRIA	12,55	13,94	12,34	14,35	13,61	17,94	18,98	21,35	21,95	22,79	21,60
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	1,61	1,81	2,08	2,96	3,04	3,82	4,33	5,13	5,44	5,64	5,49
04 - ADMINISTRAÇÃO	10,59	12,03	10,62	11,65	10,99	12,87	15,49	15,51	17,24	19,34	17,63
05 - DEFESA NACIONAL	20,05	20,57	16,74	17,97	19,36	20,62	22,11	22,26	26,41	30,20	28,36
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	4,23	3,15	3,27	3,58	3,57	4,35	5,79	6,58	7,45	8,67	6,61
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	1,78	2,33	1,77	1,82	1,91	1,79	1,85	2,24	1,74	2,02	1,94
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	9,75	10,96	12,13	19,92	21,38	28,05	31,13	34,22	37,83	42,29	45,94
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	207,63	218,82	222,92	241,26	256,87	280,01	297,02	289,71	317,66	341,49	354,18
10 - SAÚDE	40,14	41,24	39,31	44,11	45,53	47,74	50,89	53,30	56,79	60,53	65,25
11 - TRABALHO	13,96	14,91	14,79	15,35	17,25	21,45	24,77	26,38	32,80	33,91	36,80
12 - EDUCAÇÃO	20,21	22,04	19,98	19,35	19,18	22,48	25,35	28,46	35,20	44,43	48,07
13 - CULTURA	0,39	0,37	0,29	0,34	0,48	0,52	0,55	0,65	0,79	0,88	0,65
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	0,96	0,60	0,52	0,67	0,89	0,97	0,81	1,12	1,23	1,38	1,00
15 - URBANISMO	0,17	0,16	0,12	1,05	0,82	0,83	0,97	1,30	1,88	1,95	1,28
16 - HABITAÇÃO	0,11	0,01	0,02	0,33	0,20	0,09	0,00	0,18	0,15	0,02	0,06
17 - SANEAMENTO	0,11	0,01	0,01	0,02	0,04	0,03	0,05	0,57	0,96	0,56	0,27
18 - GESTÃO AMBIENTAL	2,00	1,62	1,10	1,35	1,58	1,54	1,71	1,77	1,92	2,25	2,37
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2,75	2,45	2,57	3,32	3,65	3,79	3,99	4,77	5,49	5,79	5,05
20 - AGRICULTURA	8,94	8,67	9,54	10,35	10,22	11,04	10,06	9,28	12,81	9,86	9,81
21 - ORGANIZAÇÃO AGRARIA	1,98	2,13	1,48	2,57	3,47	3,89	4,45	2,96	2,85	2,39	2,16
22 - INDÚSTRIA	0,65	0,64	0,63	1,72	1,59	2,61	3,08	1,86	1,50	1,59	1,67
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	4,37	2,85	2,79	2,10	2,15	2,46	1,95	1,60	1,60	1,56	1,22
24 - COMUNICAÇÕES	0,76	0,91	0,88	0,57	0,56	0,56	0,61	0,49	0,46	0,59	0,69
25 - ENERGIA	1,18	11,60	3,00	0,52	0,56	0,49	0,54	0,55	0,73	0,55	0,55
26 - TRANSPORTE	4,50	5,71	2,89	3,56	4,56	4,62	6,93	5,60	9,19	11,88	10,80
27 - DESPORTO E LAZER	0,16	0,14	0,07	0,21	0,15	0,35	0,96	0,24	0,17	0,28	0,32
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	753,71	765,97	935,91	876,66	1.022,98	1.008,02	950,65	883,07	919,53	890,08	939,56
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.128,99	1.169,90	1.322,41	1.302,51	1.471,55	1.508,79	1.490,73	1.426,78	1.527,26	1.548,67	1.615,13

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

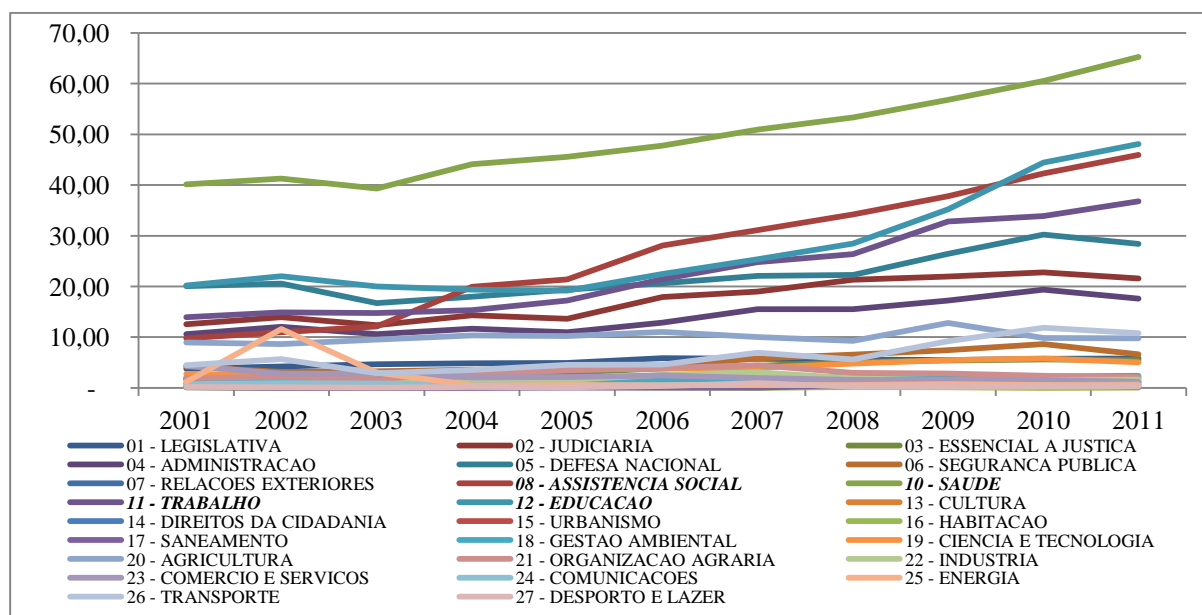


Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável Pago por função.

Gráfico 23 - Pago por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.7.1 Maiores resultados

Como na variável anterior, os maiores montantes pagos foram nas funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais). Juntas, corresponderam a mais de 79% (mínimo em 2010) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 18 - Participação das funções no valor anual da variável Pago

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	18,39%	18,70%	16,86%	18,52%	17,46%	18,56%	19,92%	20,31%	20,80%	22,05%	21,93%
10 - SAÚDE	3,56%	3,53%	2,97%	3,39%	3,09%	3,16%	3,41%	3,74%	3,72%	3,91%	4,04%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	66,76%	65,47%	70,77%	67,31%	69,52%	66,81%	63,77%	61,89%	60,21%	57,47%	58,17%
DEMAIS FUNÇÕES	11,29%	12,30%	9,40%	10,78%	9,93%	11,47%	12,90%	14,06%	15,27%	16,57%	15,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Essas funções também tiveram as maiores métricas estatísticas utilizadas (média aritmética, desvio padrão, mediana) no período 2001-2011:

- função 09 (Previdência Social) – média: R\$ 275,24 bilhões; desvio padrão: R\$ 50,11 bilhões; mediana: R\$ 280,01 bilhões;
- função 28 (Encargos Especiais): média: R\$ 904,19 bilhões; desvio padrão: R\$ 85,26 bilhões; mediana: R\$ 919,53 bilhões.

Tais funções também tiveram as maiores variações entre 2001 e 2011: R\$ 185,86 bilhões na função 28 (Encargos Especiais) e R\$ 146,55 bilhões na função 09 (Previdência Social). Todavia, em termos percentuais, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 15 (Urbanismo) (657,64%) e 08 (Assistência Social) (370,95%). O Gráfico 23 mostra que, depois da função 09 (Previdência Social) as curvas relativas às funções 12 (Educação) e 08 (Assistência Social) se destacaram das demais funções e estão em trajetória crescente, se aproximando da curva da função 10 (Saúde).

4.2.7.2 Menores Resultados

As funções 16 (Habitação), 17 (Saneamento) e 27 (Desporto e Lazer) estiveram entre os menores valores pagos, em mais de um ano e de forma alternada.

Na análise das medidas estatísticas, as funções 16 (Habitação) e 17 (Saneamento) tiveram as menores médias (R\$ 0,11 bilhão e R\$ 0,24 bilhão, respectivamente) e medianas (R\$ 0,09 bilhão e R\$ 0,05 bilhão, respectivamente). Os menores desvios-padrões foram das funções 16 (Habitação) e 24 (Comunicações) (R\$ 0,10 bilhão e R\$ 0,15 bilhão, respectivamente).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, houve decréscimo real, em termos absolutos e relativos, nas seguintes funções:

- a) 16 (Habitação): R\$ 0,05 bilhão (-45,22%);
- b) 23 (Comércio e Serviços): R\$ 3,15 bilhões (-72,08%) – segunda menor queda percentual;
- c) 24 (Comunicações): R\$ 0,08 bilhão (-9,93%);
- d) 25 (Energia): R\$ 0,63 bilhão (-53,57%) – menor queda percentual.

4.2.7.3 Relação das variáveis Pago e Empenhado

A Tabela 19 apresenta a relação percentual da variável Pago sobre a variável Empenhado. Verificou-se que as funções 07 (Relações Exteriores), 08 (Assistência Social) e 09 (Previdência Social) e 11 (Trabalho) tiveram os maiores percentuais de empenhos pagos (superiores a 97% em todos os anos).

No outro extremo, as funções 15 (Urbanismo), 16 (Habitação), 17 (Saneamento) e 27 (Desporto e Lazer) tiveram os menores níveis de pagamento de empenho (inferiores a 29%), com destaque para o percentual de 0,04% de empenhos pagos em 2007 na função 16 (Habitação). Essa constatação reforça as demais já feitas e indicam que estas funções estão sendo desfavorecidas na gestão financeiro-orçamentária entre 2001 e 2011.

Tabela 19 - Relação Pago/Empenhado - 2001 a 2011

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	89,55%	92,38%	93,89%	91,84%	92,68%	92,88%	89,26%	88,02%	92,36%	92,76%	93,39%
02 - JUDICIÁRIA	94,09%	93,01%	91,71%	91,36%	91,56%	93,17%	92,07%	94,36%	93,38%	93,07%	93,49%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	95,14%	95,57%	96,96%	94,48%	94,47%	94,31%	90,98%	93,49%	94,98%	94,31%	92,36%
04 - ADMINISTRAÇÃO	74,83%	81,47%	91,55%	88,38%	87,86%	88,08%	86,33%	87,27%	87,95%	88,73%	89,96%
05 - DEFESA NACIONAL	85,91%	89,75%	91,20%	89,00%	90,38%	92,33%	88,19%	82,59%	88,19%	85,86%	85,90%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	84,23%	80,87%	86,96%	88,34%	85,86%	84,35%	85,70%	83,34%	81,34%	81,63%	83,96%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	99,00%	99,28%	97,50%	94,46%	91,34%	97,60%	98,63%	97,31%	98,17%	97,54%	98,89%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	94,63%	93,97%	92,40%	97,89%	97,64%	98,67%	98,84%	97,23%	97,95%	98,08%	97,49%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	98,63%	98,83%	97,75%	98,59%	97,40%	99,60%	99,33%	91,28%	93,81%	95,75%	96,03%
10 - SAÚDE	87,08%	90,12%	92,33%	90,62%	90,37%	89,09%	87,37%	88,38%	85,12%	89,52%	87,98%
11 - TRABALHO	95,92%	96,28%	99,63%	95,69%	97,03%	97,56%	97,68%	95,21%	96,51%	97,30%	97,23%
12 - EDUCAÇÃO	88,22%	91,38%	88,60%	89,62%	85,30%	86,35%	81,43%	83,86%	83,63%	83,77%	80,04%
13 - CULTURA	71,73%	85,66%	78,50%	72,23%	71,17%	67,60%	56,79%	60,82%	61,83%	58,15%	45,70%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	84,06%	80,52%	83,64%	83,22%	78,55%	74,95%	67,85%	62,13%	68,40%	69,55%	69,60%
15 - URBANISMO	18,22%	18,06%	22,52%	59,75%	28,60%	29,30%	17,44%	25,12%	35,00%	36,71%	29,64%
16 - HABITAÇÃO	15,74%	6,52%	8,98%	46,14%	25,97%	5,81%	0,04%	14,42%	13,46%	12,33%	11,70%
17 - SANEAMENTO	24,25%	6,18%	9,84%	14,53%	31,86%	38,65%	2,51%	26,71%	27,80%	29,69%	16,34%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	54,78%	72,18%	74,27%	76,74%	57,96%	72,51%	41,59%	39,58%	45,46%	55,92%	62,09%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	89,06%	90,78%	82,59%	86,78%	81,33%	75,35%	72,65%	76,21%	77,42%	70,36%	70,58%
20 - AGRICULTURA	81,46%	84,59%	91,07%	90,98%	88,03%	82,26%	68,86%	77,71%	75,34%	60,65%	59,85%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	77,64%	86,73%	67,11%	67,65%	70,95%	69,46%	72,58%	55,00%	51,49%	51,33%	50,30%
22 - INDÚSTRIA	70,00%	82,90%	92,32%	75,60%	77,69%	96,32%	86,63%	68,36%	81,28%	81,13%	87,31%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	80,19%	85,03%	85,16%	67,72%	54,82%	66,73%	53,03%	39,27%	34,67%	37,13%	32,19%
24 - COMUNICAÇÕES	84,71%	88,85%	87,66%	78,45%	84,16%	89,00%	53,18%	76,53%	75,79%	56,59%	79,52%
25 - ENERGIA	82,88%	82,70%	49,55%	89,47%	86,02%	82,29%	78,07%	85,45%	78,77%	74,77%	85,37%
26 - TRANSPORTE	58,63%	63,62%	60,92%	66,31%	49,75%	50,42%	44,78%	35,83%	48,67%	52,84%	55,26%
27 - DESPORTO E LAZER	28,17%	30,01%	29,51%	53,85%	26,09%	35,96%	53,44%	21,04%	14,91%	24,65%	27,21%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	90,20%	95,49%	93,36%	91,21%	93,09%	95,61%	95,66%	95,86%	95,55%	94,82%	93,62%
TOTAL	90,72	94,75	93,47	92,17%	92,83%	94,93%	93,78%	92,08%	92,40%	92,41%	91,86%

Legenda:



Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

4.2.8 Variável Resto a Pagar Inscrito

A Tabela 20 apresenta os valores por função da variável RP Inscrito.

Tabela 20 - Resto a Pagar inscrito por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	0,21	0,33	0,20	0,15	0,33	0,32	0,39	0,57	0,87	0,71	0,74
02 - JUDICIÁRIA	0,43	0,53	0,70	0,75	1,11	1,04	1,18	1,40	1,61	1,63	1,78
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,04	0,07	0,06	0,05	0,16	0,18	0,22	0,41	0,44	0,36	0,44
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,60	1,76	1,50	0,90	1,45	1,45	1,71	2,40	2,57	3,12	3,56
05 - DEFESA NACIONAL	2,53	4,29	1,75	1,49	1,90	1,87	1,62	3,04	4,72	3,90	5,62
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,43	0,81	0,78	0,58	0,52	0,61	0,81	0,95	1,50	2,13	2,75
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	0,02	0,02	0,02	0,04	0,09	0,17	0,04	0,03	0,02	0,03	0,05
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,25	0,54	0,73	1,17	0,58	0,53	0,50	0,44	0,72	0,76	0,76
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,78	0,77	0,88	4,70	1,11	1,57	0,62	0,87	21,01	16,54	14,95
10 - SAÚDE	3,81	6,24	5,63	4,14	5,30	5,65	7,67	9,44	11,31	14,80	13,45
11 - TRABALHO	0,34	0,51	0,28	0,03	0,34	0,18	0,36	0,31	0,88	0,86	0,54
12 - EDUCAÇÃO	3,47	2,42	1,68	2,38	2,47	3,21	3,44	5,64	7,21	8,67	10,43
13 - CULTURA	0,09	0,16	0,06	0,08	0,13	0,19	0,25	0,42	0,50	0,56	0,78
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	0,13	0,18	0,13	0,10	0,14	0,26	0,33	0,38	0,82	0,85	0,92
15 - URBANISMO	0,33	0,81	0,74	0,51	0,78	2,05	2,07	4,61	6,04	7,00	7,58
16 - HABITAÇÃO	0,47	0,34	0,22	0,20	0,43	0,58	1,44	0,76	1,51	1,61	1,29
17 - SANEAMENTO	0,30	0,35	0,17	0,10	0,12	0,08	0,05	1,88	2,08	3,50	3,38
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,63	1,74	0,64	0,43	0,44	1,15	0,61	2,54	4,07	4,21	3,53
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,23	0,34	0,23	0,55	0,52	0,80	1,28	1,64	1,80	2,09	3,09
20 - AGRICULTURA	1,70	1,74	1,15	0,62	0,84	1,19	2,30	4,24	3,30	5,04	8,14
21 - ORGANIZAÇÃO AGRARIA	0,61	0,59	0,35	0,77	1,28	1,38	1,67	1,65	3,03	3,59	3,90
22 - INDÚSTRIA	0,13	0,23	0,10	0,06	0,58	0,45	0,09	0,46	0,88	1,00	0,56
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,36	1,05	0,40	0,43	0,98	1,70	1,20	1,66	2,87	4,65	5,41
24 - COMUNICAÇÕES	0,20	0,12	0,09	0,12	0,15	0,10	0,07	0,53	0,16	0,20	0,48
25 - ENERGIA	0,17	0,22	2,24	3,22	0,06	0,09	0,10	0,15	0,12	0,20	0,19
26 - TRANSPORTE	2,24	3,30	3,41	2,67	1,96	4,66	4,70	8,52	13,53	13,57	14,24
27 - DESPORTO E LAZER	0,22	0,43	0,34	0,22	0,21	0,42	0,62	0,82	1,28	1,72	1,78
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	8,42	17,23	9,28	25,62	7,36	17,24	18,37	13,20	15,93	25,43	25,82
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	29,13	47,11	33,77	52,08	31,35	49,10	53,71	68,94	110,75	128,75	136,13

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

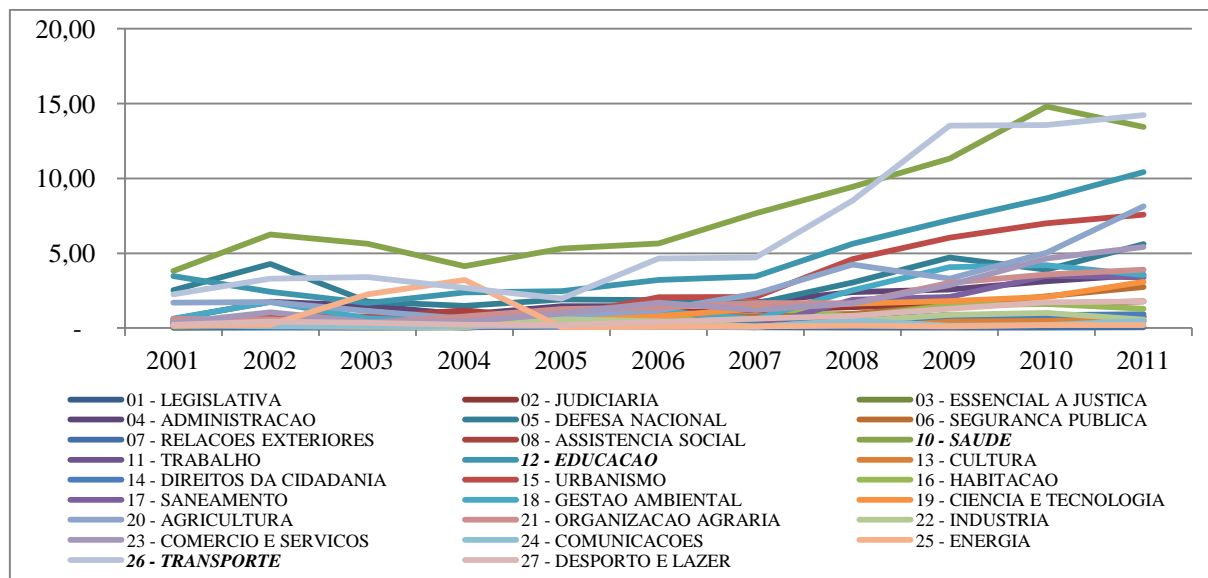


Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável RP Inscrito por função.

Gráfico 26 - RP Inscrito por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.8.1 Maiores Resultados

Além das funções 09 (Previdência Social) e 28 (Encargos Especiais), a função 10 (Saúde) se destaca entre as de maior montante nessa variável examinada. Juntas, corresponderam a mais de 34% (mínimo em 2008) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 21 - Participação das funções no valor anual da variável RP Inscrito

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
05 - DEFESA NACIONAL	8,69%	9,10%	5,20%	2,86%	6,07%	3,80%	3,02%	4,41%	4,26%	3,03%	4,13%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2,68%	1,63%	2,61%	9,03%	3,54%	3,19%	1,16%	1,26%	18,97%	12,85%	10,99%
10 - SAÚDE	13,07%	13,25%	16,66%	7,96%	16,91%	11,50%	14,28%	13,70%	10,21%	11,49%	9,88%
12 - EDUCAÇÃO	11,91%	5,13%	4,98%	4,56%	7,89%	6,53%	6,41%	8,18%	6,51%	6,74%	7,66%
26 - TRANSPORTE	7,69%	7,01%	10,11%	5,13%	6,26%	9,48%	8,76%	12,36%	12,22%	10,54%	10,46%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	28,91%	36,57%	27,49%	49,20%	23,49%	35,12%	34,21%	19,15%	14,38%	19,75%	18,97%
DEMAIS FUNÇÕES	27,05%	27,31%	32,95%	21,26%	35,84%	30,38%	32,16%	40,94%	33,45%	35,60%	37,91%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Essas funções também apresentam as maiores medidas estatísticas calculadas para a variável RP Inscrito:

- 10 (Saúde) – segunda maior média: R\$ 7,95 bilhões; segunda maior mediana: R\$ 6,24 bilhões;
- 09 (Previdência Social): maior desvio padrão: 7,73 bilhões;

- c) 28 (Encargos Especiais): maior média: R\$ 16,72 bilhões; mediana: R\$ 17,23 bilhões; segundo maior desvio padrão: R\$ 6,83 bilhões.

As duas últimas funções também detiveram as maiores variações entre 2001 e 2011: R\$ 17,40 bilhões na função 28 (Encargos Especiais) e R\$ 14,18 bilhões na função 09 (Previdência Social). Em termos percentuais, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 15 (Urbanismo) (2.226,79%) e 09 (Previdência Social) (1.819,26%).

4.2.8.2 Menores Resultados

As funções 03 (Essencial à Justiça), 07 (Relações Exteriores), 11 (Trabalho), 13 (Cultura), 17 (Saneamento), 25 (Energia) e 27 (Desporto e Lazer) estiveram entre os menores valores inscritos em RP, em mais de um ano e de forma alternada. Destacam-se as funções 07 (Relações Exteriores), que só não foi listada em 2006, e 25 (Energia), que passou a ter as menores inscrições em 2005, 2006 e entre 2009 e 2011.

Na análise das medidas estatísticas, a função 07 (Relações Exteriores) apresentou o menor valor para média, mediana (R\$ 0,05 bilhão em ambas) e desvio-padrão (R\$ 0,03 bilhão). A função 24 (Comunicações) teve o segundo menor registro nas três medidas: média – R\$ 0,20 bilhão, mediana – R\$ 0,15 bilhão – e desvio-padrão – R\$ 0,16 bilhão).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, não houve casos de decréscimo. Além disso, de forma geral, todas as funções tiveram aumento relativo considerável (a exceção das indicadas nas letras b e c abaixo, todas aumentaram acima de 100% do registrado nessa variável em 2001). As menores variações ocorreram nas seguintes funções:

- a) 07 (Relações Exteriores): R\$ 0,03 bilhão (145,91%) – segunda menor variação absoluta;
- b) 11 (Trabalho): R\$ 0,20 bilhão (59,86%) – segunda menor variação percentual;
- c) 25 (Energia): R\$ 0,02 bilhão (11,31%) – menor variação absoluta e percentual.

4.2.9 Variável Resto a Pagar Pago

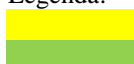
A Tabela 22 apresenta os valores por função da variável Resto a Pagar pago.

Tabela 22 - Resto a Pagar Pago por função - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	0,19	0,26	0,16	0,13	0,21	0,16	0,29	0,28	0,29	0,25	0,33
02 - JUDICIÁRIA	0,38	0,46	0,59	0,68	0,90	0,87	1,02	1,11	1,02	1,29	1,29
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,04	0,06	0,05	0,04	0,12	0,14	0,19	0,30	0,32	0,23	0,25
04 - ADMINISTRAÇÃO	0,49	0,66	0,51	0,29	0,57	0,71	0,93	1,37	1,32	1,57	1,58
05 - DEFESA NACIONAL	2,15	3,91	1,46	1,28	1,52	1,63	1,45	2,49	2,25	2,98	4,50
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	0,36	0,71	0,49	0,48	0,38	0,40	0,64	0,61	0,86	1,06	1,10
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	0,02	0,02	0,01	0,03	0,07	0,12	0,03	0,02	0,02	0,03	0,04
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,21	0,33	0,42	0,39	0,20	0,14	0,17	0,16	0,26	0,38	0,31
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,52	0,62	0,47	1,04	0,46	0,42	0,50	0,51	14,30	15,50	14,30
10 - SAÚDE	3,10	4,59	2,96	2,91	3,10	3,09	4,50	3,98	4,76	7,08	5,34
11 - TRABALHO	0,12	0,49	0,08	0,02	0,31	0,14	0,32	0,25	0,75	0,67	0,32
12 - EDUCAÇÃO	2,04	2,04	1,22	1,57	1,57	2,22	2,54	3,95	3,86	5,48	6,86
13 - CULTURA	0,08	0,12	0,03	0,07	0,10	0,16	0,18	0,29	0,33	0,32	0,36
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	0,12	0,16	0,08	0,08	0,08	0,19	0,32	0,20	0,45	0,46	0,47
15 - URBANISMO	0,30	0,73	0,24	0,36	0,52	1,29	1,44	2,84	1,91	1,93	1,94
16 - HABITAÇÃO	0,44	0,30	0,04	0,12	0,30	0,46	0,74	0,89	0,67	0,26	0,25
17 - SANEAMENTO	0,28	0,31	0,03	0,05	0,08	0,05	0,04	1,26	0,90	1,22	0,93
18 - GESTÃO AMBIENTAL	0,55	1,19	0,30	0,31	0,33	0,54	0,56	1,07	1,78	2,06	1,35
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,18	0,31	0,21	0,47	0,43	0,61	1,01	1,06	1,09	1,10	1,40
20 - AGRICULTURA	1,13	1,57	0,54	0,42	0,38	0,90	1,75	2,39	1,72	2,48	4,65
21 - ORGANIZAÇÃO AGRARIA	0,57	0,49	0,22	0,31	0,81	0,95	1,24	1,09	1,47	1,48	1,42
22 - INDÚSTRIA	0,11	0,20	0,07	0,03	0,52	0,41	0,07	0,41	0,15	0,15	0,22
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,32	0,77	0,22	0,30	0,71	0,61	0,97	1,11	0,91	1,15	1,12
24 - COMUNICAÇÕES	0,10	0,06	0,03	0,09	0,09	0,06	0,03	0,47	0,07	0,12	0,39
25 - ENERGIA	0,12	0,14	1,88	1,82	0,03	0,06	0,08	0,11	0,09	0,14	0,09
26 - TRANSPORTE	1,91	2,80	2,14	2,18	1,45	3,53	3,63	5,69	7,09	8,26	8,77
27 - DESPORTO E LAZER	0,19	0,40	0,07	0,18	0,13	0,29	0,57	0,45	0,38	0,49	0,43
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	4,21	9,76	1,82	3,35	2,80	7,73	7,23	7,57	6,77	10,19	16,68
98 - ATÍPICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	20,22	33,47	16,37	18,96	18,14	27,89	32,45	41,97	55,79	68,31	76,70

Fonte: SIGA Brasil

Legenda:

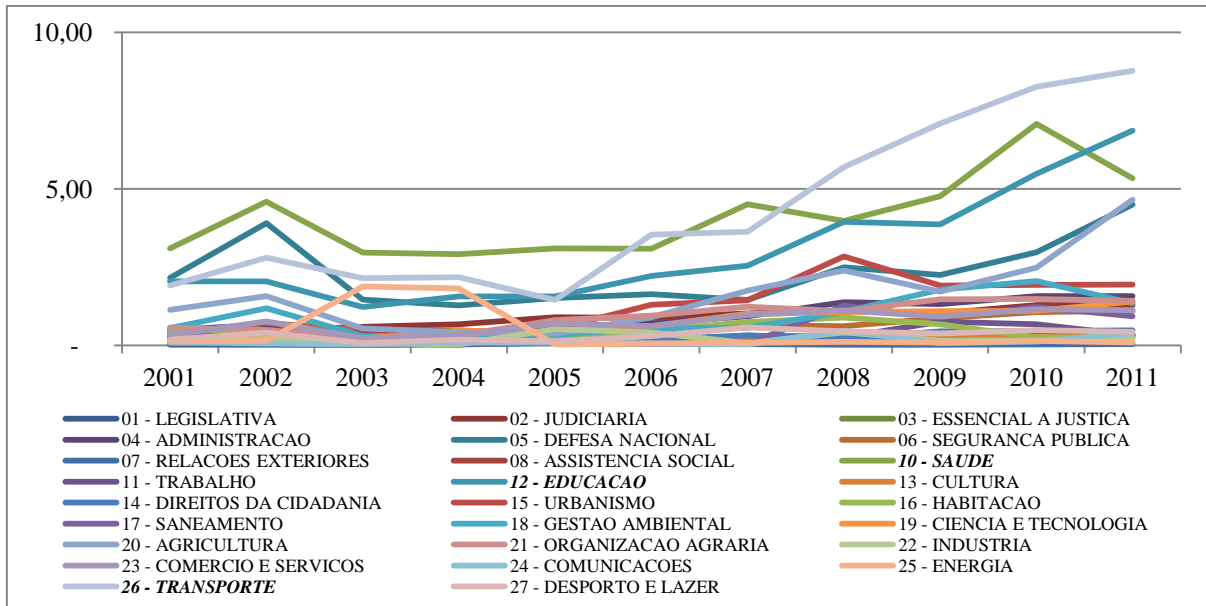


Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

Os gráficos a seguir demonstram a evolução dos valores da variável RP Pago por função.

Gráfico 29 - RP Pago por função - exceto funções Encargos Especiais, Atípicas, Reserva de Contingências e Previdência Social - 2001 a 2011 - valores corrigidos IPCA (R\$ bilhão)



4.2.9.1 Maiores resultados

Nessa variável, as funções 09 (Previdência Social), 10 (Saúde), 26 (Transporte) e 28 (Encargos Especiais) foram as mais relevantes. Juntas, corresponderam a mais de 43% (mínimo em 2005) do montante dessa variável em todos os anos, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 23 - Participação das funções no valor anual da variável Resto a Pagar Pago

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
05 - DEFESA NACIONAL	10,65%	11,67%	8,90%	6,73%	8,36%	5,84%	4,47%	5,94%	4,03%	4,36%	5,87%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2,55%	1,86%	2,88%	5,47%	2,55%	1,51%	1,55%	1,22%	25,64%	22,69%	18,65%
10 - SAÚDE	15,33%	13,72%	18,10%	15,35%	17,07%	11,07%	13,88%	9,47%	8,54%	10,36%	6,96%
12 - EDUCAÇÃO	10,09%	6,10%	7,48%	8,27%	8,64%	7,95%	7,84%	9,40%	6,93%	8,03%	8,94%
25 - ENERGIA	0,60%	0,42%	11,49%	9,60%	0,15%	0,20%	0,24%	0,27%	0,16%	0,20%	0,12%
26 - TRANSPORTE	9,46%	8,37%	13,10%	11,49%	7,98%	12,67%	11,19%	13,56%	12,70%	12,09%	11,44%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	20,80%	29,15%	11,14%	17,69%	15,43%	27,70%	22,29%	18,04%	12,13%	14,92%	21,75%
DEMAIS FUNÇÕES	30,52%	28,71%	26,91%	25,40%	39,82%	33,06%	38,54%	42,10%	29,87%	27,35%	26,27%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Já nas métricas apuradas, os maiores resultados foram os seguintes:

- função 09 (Previdência Social): segunda maior média: 4,42 bilhões; maior desvio padrão: 6,61 bilhões;
- função 10 (Saúde) – segunda maior mediana: R\$ 3,98 bilhões;

- c) função 28 (Encargos Especiais): maior média: R\$ 7,10 bilhões; segundo maior desvio padrão: R\$ 4,22 bilhões; maior mediana: R\$ 7,23 bilhões.

As funções 9 e 28 também tiveram as maiores variações entre 2001 e 2011: R\$ 13,79 bilhões e R\$ 12,48 bilhões, respectivamente. Em termos percentuais, os maiores crescimentos ocorreram com as funções 09 (Previdência Social) (2.675,31%) e 19 (Ciência e Tecnologia) (658,23%). Os Gráficos 27, 28 e 29 destacam a considerável elevação das curvas referentes à função 09 (Previdência Social) a partir de 2009, traduzida nos dados já mencionados, e à função 26 (Transporte), a partir de 2006.

4.2.9.2 Menores resultados

As funções 03 (Essencial à Justiça), 07 (Relações Exteriores), 11 (Trabalho), 13 (Cultura), 17 (Saneamento), 22 (Indústria), 24 (Comunicações) e 25 (Energia) estiveram entre os menores valores pagos, de forma alternada. Como na variável anterior, destaca-se a continuidade de menores valores para a função 07 (Relações Exteriores), que só não foi listada em 2006.

Na análise das medidas estatísticas, as funções 07 (Relações Exteriores) e 24 (Comunicações) tiveram as menores médias (R\$ 0,04 bilhão e R\$ 0,14 bilhão, respectivamente) e medianas (R\$ 0,03 bilhão e R\$ 0,09 bilhão, respectivamente). Os menores desvios-padrões ocorreram nas funções 01 (Legislativa) e 07 (Relações Exteriores) (R\$ 0,07 bilhão e R\$ 0,03 bilhão, respectivamente).

Ao observar a amplitude para o período 2001-2011, embora tenham se repetido as altas variações percentuais na maioria das funções (entre 68% e 2675%, com variação geral de 279%), de forma semelhante ao ocorrido com a variável RP Inscrito, em apenas duas houve decréscimo real:

- a) 16 (Habitação): R\$ 0,19 bilhão (-43,22%);
- b) 25 (Energia): R\$ 0,03 bilhão (-22,81%).

4.2.9.3 Relação das variáveis RP Inscrito e RP Pago

A Tabela 24 apresenta a relação percentual da variável RP Pago sobre a variável RP Inscrito. Houve uma dispersão dos maiores e menores registros a mais funções do que a percebida na relação entre Pago e Empenhado (apresentada no item 4.2.7.3).

Tabela 24 – Relação RP Inscrito/RP Pago - 2001 a 2011

Relação RP Inscrito/RP Pago	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
01 - LEGISLATIVA	91,68%	79,67%	80,99%	84,66%	63,79%	51,91%	73,57%	49,88%	33,38%	35,04%	44,17%
02 - JUDICIÁRIA	88,80%	88,20%	84,35%	89,75%	81,51%	84,00%	86,45%	79,63%	63,71%	79,05%	72,48%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	93,72%	86,86%	92,36%	73,45%	74,04%	79,07%	85,54%	72,56%	73,29%	63,02%	57,45%
04 - ADMINISTRAÇÃO	81,77%	37,75%	34,03%	32,35%	39,30%	48,67%	54,54%	57,26%	51,47%	50,31%	44,24%
05 - DEFESA NACIONAL	85,08%	91,09%	83,07%	85,62%	79,64%	87,32%	89,40%	82,00%	47,67%	76,43%	80,13%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	84,77%	87,52%	62,82%	83,20%	72,91%	64,59%	79,78%	64,14%	57,63%	49,73%	39,98%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	92,06%	95,47%	73,75%	67,21%	75,47%	67,70%	84,47%	70,10%	67,90%	75,30%	72,98%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	83,05%	60,16%	57,95%	33,42%	35,00%	27,07%	34,30%	37,10%	36,01%	50,09%	41,04%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	66,15%	81,11%	53,62%	22,05%	41,60%	26,88%	80,79%	59,11%	68,10%	93,69%	95,65%
10 - SAÚDE	81,40%	73,57%	52,64%	70,24%	58,38%	54,69%	58,71%	42,10%	42,12%	47,82%	39,71%
11 - TRABALHO	34,93%	95,60%	28,60%	59,89%	91,33%	76,67%	89,08%	82,24%	85,83%	77,76%	60,41%
12 - EDUCAÇÃO	58,82%	84,48%	72,72%	65,95%	63,34%	69,15%	73,90%	70,00%	53,58%	63,20%	65,79%
13 - CULTURA	89,96%	78,60%	52,58%	87,33%	78,25%	82,72%	74,08%	70,56%	66,32%	56,31%	45,81%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	92,47%	92,64%	62,18%	80,40%	58,97%	73,09%	95,18%	53,61%	54,85%	53,38%	51,33%
15 - URBANISMO	91,30%	90,71%	32,49%	70,26%	66,18%	63,00%	69,62%	61,57%	31,56%	27,56%	25,66%
16 - HABITAÇÃO	92,16%	88,63%	16,93%	59,46%	68,54%	79,98%	51,37%	116,56%	44,41%	15,98%	19,24%
17 - SANEAMENTO	92,20%	88,16%	17,33%	45,59%	64,94%	62,56%	87,17%	67,05%	43,06%	34,89%	27,44%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	87,04%	68,35%	46,07%	72,33%	74,66%	46,92%	91,87%	42,32%	43,82%	48,83%	38,25%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	79,87%	91,31%	92,29%	85,37%	82,85%	77,02%	78,65%	65,07%	60,65%	52,63%	45,38%
20 - AGRICULTURA	66,65%	90,11%	47,16%	67,31%	44,68%	75,66%	75,82%	56,32%	51,92%	49,19%	57,07%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	93,38%	83,57%	63,31%	40,50%	63,34%	68,93%	74,22%	66,31%	48,43%	41,38%	36,40%
22 - INDÚSTRIA	88,24%	86,38%	70,66%	57,12%	89,08%	91,97%	77,19%	89,83%	16,74%	15,29%	40,43%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	89,48%	72,96%	54,53%	68,78%	72,28%	36,18%	81,06%	67,09%	31,88%	24,79%	20,77%
24 - COMUNICAÇÕES	50,55%	46,78%	32,37%	71,70%	56,59%	64,47%	43,07%	89,24%	46,53%	58,24%	80,01%
25 - ENERGIA	69,43%	63,42%	83,79%	56,43%	50,69%	62,55%	75,99%	77,12%	70,76%	68,51%	48,15%
26 - TRANSPORTE	85,36%	84,78%	62,78%	81,55%	73,68%	75,89%	77,17%	66,80%	52,36%	60,87%	61,64%
27 - DESPORTO E LAZER	83,24%	93,85%	21,47%	81,68%	63,49%	69,03%	92,95%	54,28%	29,38%	28,33%	24,06%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	49,95%	56,63%	19,64%	13,09%	38,00%	44,80%	39,37%	57,37%	42,50%	40,08%	64,60%
TOTAL	69,41	71,05	48,47	36,41	57,85	56,80	60,41	60,88%	50,37	53,06	56,34

Legenda:



Máximos (2 registros por ano)

Mínimos (2 registros por ano)

4.3 Composição das funções

Estão incluídos no Apêndice D os gráficos da evolução das subfunções de cada função por variável. A seguir, são indicadas as subfunções de maior materialidade em cada função.

4.3.1 Função Legislativa

Exceto na variável Créditos Especiais, a subfunção predominante foi a 031 (Ação Legislativa). Na variável Créditos Especiais destacaram-se as subfunções 131 (Comunicação Social) – em 2001 e 2002 – e 122 (Administração Geral) – em 2005, 2006, 2008, 2010 e 2011, conforme o Quadro 1 do Apêndice D.

4.3.2 Função Judiciária

A subfunção predominante foi a 061 (Ação Judiciária), conforme o Quadro 2 do Apêndice D.

4.3.3 Função Essencial à Justiça

A predominância da subfunção 091 (Defesa da Ordem Jurídica), entre 2001 e 2003, deu vez para duas subfunções entre 2004 e 2011: 062 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário) e 122 (Administração Geral). Nas variáveis relativas aos créditos adicionais e aos restos a pagar, prevaleceu a subfunção 122, conforme o Quadro 3 do Apêndice D.

4.3.4 Função Administração

Nas variáveis Dotação Inicial, Autorizado, Empenhado e Pago, a subfunção predominante foi a 122 (Administração Geral). Nas variáveis relativas a RP, percebe-se uma distribuição maior com outras subfunções, conforme o Quadro 4 do Apêndice D.

4.3.5 Função Defesa Nacional

Nas variáveis Dotação Inicial, Autorizado, Créditos Suplementares, Créditos Especiais, Empenhado e Pago, houve predominância da subfunção 122 (Administração Geral). Já nas variáveis Créditos Extraordinários, RP Inscrito e RP Pago, em escala consideravelmente menor (inferior a R\$ 2 bilhões), destacou-se a subfunção 151 (Defesa Aérea), conforme o Quadro 5 do Apêndice D.

4.3.6 Função Segurança Pública

Exceto na variável Créditos Especiais e em alguns anos da variável RP Pago (2004 a 2008), a subfunção 122 (Administração Geral) foi a predominante, conforme o Quadro 6 do Apêndice D.

4.3.7 Função Relações Exteriores

Duas subfunções foram destaques: 211 (Relações Diplomáticas) e 212 (Cooperação Internacional), conforme o Quadro 7 do Apêndice D.

4.3.8 Função Assistência Social

A subfunção 244 (Assistência Comunitária) foi predominante nas diversas variáveis. De modo secundário se seguiram as subfunções 241 (Assistência ao Idoso) e 242 (Assistência ao Portador de Deficiência). Entre 2005 e 2009, cresceu em importância a subfunção 845 (Transferências), conforme o Quadro 8 do Apêndice D.

4.3.9 Função Previdência Social

Nessa função, destacam-se as subfunções 272 (Previdência do Regime Estatutário) e 271 (Previdência Básica), a última em patamar muito inferior à primeira, conforme o Quadro 9 do Apêndice D.

4.3.10 Função Saúde

A subfunção predominante foi a 302 (Assistência Hospitalar e Ambulatorial), conforme o Quadro 10 do Apêndice D.

4.3.11 Função Trabalho

A subfunção predominante foi a 331 (Proteção e Benefícios ao Trabalhador), conforme o Quadro 11 do Apêndice D.

4.3.12 Função Educação

A subfunção predominante foi a 364 (Ensino Superior), conforme o Quadro 12 do Apêndice D.

4.3.13 Função Cultura

Duas subfunções foram destaques nas diversas variáveis: 392 (Difusão Cultural) e 122 (Administração Geral), conforme o Quadro 13 do Apêndice D.

4.3.14 Função Direitos da Cidadania

Exceto nas variáveis RP Inscrito, RP Pago e Créditos Extraordinários, nas quais prevaleceu a subfunção 421 (Custódia e Reintegração Social), nas demais variáveis, houve concorrência de três subfunções além da citada: 122 (Administração Geral), 366 (Educação de Jovens e Adultos), 422 (Direitos Individuais, Coletivos e Difusos), conforme o Quadro 14 do Apêndice D.

4.3.15 Função Urbanismo

Duas subfunções foram destaques nas diversas variáveis: 451 (Infraestrutura Urbana) e 453 (Transportes Coletivos Urbanos), conforme o Quadro 15 do Apêndice D.

4.3.16 Função Habitação

Três subfunções estiveram em destaque: 451 (Infraestrutura Urbana), 482 (Habitação Urbana) e 846 (Outros Encargos Especiais), conforme o Quadro 16 do Apêndice D.

4.3.17 Função Saneamento

A subfunção predominante é a 512 (Saneamento Básico Urbano), conforme o Quadro 17 do Apêndice D.

4.3.18 Função Gestão Ambiental

Duas subfunções foram destaques nas diversas variáveis: 122 (Administração Geral) e 544 (Recursos Hídricos), conforme o Quadro 18 do Apêndice D.

4.3.19 Função Ciência e Tecnologia

Duas subfunções foram destaques nas diversas variáveis: 122 (Administração Geral) e 572 (Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia), conforme o Quadro 19 do Apêndice D.

4.3.20 Função Agricultura

Três subfunções estiveram em destaque: 122 (Administração Geral), 605 (Abastecimento) e 846 (Outros Encargos Especiais). Nas variáveis relativas a RP, a subfunção 122 não está em destaque, conforme o Quadro 20 do Apêndice D.

4.3.21 Função Organização Agrária

Duas funções estiveram em destaque: 631 (Reforma Agrária) e 846 (Outros Encargos Especiais), conforme o Quadro 21 do Apêndice D.

4.3.22 Função Indústria

Duas funções estiveram em destaque: 122 (Administração Geral) e 846 (Outros Encargos Especiais), conforme o Quadro 22 do Apêndice D.

4.3.23 Função Comércio e Serviços

Essa função é uma das únicas duas em que se identifica uma subfunção componente com valores relevantes e trajetória decrescente: 846 (Outros Encargos Especiais). Ela surge em destaque nas diversas variáveis até 2009. A partir de 2005 surgem curvas ascendentes da subfunção 695 (Turismo), conforme o Quadro 23 do Apêndice D.

4.3.24 Função Comunicações

Como na função anterior, há ocorrência de uma subfunção componente relevante com trajetória decrescente: 722 (Telecomunicações), nas variáveis Dotação Inicial e Autorizado. Secundariamente se apresentam as subfunções 122 (Administração Geral) e 846 (Outros Encargos Especiais), conforme o Quadro 24 do Apêndice D.

4.3.25 Função Energia

Duas subfunções estiveram em destaque: 752 (Energia Elétrica) e 846 (Outros Encargos Especiais), conforme o Quadro 25 do Apêndice D. A escala foi afetada pelo valor atípico em 2002 em Créditos Extraordinários, com consequência nas variáveis Autorizado, Empenhado e Pago, no mesmo ano, e RP Inscrito e RP Pago, em 2003. Nos demais anos, além das anteriores, estiveram em destaque as subfunções 122 (Administração Geral) e a 753 (Petróleo).

4.3.26 Função Transporte

A subfunção predominante foi a 782 (Transporte Rodoviário), conforme o Quadro 26 do Apêndice D.

4.3.27 Função Desporto e Lazer

As subfunções predominantes foram a 811 (Desporto de Rendimento) e a 812 (Desporto Comunitário), conforme o Quadro 27 do Apêndice D. Em 2010 e 2011 percebe-se a inscrição de RP superior ao valor de Empenhado do exercício anterior na subfunção 812. A causa desse registro superior pode ser a reinscrição de RP de exercícios anteriores.

4.3.28 Função Encargos Especiais

A subfunção predominante foi a 841 (Refinanciamento da Dívida Interna), conforme o Quadro 28 do Apêndice D.

4.4 Comparação com o PIB

Para essa análise, foram calculadas as variações percentuais de um ano para o seguinte $(x/x-1)$ e o acumulado 2001-2011, na sequência dos dados agregados já apresentada: variáveis, funções e subfunções. Em seguida, foram comparadas com o crescimento do PIB entre 2001 e 2011 (anualmente e acumulado), em valores também corrigidos pelo IPCA. Os parâmetros foram apresentados no Apêndice C.

Juntamente com a apresentação das tabelas elaboradas, foram feitas observações sobre os valores destacados. Em todas, a primeira linha identifica as variações percentuais do PIB. As seguintes comparam os dados àquele parâmetro. Os maiores resultados estão destacados com a cor amarela, enquanto os menores estão destacados com a cor verde. Os valores superiores ao parâmetro estão destacados com a cor azul e os valores inferiores, com a cor rosa. Outras considerações são apresentadas nas legendas em cada tabela.

4.4.1 Dados gerais

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 25. No ano de 2009 houve a maior quantidade de variáveis que cresceu acima da variação do PIB (2,42% em relação a 2008): 7 em 9. No ano seguinte, houve a maior quantidade de variáveis com variações inferiores à do PIB: 7 em 9. No período 2001 a 2011, as variáveis que mais cresceram foram RP Inscrito e RP Pago. Também anualmente foram as variáveis que mantiveram crescimentos superiores aos do PIB com mais frequência (exceção em 2002/2003 e 2004/2005). Só apresentaram valores inferiores e negativos em 2003 e 2005. No sentido inverso, a variável Autorizado apresentou a maior frequência de registros de variação inferiores ao crescimento do PIB (exceções em 2002/2003, 2003/2004 e 2008/2009), inclusive decresceu (variações negativas) em 2002 (-32,96% em relação a 2001), 2007 (-12,19% em relação a 2006) e 2008 (-5,56% em relação a 2007).





Tomando a variação total do PIB entre 2001 e 2011 de 69,44%, as variações em todo período 2001 a 2011 ficaram da seguinte forma:

- a) inferiores à variação do PIB: Dotação Inicial (8,54%), Autorizado (8,22%), Créditos Especiais (-88,72% — menor percentual), Créditos Extraordinários (68,81%), Empenhado (41,28%) e Pago (43,06%);
- b) superiores à variação do PIB: Créditos Suplementares (271,29%), RP Inscrito (367,38% — máxima), RP Pago (279,38%).

Tabela 25 – Evolução percentual das variáveis – 2001-2011

	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011	2001-2011
PIB	0,85%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%	69,44%
Autorizado	-32,96%	36,03%	27,45%	1,03%	0,11%	-12,19%	-5,56%	4,22%	3,70%	2,73%	8,22%
Dotação Inicial	-36,42%	39,22%	31,65%	1,80%	-2,27%	-10,73%	-14,74%	9,86%	6,77%	4,87%	8,54%
Créditos Suplementares	103,88%	-46,81%	-37,51%	267,55%	-32,88%	273,17%	1,95%	-59,84%	-3,50%	-14,41%	271,29%
Créditos Especiais	-88,95%	-20,32%	-83,61%	133,42%	-24,70%	18,93%	699,65%	286,53%	-56,54%	-72,14%	-88,72%
Créditos Extraordinários	2167,12%	-91,62%	198,36%	33,69%	81,24%	114,49%	-64,71%	-57,75%	54,35%	-75,09%	68,81%
Empenhado	-0,78%	14,58%	-0,12%	12,18%	0,27%	0,01%	-2,52%	6,67%	1,39%	4,91%	41,28%
Pago	3,62%	13,04%	-1,50%	12,98%	2,53%	-1,20%	-4,29%	7,04%	1,40%	4,29%	43,06%
RP Inscrito	61,75%	-28,32%	54,20%	-39,80%	56,62%	9,39%	28,35%	60,66%	16,25%	5,74%	367,38%
RP Pago	65,59%	-51,10%	15,84%	-4,35%	53,79%	16,34%	29,34%	32,93%	22,44%	12,27%	279,38%

Legenda:

	Máxima (1 registro por ano), acima do crescimento do PIB
	Varição acima do crescimento do PIB
	Varição abaixo do crescimento do PIB
	Mínima (1 registro por ano), abaixo do crescimento do PIB
XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB

4.4.2 Por função

4.4.2.1 Variável Dotação inicial

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 26. A função 08 (Assistência Social) foi a que apresentou maior frequência de crescimento acima da variação do PIB, pois cresceu desde 2001 a 2010. Em 2011 cresceu abaixo da variação do PIB. Em todo o período, cresceu 321,46% (acima do acumulado PIB).

As maiores frequências de variação abaixo do crescimento do PIB ocorreram em três funções (cada uma registrou 7 vezes). A função 17 (Saneamento) registrou crescimento inferior de 2001 a 2005 e de 2010 a 2011; no entanto entre 2006 e 2009 teve crescimentos anuais muito superiores ao do PIB (100,86%; 312,68% e 53,33%, respectivamente). Em todo o período cresceu 113,44% (acima do acumulado PIB). A função 18 (Gestão Ambiental) registrou crescimento inferior em 2003, 2004, 2006, 2007 e 2009 a 2011. Em 2008 registrou crescimento superior ao do PIB (82,09%). Vale ressaltar que em 2009, ano em que o maior número de funções cresceu acima da variação do PIB, essa função decresceu (-4,37%), juntamente com as funções 01 (Legislativa), -3,33%, e 24 (Comunicações), -3,89%. Em todo o período ela decresceu (-1,72%). A função 23 (Comércio e Serviços) registrou decréscimo (valores negativos) em 2002 a 2004, 2006, 2008 e 2011. Em 2010 cresceu menos que o PIB. Em todo o período cresceu 15,96% (abaixo do acumulado PIB).

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na segunda coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 14 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 08 (Assistência Social), 321,46% e 15 (Urbanismo), 414,36%.

Decresceram as seguintes funções:

- a) 16 (Habitação): -72,89%;
- b) 24 (Comunicações): -60,92%;
- c) 25 (energia): -54,58%;
- d) 28 (Encargos Especiais): -14,57% e
- e) 18 (Gestão Ambiental): - 1,72%.

Tabela 26 – Evolução percentual das funções na variável Dotação Inicial – 2001-2011

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	8,13%	2,78%	8,70%	15,48%	4,45%	9,60%	0,73%	-3,33%	2,38%	2,27%
02 - JUDICIÁRIA	7,10%	2,72%	5,45%	10,98%	12,28%	14,45%	10,49%	3,84%	3,30%	-6,82%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	12,22%	25,02%	22,43%	35,74%	11,92%	12,42%	10,77%	11,32%	1,25%	3,02%
04 - ADMINISTRAÇÃO	16,99%	-22,90%	23,36%	-5,37%	29,90%	-12,13%	15,27%	13,66%	22,40%	-9,27%
05 - DEFESA NACIONAL	10,43%	-6,68%	-13,10%	13,63%	3,42%	11,71%	8,96%	17,14%	13,10%	-1,64%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-32,15%	25,22%	-3,95%	15,52%	-4,02%	36,40%	13,79%	8,65%	3,17%	6,34%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	21,63%	-6,17%	13,60%	15,61%	-4,79%	19,62%	-15,78%	0,88%	10,99%	-6,99%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	14,80%	18,62%	40,30%	12,82%	25,89%	11,13%	12,09%	8,39%	13,00%	1,79%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	4,50%	0,39%	13,17%	4,46%	6,22%	11,79%	3,62%	9,63%	2,18%	5,79%
10 - SAÚDE	1,75%	-6,24%	10,61%	3,19%	4,22%	9,60%	1,17%	7,19%	7,62%	9,12%
11 - TRABALHO	-2,25%	-8,64%	18,20%	8,14%	4,85%	25,72%	19,75%	15,36%	12,34%	-1,60%
12 - EDUCAÇÃO	0,08%	-11,29%	-11,07%	16,34%	-3,87%	23,01%	17,26%	26,19%	20,30%	17,48%
13 - CULTURA	10,17%	-15,24%	11,11%	30,50%	3,04%	25,38%	23,45%	13,03%	61,53%	-25,01%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-23,29%	7,07%	-10,54%	62,99%	-13,80%	0,31%	40,32%	4,59%	21,72%	-17,84%
15 - URBANISMO	1,92%	0,33%	26,85%	99,99%	-5,65%	17,21%	38,47%	64,07%	-22,78%	2,21%
16 - HABITAÇÃO	-84,74%	15,01%	65,40%	27,20%	-16,89%	44,78%	1,27%	35,53%	-51,56%	-8,25%
17 - SANEAMENTO	-46,96%	-21,32%	-23,41%	-0,91%	-26,88%	100,86%	312,68%	53,33%	-7,15%	-21,90%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	6,97%	-27,17%	-48,22%	80,27%	-15,99%	-6,38%	82,09%	-4,37%	4,99%	-6,02%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-9,30%	-9,36%	15,22%	38,59%	-12,64%	16,93%	11,69%	4,10%	35,48%	-14,08%
20 - AGRICULTURA	5,07%	-10,77%	23,27%	-8,59%	-16,56%	31,50%	0,33%	13,74%	4,23%	-4,44%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-5,69%	-10,79%	10,77%	96,35%	-6,61%	3,11%	11,97%	8,08%	-15,74%	-12,18%
22 - INDÚSTRIA	-2,98%	3,87%	446,61%	-58,45%	45,50%	-15,44%	11,96%	28,07%	-26,58%	8,10%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	-9,11%	-2,83%	-9,37%	24,05%	-17,50%	19,14%	-3,17%	22,08%	1,56%	-1,04%
24 - COMUNICAÇÕES	-4,42%	-51,25%	-41,84%	43,46%	-40,00%	8,26%	-12,46%	-3,89%	19,52%	53,89%
25 - ENERGIA	5,29%	45,67%	-68,50%	-1,67%	-10,40%	0,09%	-19,96%	25,54%	26,21%	-15,93%
26 - TRANSPORTE	5,60%	-19,86%	-30,19%	92,07%	-12,68%	24,70%	29,91%	7,33%	35,05%	3,38%
27 - DESPORTO E LAZER	-2,85%	-17,37%	-7,07%	64,24%	31,31%	1,86%	17,37%	17,05%	3,77%	48,48%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	-48,23%	61,55%	40,22%	0,15%	-4,77%	-18,11%	-24,44%	9,09%	7,47%	5,28%
98 - ATÍPICA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	23,59%	169,54%	-10,22%	1,43%	20,32%	-11,20%	-16,25%	5,71%	-17,78%	17,67%
TOTAL	-36,42%	39,22%	31,65%	1,80%	-2,27%	-10,73%	-14,74%	9,86%	6,77%	4,87%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Varição acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Varição abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

4.4.2.2 Variável Autorizado

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 27. A função 08 (Assistência Social) apresentou maior frequência de crescimento acima da variação do PIB: em 2002 a 2006 e 2008 a 2011. No ano de 2007 o crescimento foi pouco menor do que o do PIB (7,08% versus 7,52%). Em todo o período cresceu 339,76% (acima do acumulado PIB).

Inversamente, a função 17 (Saneamento) registrou a maior frequência de variação abaixo do crescimento do PIB, sendo negativas em 2002 a 2006, 2010 e 2011. Apenas em 2007 e 2009 teve crescimentos anuais superiores ao do PIB. Em todo o período cresceu 111,34% (acima do acumulado PIB).

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na terceira coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 15 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 08 (Assistência Social), 339,76% e 15 (Urbanismo), 429,40%. Decresceram as seguintes funções:

- a) 16 (Habitação): -73,04%;
- b) 24 (Comunicações): -63,66%;
- c) 25 (Energia): -57,22%; e
- d) 28 (Encargos Especiais): -14,66%.

Tabela 27 - Evolução percentual das funções na variável Autorizado – 2001-2011

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	8,04%	7,57%	6,15%	12,18%	10,43%	2,83%	2,56%	-8,38%	2,09%	-0,54%
02 - JUDICIÁRIA	13,76%	-9,45%	14,32%	7,94%	12,84%	8,43%	10,33%	3,77%	5,10%	-5,30%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	12,53%	15,93%	42,70%	19,10%	9,57%	22,65%	10,17%	4,81%	3,72%	1,05%
04 - ADMINISTRAÇÃO	6,02%	-22,08%	16,06%	-2,07%	3,37%	28,00%	0,87%	8,21%	8,36%	-6,23%
05 - DEFESA NACIONAL	5,02%	-16,02%	0,15%	11,27%	1,12%	10,77%	12,94%	16,15%	12,67%	-6,94%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-17,16%	-0,46%	4,99%	9,68%	9,47%	32,77%	22,73%	9,64%	16,68%	-11,50%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	17,17%	-8,21%	31,19%	-6,67%	-16,80%	16,91%	-9,79%	4,36%	12,82%	-6,82%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	12,02%	22,06%	43,77%	4,69%	32,86%	7,08%	11,59%	11,71%	9,89%	9,63%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	6,29%	2,82%	6,45%	6,02%	6,66%	7,08%	5,40%	7,36%	6,12%	4,17%
10 - SAÚDE	1,83%	-8,96%	13,82%	5,49%	2,54%	12,89%	1,99%	7,36%	3,34%	9,18%
11 - TRABALHO	6,42%	-0,21%	4,91%	7,76%	21,23%	15,77%	13,90%	21,81%	-0,18%	12,04%
12 - EDUCAÇÃO	-1,06%	-11,00%	-3,91%	10,77%	4,76%	19,02%	14,12%	26,46%	26,91%	11,41%
13 - CULTURA	8,26%	-18,07%	13,88%	33,30%	4,65%	40,90%	18,08%	-0,01%	60,98%	-20,36%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-15,42%	-15,42%	1,17%	48,44%	6,80%	5,90%	51,42%	-	15,18%	-20,53%
15 - URBANISMO	2,63%	0,34%	66,60%	78,15%	-8,91%	69,80%	7,78%	6,42%	5,15%	-7,13%
16 - HABITAÇÃO	-84,64%	41,54%	96,30%	-	98,71%	-34,51%	17,19%	-7,06%	-74,37%	100,86
17 - SANEAMENTO	-	-	-	-7,53%	-	994,96	7,32%	49,75%	-	-
18 - GESTÃO AMBIENTAL	6,40%	-25,70%	-40,16%	62,55%	-17,56%	53,97%	12,63%	-9,44%	10,19%	-0,68%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-0,36%	-15,00%	19,83%	31,87%	1,69%	6,32%	13,88%	12,98%	18,21%	-11,45%
20 - AGRICULTURA	-6,52%	-5,82%	22,34%	-9,32%	4,61%	15,45%	-7,37%	11,51%	4,94%	-3,91%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-6,01%	-10,95%	67,20%	31,69%	7,51%	6,30%	10,53%	-9,51%	-4,63%	-14,10%
22 - INDÚSTRIA	-0,28%	-16,95%	515,68	-	21,61%	19,44%	-17,22%	24,18%	-20,53%	3,08%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	-12,77%	-10,65%	-3,43%	15,95%	-6,98%	17,97%	15,42%	-4,48%	2,43%	-0,37%
24 - COMUNICAÇÕES	-13,77%	-53,70%	-35,97%	38,57%	-40,24%	58,34%	-39,08%	8,04%	49,13%	10,47%
25 - ENERGIA	529,82	-53,10%	-83,74%	0,76%	-34,90%	29,83%	0,04%	15,80%	10,25%	-18,12%
26 - TRANSPORTE	31,68%	-33,11%	-11,45%	51,13%	-4,61%	52,92%	8,78%	13,40%	23,93%	-9,84%
27 - DESPORTO E LAZER	-9,98%	-14,26%	-1,17%	66,15%	39,65%	50,78%	-16,19%	0,74%	35,17%	22,51%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	-45,07%	58,62%	34,22%	-0,62%	-2,10%	-20,40%	-11,09%	1,76%	1,87%	2,23%
98 - ATÍPICA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
99 - RESERVA DE	11,99%	178,85	20,47%	-3,67%	11,14%	-2,18%	-8,52%	-	-31,27%	34,33%
TOTAL	-	36,03%	27,45%	1,03%	0,11%	-12,19%	-5,56%	4,22%	3,70%	2,73%

Legenda:

Máximas (2 registros por ano), acima do PIB
 Variação acima do crescimento do PIB
 Variação abaixo do crescimento do PIB
 Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB

XXX
 XXX
 #DIV/0!

Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
 Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
 Divisão impossível (denominador 0)

4.4.2.3 Variável Créditos Suplementares

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 28. Três funções apresentaram maior frequência de crescimento acima da variação do PIB (cada uma registrou 6 vezes). A função 03 (Essencial à Justiça) registrou crescimento superior ao do PIB em 2002, 2003, 2005 a 2007 e 2009; porém, em 2004, 2008, 2010 e 2011 variou negativamente. Em todo o período cresceu 212,13% (acima do acumulado PIB). A função 04 (Administração) registrou crescimento superior em 2002, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011. Nos demais anos houve decréscimo. Em todo o período cresceu 424,98%. A função 07 (Relações Exteriores) registrou crescimento em 2003, 2006 a 2008, 2010 e 2011. Nos demais anos houve decréscimo. Em todo o período decresceu -0,16%.

A função 10 (Saúde) registrou a maior frequência de variação abaixo do crescimento do PIB (7 vezes), sendo negativas em 2002, 2004, 2008 a 2011. Mas em todo o período cresceu 532,43% (acima do acumulado PIB).

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na quarta coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 18 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 06 (Segurança Pública) – 3.427,14% – e 21 (Organização Agrária) – 10.608,65%. Decresceram as funções 23 (Comércio e Serviços) – -12,70% – e 07 (Relações Exteriores) – -0,16%.

Tabela 28 - Evolução percentual das funções na variável Créditos Suplementares – 2001-2011

	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	#DIV/0!	4,13%	-99,16%	21507,85%	-65,34%	67,25%	-66,28%	37,95%	22,47%	92,36%
02 - JUDICIÁRIA	34030,81%	164,08%	-87,00%	1909,32%	79,61%	-32,13%	-4,30%	-8,26%	-32,52%	-37,20%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	313,19%	12874,99%	-54,62%	45,06%	163,39%	25,57%	-43,09%	34,36%	-42,60%	-39,42%
04 - ADMINISTRAÇÃO	157,61%	170,91%	-60,00%	572,05%	-29,86%	336,21%	-81,54%	24,39%	-6,72%	117,32%
05 - DEFESA NACIONAL	-72,17%	730,37%	14,89%	-50,16%	-9,84%	293,60%	-62,41%	50,00%	-19,69%	-57,19%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	52,10%	48,76%	-62,33%	618,36%	-75,60%	470,94%	-39,60%	12,84%	-39,15%	-52,73%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	#DIV/0!	101,32%	-40,18%	-78,88%	161,76%	12,03%	20,06%	-71,61%	171,11%	111,54%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	#DIV/0!	#DIV/0!	70,74%	-73,60%	139,79%	2,02%	110,38%	-59,67%	47,78%	-71,91%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	315,97%	-52,77%	51,63%	-47,03%	108,95%	40,71%	2,74%	82,89%	-55,36%	-67,02%
10 - SAÚDE	-76,58%	261,79%	-74,19%	989,04%	-69,28%	530,42%	-11,79%	-24,45%	-28,92%	-66,77%
11 - TRABALHO	-40,82%	-75,17%	-65,69%	2973,36%	51,97%	-17,33%	84,69%	-73,98%	62,26%	-67,08%
12 - EDUCAÇÃO	4,67%	154,96%	-61,74%	346,18%	-2,27%	79,08%	139,57%	-20,75%	-54,72%	-56,79%
13 - CULTURA	#DIV/0!	1223,57%	19,20%	607,90%	-39,78%	182,02%	-1,09%	-3,96%	-46,13%	-65,20%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-87,28%	449,11%	-91,97%	2231,70%	-28,21%	222,41%	-18,33%	-62,93%	24,10%	-35,67%
15 - URBANISMO	#DIV/0!	#DIV/0!	-97,49%	533,91%	-12,46%	1887,29%	-39,77%	47,69%	-67,83%	111,15%
16 - HABITAÇÃO	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-72,64%	-77,40%	207,26%	#DIV/0!
17 - SANEAMENTO	#DIV/0!	#DIV/0!	-74,38%	-20,14%	163,86%	10890,97%	7,14%	-38,67%	-52,62%	-33,28%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	1172,09%	19,72%	-3,71%	270,41%	-63,67%	675,67%	-25,81%	-7,24%	-49,91%	-29,00%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	164,23%	76,38%	-61,97%	981,18%	-78,48%	181,29%	230,05%	-67,99%	-18,04%	-19,45%
20 - AGRICULTURA	1873,14%	-68,77%	-55,13%	655,68%	-68,07%	162,96%	328,40%	-72,17%	27,80%	-61,83%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	74,59%	2625,54%	-100,00%	#DIV/0!	82,90%	359,82%	-91,28%	589,48%	-56,80%	-29,09%
22 - INDÚSTRIA	226,30%	1579,73%	-32,26%	-62,29%	64,84%	-24,85%	-5,09%	37,83%	-4,40%	-54,94%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	#DIV/0!	#DIV/0!	-95,61%	239,97%	823,98%	859,99%	-90,93%	391,52%	-62,31%	455,14%
24 - COMUNICAÇÕES	-59,03%	215,43%	-100,00%	#DIV/0!	-51,22%	76,61%	57,99%	-0,51%	-51,33%	2,84%
25 - ENERGIA	755,60%	-39,06%	-82,83%	262,30%	-65,17%	1561,30%	-5,39%	-75,35%	43,00%	17,21%
26 - TRANSPORTE	-1,98%	186,13%	-98,69%	1363,12%	-45,98%	2378,37%	28,60%	34,61%	-68,05%	-47,07%
27 - DESPORTO E LAZER	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	-66,37%	97,66%	561,42%	-63,41%	-65,26%	129,24%	-65,47%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	99,41%	-62,39%	-47,97%	512,82%	-45,57%	357,17%	4,39%	-76,87%	44,59%	87,56%
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	#DIV/0!	#DIV/0!	-75,20%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
TOTAL	103,88%	-46,81%	-37,51%	267,55%	-32,88%	273,17%	1,95%	-59,84%	-3,50%	-14,41%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Varição acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Varição abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

4.4.2.4 Variável Créditos Especiais

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 29. Duas funções apresentaram maior frequência de crescimento acima da variação do PIB (cada uma registrou 6 vezes). A função 12 (Educação) registrou crescimento superior ao do PIB em 2003, 2005, 2007 a 2009 e 2011. E, apesar do decréscimo nos demais anos houve decréscimo, em todo o período cresceu 300,53% (acima do acumulado PIB). A função 26 (Transporte) registrou crescimento superior em 2002, 2003, 2005, 2007 a 2009. Nos demais anos houve decréscimo, mas cresceu 924,60% entre 2001 e 2011.

Entre os registros de variação inferior à do PIB, destacam-se as funções 11 (Trabalho), 13 (Cultura), 24 (Comunicações), 16 (Habitação) e 21 (Organização Agrária), das quais todos os registros possíveis (divisão cujo denominador foi período anterior com valor diferente de zero) foram negativos. Nas três primeiras, houve variação acumulada no período de -100,00% e nas duas últimas não houve destinação de recursos como créditos especiais em 2001, o que leva à divisão final por zero (#DIV/0!).

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na quinta coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 6 delas cresceram mais que o PIB e outras 11 tiveram valores nulos em 2001 (assim não foi possível encontrar valor percentual: “#Div/0!”). Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 03 (Essencial à Justiça), 18.412,18% e 20 (Agricultura), 14.254,19%. Decresceram as seguintes funções:

- a) 04 (Administração): -100,00%;
- b) 09 (Previdência Social): - 100,00%;
- c) 11 (Trabalho): -100,00%;
- d) 13 (Cultura): -100,00%
- e) 23 (Comércio e Serviços): -100,00%;
- f) 24 (Comunicações): -100,00%
- g) 25 (Energia): -100,00%
- h) 28 (Encargos Especiais): -99,37%.
- i) 01 (Legislativa): -75,54%;
- j) 08 (Assistência Social): - 25,53%.

Tabela 29 - Evolução percentual das funções na variável Créditos Especiais– 2001-2011

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	-1,42%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-62,84%	-28,22%	548,65%	-99,86%	23149,30%	-19,04%
02 - JUDICIÁRIA	110,92%	-12,91%	-98,98%	2131,92%	203,05%	-53,61%	-7,93%	18,58%	63,36%	41,31%
03 - ESSENCIAL A JUSTIÇA	10,62%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	287,57%	-82,16%	-85,77%	395,85%	806,15%
04 - ADMINISTRAÇÃO	787,67%	2,57%	-94,68%	216,67%	-12,43%	32,83%	94,39%	-9,72%	-93,90%	-100,00%
05 - DEFESA NACIONAL	1719,25%	-99,91%	9013,55%	-100,00%	#DIV/0!	28,41%	10329,60%	321,68%	-47,00%	-72,69%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	166,28%	-89,47%	-98,47%	25024,64%	543,94%	54,25%	5,17%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-25,40%	141,40%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	-56,09%	-100,00%	#DIV/0!	-0,40%	-55,11%	-80,43%	921,44%	186,97%	-100,00%	#DIV/0!
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	-94,87%	5387225,99%	-96,06%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	86,73%	-26,98%	-62,84%	-100,00%
10 - SAÚDE	#DIV/0!	6435,93%	-36,89%	-47,91%	-84,94%	109,40%	84,15%	188,81%	-52,50%	-97,58%
11 - TRABALHO	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!
12 - EDUCAÇÃO	-86,99%	3110,32%	-99,98%	106896,12%	-40,18%	87,67%	206,37%	31,10%	-42,00%	117,37%
13 - CULTURA	-25,78%	-99,74%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-68,82%	-10,22%	-79,38%	-100,00%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-76,48%	5216,94%	149,64%	-5,99%	-61,70%
15 - URBANISMO	#DIV/0!	#DIV/0!	416,92%	-10,09%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-96,53%	-96,66%	-0,82%
16 - HABITAÇÃO	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
17 - SANEAMENTO	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	327,62%	-100,00%	#DIV/0!
18 - GESTÃO AMBIENTAL	-85,42%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-31,81%	-94,47%	123,80%	3962,46%	54,18%	143,68%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	-59,28%	2213,35%	-20,00%	-86,64%	139,18%	-91,44%	116,38%
20 - AGRICULTURA	40870,51%	-99,65%	904,09%	-70,27%	-75,51%	22,06%	5278,73%	-65,43%	-68,02%	1799,80%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!
22 - INDÚSTRIA	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	29630,62%	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	14,31%	-87,31%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	434,87%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-78,79%	-100,00%
24 - COMUNICAÇÕES	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!
25 - ENERGIA	-99,48%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	16,27%	-88,37%	-100,00%	#DIV/0!
26 - TRANSPORTE	150,58%	16,90%	-57,70%	283,72%	-95,96%	293,27%	5279,52%	41,25%	-68,39%	-43,46%
27 - DESPORTO E LAZER	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-9,13%	-74,13%	-77,22%	8980,92%	1794,40%	-100,00%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	-99,98%	4364,03%	-93,23%	678,49%	-50,32%	-49,41%	587,39%	6585,25%	-62,18%	-97,39%
TOTAL	-88,95%	-20,32%	-83,61%	133,42%	-24,70%	18,93%	699,65%	286,53%	-56,54%	-72,14%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Varição acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Varição abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

4.4.2.5 Variável Créditos Extraordinários

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 30. Nota-se uma recorrência maior de créditos extraordinários a partir de 2006. Em 2007 houve o maior número de funções com aumentos superiores ao do crescimento do PIB. Em contraste, no ano de 2011 todas as variações apuradas foram negativas.

Duas funções apresentaram maior frequência de crescimento acima da variação do PIB (cada uma registrou 6 vezes). A função 06 (Segurança Pública) registrou crescimento

superior ao do PIB de 2005 a 2010. Nos demais anos variou negativamente e em todo o período cresceu 82,51% (acima do acumulado PIB). A função 26 (Transporte) registrou crescimento superior em 2002, 2004 a 2007 e 2009. Nos demais anos houve decréscimo. Em todo o período cresceu 659,38%.

Entre os registros de variação inferior à do PIB, destacam-se as funções 01 (Legislativa), 02 (Judiciária), 11 (Trabalho), 13 (Cultura) e 24 (Comunicações), das quais todos os registros possíveis (divisão cujo denominador foi período anterior com valor diferente de zero) foram negativos. Em nenhuma delas houve destinação de recursos como créditos extraordinários em 2001, então não é possível mensurar a variação acumulada de 2001 a 2011 (#DIV/0!).

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na sexta coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 2 delas cresceram mais que o PIB: 06 (Segurança Pública), 82,51%, e 26 (Transporte), 659,38%. Outras 20 funções tiveram valores nulos em 2001 (assim não foi possível encontrar valor percentual: “#Div/0!”). Decresceram as funções: 08 (Assistência Social), 18 (Gestão Ambiental), 20 (Agricultura) e 25 (Energia): todas elas em -100,00%.

Tabela 30 - Evolução percentual das funções na variável Créditos Extraordinários – 2001-2011

	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
02 - JUDICIÁRIA	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-44,88%	-0,54%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	216,15%	-0,13%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
04 - ADMINISTRAÇÃO	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-10,02%	221,39%	75,29%	-81,44%	-96,60%	3887,70%	-98,08%
05 - DEFESA NACIONAL	#DIV/0!	#DIV/0!	3088,91%	354,81%	8,00%	48,36%	-68,23%	-65,13%	612,37%	-69,87%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-18,97%	-72,65%	-3,62%	12,12%	180,63%	139,10%	55,67%	6,41%	57,76%	-56,54%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	60,96%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	-37,91%	-100,00%	#DIV/0!	-69,55%	717,07%	-92,74%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	2599,00%	-91,34%	-75,96%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!
10 - SAÚDE	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	2844,36%	-83,21%	780,90%	-97,22%	2125,49%	-32,48%	-87,06%
11 - TRABALHO	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-92,25%	-91,44%	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%
12 - EDUCAÇÃO	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	1107,10%	73,93%	-99,11%	-44,04%	19088,58%	-72,96%
13 - CULTURA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	-11,36%	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	225,06%	21,41%	-15,14%	-100,00%	#DIV/0!	-79,89%
15 - URBANISMO	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-10,72%	503,67%	-89,81%	-57,36%	56,86%	-95,67%
16 - HABITAÇÃO	#DIV/0!	5396,85%	-49,57%	-100,00%	#DIV/0!	-75,35%	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!
17 - SANEAMENTO	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-98,36%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!
18 - GESTÃO AMBIENTAL	-87,23%	74,41%	1202,13%	228,17%	-96,67%	31036,26%	-93,73%	-11,22%	-98,12%	-100,00%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-45,67%	-37,23%	20,10%	-100,00%	#DIV/0!	-70,39%
20 - AGRICULTURA	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-95,93%	7554,71%	-33,87%	-90,76%	-67,62%	15,80%	-100,00%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	233,25%	-7,26%	8,00%	-94,92%	-87,85%	4732,00%	-100,00%
22 - INDÚSTRIA	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	156,67%	2313,05%	-89,97%	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-43,23%	-95,60%	1988,92%	-100,00%	#DIV/0!
24 - COMUNICAÇÕES	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%
25 - ENERGIA	17833,20%	-71,67%	-100,00%	#DIV/0!	-83,21%	-92,18%	-100,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
26 - TRANSPORTE	26676,08%	-95,38%	170,42%	341,82%	34,32%	226,06%	-78,44%	76,94%	-74,44%	-87,96%
27 - DESPORTO E LAZER	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-100,00%	#DIV/0!	457,71%	-99,11%	-100,00%	#DIV/0!	-100,00%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	16528,30%	-100,00%	#DIV/0!	-27,74%	-92,93%	6273,32%	-44,56%	-100,00%	#DIV/0!	-83,29%
TOTAL	2167,12%	-91,62%	198,36%	33,69%	81,24%	114,49%	-64,71%	-57,75%	54,35%	-75,09%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Variação acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Variação abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

4.4.2.6 Variável Empenhado

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 31. A função 08 (Assistência Social) registrou a maior frequência de variação superior ao crescimento do PIB (todos os anos). Em todo o período cresceu 357,12% (acima do acumulado PIB).

Duas funções apresentaram maior frequência de crescimento abaixo da variação do PIB (cada uma registrou 6 vezes). A função 22 (Indústria) registrou decréscimos em 2002, 2003, 2005, 2008 a 2011. Em todo o período cresceu 106,91% (acima do acumulado PIB). A função 23 (Comércio e Serviços) registrou decréscimos em 2002 a 2004, 2006, 2007, 2010 e 2011. Em todo o período decresceu -30,44%.

Tabela 31 - Evolução percentual das funções na variável Empenhado – 2001-2011

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	8,29%	8,70%	6,69%	0,93%	18,36%	1,16%	-0,16%	-7,10%	4,30%	0,24%
02 - JUDICIÁRIA	12,41%	-10,24%	16,70%	-5,35%	29,55%	7,05%	9,74%	3,89%	4,21%	-5,66%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	12,16%	13,21%	45,92%	2,69%	26,23%	17,34%	15,31%	4,35%	4,41%	-0,52%
04 - ADMINISTRAÇÃO	4,38%	-21,48%	13,66%	-5,06%	16,75%	22,82%	-0,97%	10,35%	11,18%	-10,10%
05 - DEFESA NACIONAL	-1,77%	-19,92%	9,98%	6,11%	4,28%	12,22%	7,52%	11,10%	17,45%	-6,12%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-22,33%	-3,73%	7,82%	2,54%	24,21%	31,02%	16,85%	15,94%	15,95%	-25,80%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	30,71%	-22,83%	6,44%	8,33%	-12,03%	2,29%	22,50%	-22,82%	16,50%	-5,09%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	13,15%	12,57%	55,02%	7,56%	29,85%	10,81%	11,73%	9,72%	11,65%	9,28%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	5,17%	3,00%	7,31%	7,76%	6,60%	6,36%	6,14%	6,69%	5,33%	3,42%
10 - SAÚDE	-0,71%	-6,98%	14,34%	3,50%	6,35%	8,71%	3,54%	10,63%	1,33%	9,70%
11 - TRABALHO	6,40%	-4,14%	8,03%	10,84%	23,65%	15,33%	9,27%	22,65%	2,57%	8,60%
12 - EDUCAÇÃO	5,31%	-6,51%	-4,28%	4,14%	15,78%	19,60%	9,02%	24,04%	26,01%	13,21%
13 - CULTURA	-19,97%	-15,61%	30,52%	43,05%	12,63%	25,44%	11,34%	19,63%	17,71%	-5,01%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-34,50%	-16,87%	30,35%	39,74%	14,46%	-7,30%	50,11%	-0,53%	10,90%	-27,87%
15 - URBANISMO	-6,11%	-39,53%	232,10%	64,13%	-1,62%	96,95%	-6,78%	3,34%	-1,10%	-18,49%
16 - HABITAÇÃO	-67,28%	-18,04%	280,62%	8,47%	99,06%	-51,14%	65,06%	-7,30%	-83,56%	172,04%
17 - SANEAMENTO	-60,55%	-48,37%	23,77%	7,37%	-38,25%	2549,73%	8,59%	62,42%	-45,04%	-11,78%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	-38,31%	-34,26%	18,78%	55,31%	-22,07%	93,30%	9,11%	-5,81%	-4,43%	-5,52%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-12,38%	15,18%	22,98%	17,44%	11,81%	9,38%	13,83%	13,46%	15,96%	-13,02%
20 - AGRICULTURA	-6,63%	2,20%	8,63%	2,07%	15,55%	8,88%	-18,26%	42,39%	-4,37%	0,77%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-3,79%	-10,30%	72,29%	28,72%	14,34%	9,57%	-12,18%	2,90%	-16,02%	-7,64%
22 - INDÚSTRIA	-15,81%	-11,67%	231,49%	-10,14%	32,84%	31,02%	-23,52%	-32,12%	6,35%	-2,78%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	-38,47%	-2,00%	-5,42%	26,57%	-6,23%	-0,37%	10,88%	13,66%	-9,01%	-10,06%
24 - COMUNICAÇÕES	14,28%	-2,67%	-27,16%	-9,18%	-4,87%	81,35%	-44,35%	-3,88%	71,40%	-17,56%
25 - ENERGIA	883,92%	-56,81%	-90,34%	10,56%	-8,34%	16,58%	-7,11%	44,95%	-20,89%	-12,72%
26 - TRANSPORTE	16,83%	-47,13%	13,07%	70,99%	-0,07%	68,87%	1,07%	20,78%	18,99%	-13,08%
27 - DESPORTO E LAZER	-16,00%	-48,59%	61,68%	44,82%	69,27%	85,09%	-35,97%	-3,15%	1,08%	3,25%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	-4,00%	24,97%	-4,12%	14,34%	-4,07%	-5,74%	-7,29%	4,46%	-2,46%	6,91%
TOTAL	-0,78%	14,58%	-0,12%	12,18%	0,27%	0,01%	-2,52%	6,67%	1,39%	4,91%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Varição acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Varição abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na sétima coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 13 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 08 (Assistência Social), 357,12% e 15 (Urbanismo), 365,68%. Decresceram as seguintes funções:

- 25 (Energia): - 54,92%;
- 23 (Comércio e Serviços): -30,44%;
- 16 (Habitação): -26,32%;

d) 24 (Comunicações): -4,05%.

4.4.2.7 Variável Pago

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 32. A função 08 (Assistência Social) registrou a maior frequência de variações superiores ao crescimento do PIB (todos os anos). Em todo o período cresceu 370,95% (acima do acumulado PIB).

A função 23 (Comércio e Serviços) registrou a maior frequência de variações inferiores ao crescimento do PIB (8 vezes) , sendo negativas em 2002 a 2004, 2007, 2008, 2010 e 2011. Em todo o período decresceu -72,08%.

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na oitava coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 12 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 08 (Assistência Social), 370,95% e 15 (Urbanismo), 657,64%. Decresceram as seguintes funções:

a) 23 (Comércio e Serviços): -72,08%;

b) 25 (Energia): - 53,57%;

c) 16 (Habitação): -45,22%;

d) 24 (Comunicações): -9,93%.

Tabela 32 - Evolução percentual das funções na variável Pago – 2001-2011

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	11,72%	10,48%	4,36%	1,85%	18,61%	-2,79%	-1,54%	-2,52%	4,74%	0,92%
02 - JUDICIÁRIA	11,12%	-11,49%	16,25%	-5,14%	31,83%	5,79%	12,47%	2,81%	3,86%	-5,23%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	12,66%	14,85%	42,18%	2,69%	26,02%	13,19%	18,49%	6,02%	3,68%	-2,58%
04 - ADMINISTRAÇÃO	13,64%	-11,76%	9,72%	-5,61%	17,04%	20,39%	0,10%	11,21%	12,16%	-8,85%
05 - DEFESA NACIONAL	2,63%	-18,62%	7,33%	7,75%	6,52%	7,19%	0,70%	18,64%	14,34%	-6,07%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-25,42%	3,52%	9,54%	-0,34%	22,04%	33,11%	13,64%	13,15%	16,36%	-23,68%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	31,08%	-24,21%	3,13%	4,75%	-6,01%	3,37%	20,85%	-22,14%	15,75%	-3,77%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	12,36%	10,70%	64,22%	7,29%	31,21%	11,00%	9,92%	10,53%	11,81%	8,62%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	5,39%	1,87%	8,23%	6,47%	9,01%	6,07%	-2,46%	9,65%	7,50%	3,72%
10 - SAÚDE	2,76%	-4,70%	12,23%	3,22%	4,84%	6,61%	4,74%	6,54%	6,58%	7,80%
11 - TRABALHO	6,80%	-0,80%	3,75%	12,40%	24,32%	15,47%	6,51%	24,33%	3,40%	8,52%
12 - EDUCAÇÃO	9,07%	-9,35%	-3,18%	-0,88%	17,21%	12,79%	12,26%	23,69%	26,22%	8,18%
13 - CULTURA	-4,43%	-22,67%	20,10%	40,95%	6,98%	5,38%	19,24%	21,62%	10,70%	-25,35%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-37,26%	-13,66%	29,70%	31,89%	9,21%	-16,09%	37,45%	9,51%	12,77%	-27,82%
15 - URBANISMO	-6,90%	-24,61%	781,22%	-21,45%	0,81%	17,21%	34,27%	43,99%	3,72%	-34,18%
16 - HABITAÇÃO	-86,45%	12,87%	1856,80%	-38,95%	-55,48%	-99,65%	56639,43%	-13,50%	-84,94%	158,15%
17 - SANEAMENTO	-89,95%	-17,82%	82,78%	135,43%	-25,09%	72,14%	1054,97%	69,07%	-41,30%	-51,47%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	-18,71%	-32,35%	22,72%	17,30%	-2,51%	10,87%	3,85%	8,17%	17,57%	4,91%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-10,69%	4,78%	29,23%	10,06%	3,59%	5,46%	19,40%	15,26%	5,40%	-12,75%
20 - AGRICULTURA	-3,04%	10,03%	8,53%	-1,24%	7,97%	-8,85%	-7,77%	38,05%	-23,02%	-0,55%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	7,47%	-30,60%	73,69%	35,00%	11,94%	14,49%	-33,45%	-3,66%	-16,28%	-9,51%
22 - INDÚSTRIA	-0,28%	-1,64%	171,47%	-7,67%	64,69%	17,84%	-39,65%	-19,30%	6,16%	4,62%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	-34,76%	-1,85%	-24,78%	2,46%	14,14%	-20,82%	-17,89%	0,37%	-2,58%	-22,01%
24 - COMUNICAÇÕES	19,86%	-3,96%	-34,82%	-2,57%	0,60%	8,35%	-19,91%	-4,81%	27,98%	15,85%
25 - ENERGIA	881,84%	-74,12%	-82,56%	6,30%	-12,31%	10,60%	1,66%	33,62%	-24,90%	-0,35%
26 - TRANSPORTE	26,76%	-49,37%	23,07%	28,30%	1,26%	49,99%	-19,13%	64,03%	29,19%	-9,09%
27 - DESPORTO E LAZER	-10,50%	-49,46%	195,08%	-29,83%	133,28%	175,05%	-74,79%	-31,36%	67,12%	13,99%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	1,63%	22,19%	-6,33%	16,69%	-1,46%	-5,69%	-7,11%	4,13%	-3,20%	5,56%
TOTAL	3,62%	13,04%	-1,50%	12,98%	2,53%	-1,20%	-4,29%	7,04%	1,40%	4,29%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Varição acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Varição abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

4.4.2.8 Variável RP Inscrito

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 33. A função 13 (Cultura) registrou a maior frequência de variações superiores ao crescimento do PIB (9 vezes). Em todo o período cresceu 790,69% (acima do acumulado PIB).

Quatro funções apresentaram maior frequência de variações abaixo da registrada do PIB (cada uma registrou 6 vezes). A função 08 (Assistência Social) registrou decréscimos de 2005 a 2008 e 2011 e valor positivo, porém inferior ao crescimento do PIB em 2010. Em todo o período cresceu 205,90% (acima do acumulado PIB). A função 11 (Trabalho) registrou decréscimos em 2003, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2011. Em todo o período, cresceu 59,86% (abaixo do acumulado PIB). A função 16 (Habitação) registrou decréscimos em 2002 a 2004,

2008 e 2011 e valor positivo, mas inferior ao crescimento do PIB em 2010. Em todo o período, cresceu 172,04% (acima do acumulado PIB). A função 18 (Gestão Ambiental) registrou decréscimos em 2003, 2004, 2007 e 2011 e valores positivos, mas inferiores ao crescimento do PIB em 2005 e 2010. Em todo o período cresceu 458,67% (acima do acumulado PIB).

Tabela 33 - Evolução percentual das funções na variável RP Inscrito – 2001-2011

	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	56,59%	-40,57%	-24,52%	119,74%	-3,44%	23,31%	45,33%	53,21%	-17,92%	4,39%
02 - JUDICIÁRIA	23,32%	33,71%	7,20%	46,97%	-6,07%	13,24%	18,72%	14,84%	1,74%	8,78%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	82,49%	-13,15%	-19,26%	238,67%	12,12%	20,78%	86,30%	7,88%	-18,32%	21,08%
04 - ADMINISTRAÇÃO	195,11%	-15,01%	-40,06%	62,25%	-0,13%	17,79%	40,19%	7,02%	21,57%	14,12%
05 - DEFESA NACIONAL	69,35%	-59,08%	-15,11%	27,78%	-1,91%	-13,10%	87,45%	55,05%	-17,35%	44,16%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	89,27%	-3,66%	-25,53%	-11,14%	18,54%	31,77%	18,27%	57,07%	41,85%	29,31%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	-4,72%	-13,30%	163,24%	99,09%	91,50%	-75,98%	-35,98%	-6,67%	36,99%	50,85%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	117,01%	34,36%	61,18%	-50,83%	-8,43%	-4,54%	-12,23%	61,69%	6,77%	-0,06%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	-1,22%	14,30%	434,69%	-76,39%	40,96%	-60,23%	39,05%	2326,42%	-21,25%	-9,60%
10 - SAÚDE	63,96%	-9,84%	-26,37%	27,96%	6,49%	35,84%	23,12%	19,79%	30,81%	-9,14%
11 - TRABALHO	51,94%	-45,46%	-90,86%	1224,41%	-46,70%	98,28%	-12,78%	182,74%	-1,33%	-38,04%
12 - EDUCAÇÃO	-30,35%	-30,35%	41,19%	4,09%	29,68%	7,35%	63,71%	27,94%	20,28%	20,19%
13 - CULTURA	78,44%	-64,23%	38,97%	72,90%	42,41%	30,00%	68,68%	20,77%	12,05%	37,43%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	39,62%	-26,71%	-25,11%	44,94%	83,93%	28,55%	13,87%	116,58%	4,48%	8,24%
15 - URBANISMO	147,83%	-8,63%	-31,22%	53,98%	162,92%	0,85%	122,63%	31,00%	15,95%	8,20%
16 - HABITAÇÃO	-27,62%	-35,45%	-10,75%	118,69%	34,14%	148,58%	-47,08%	97,24%	6,83%	-19,77%
17 - SANEAMENTO	16,76%	-52,09%	-41,32%	23,72%	-32,59%	-45,15%	4024,75%	10,68%	68,02%	-3,39%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	174,55%	-62,98%	-33,60%	4,02%	158,02%	-47,03%	318,23%	60,29%	3,48%	-16,07%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	47,25%	-31,79%	138,23%	-6,50%	54,21%	60,18%	27,88%	10,09%	16,01%	47,87%
20 - AGRICULTURA	2,48%	-34,16%	-45,81%	35,19%	41,40%	93,66%	84,12%	-22,09%	52,53%	61,48%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-3,35%	-39,86%	117,34%	65,90%	8,39%	20,65%	-1,46%	83,92%	18,52%	8,75%
22 - INDÚSTRIA	84,76%	-57,22%	-44,30%	956,59%	-23,62%	-79,02%	393,38%	90,10%	14,31%	-44,54%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	193,26%	-61,64%	6,71%	127,29%	74,02%	-29,56%	38,78%	72,66%	61,93%	16,38%
24 - COMUNICAÇÕES	-39,75%	-25,60%	36,20%	24,42%	-37,15%	-31,36%	694,76%	-70,47%	28,69%	140,43%
25 - ENERGIA	28,62%	907,31%	43,64%	-98,29%	64,10%	13,24%	42,86%	-16,46%	65,97%	-5,17%
26 - TRANSPORTE	47,39%	3,38%	-21,77%	-26,49%	137,11%	1,01%	81,20%	58,79%	0,29%	4,88%
27 - DESPORTO E LAZER	92,84%	-20,21%	-36,25%	-6,17%	105,63%	45,98%	33,07%	56,22%	34,53%	3,07%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	104,60%	-46,12%	175,99%	-71,26%	134,14%	6,56%	-28,16%	20,69%	59,61%	1,56%
TOTAL	61,75%	-28,32%	54,20%	-39,80%	56,62%	9,39%	28,35%	60,66%	16,25%	5,74%

Legenda:



Máximas (2 registros por ano), acima do PIB
 Variação acima do crescimento do PIB
 Variação abaixo do crescimento do PIB
 Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB

XXX
 XXX
 #DIV/0!

Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
 Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
 Divisão impossível (denominador 0)

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na penúltima coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 26 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos

ocorreram com as funções 09 (Previdência Social), 1.819,26% e 15 (Urbanismo), 2.226,79%. Não houve funções com decréscimos no acumulado apurado da variável. Os menores aumentos ocorreram com as funções 11 (Trabalho), 59,86%, e 25 (Energia), 11,31%.

4.4.2.9 Variável RP Pago

A análise seguinte relaciona-se com a Tabela 34. A função 13 (Cultura) registrou a maior frequência de variações superiores ao crescimento do PIB (8 vezes). Em todo o período cresceu 353,57% (acima do acumulado PIB).

Quatro funções apresentaram maior frequência de variações abaixo da registrada do PIB (cada uma registrou 6 vezes). A função 09 (Previdência Social) registrou decréscimos em 2003, 2005, 2006 e 2011 e valores positivos mas inferiores ao crescimento do PIB em 2008 e 2010. Em todo o período cresceu 2.675,31% (acima do acumulado PIB). A função 11 (Trabalho) registrou decréscimos em 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2010 e 2011. Em todo o período cresceu 176,49% (acima do acumulado PIB). A função 22 (Indústria) registrou decréscimos em 2003, 2004, 2006, 2007 e 2009 e valor positivo, mas inferior ao PIB em 2010. Em todo o período cresceu 103,10% (acima do acumulado PIB). A função 24 (Comunicações) registrou decréscimos em 2002, 2003, 2005 a 2007 e 2009. Em todo o período cresceu 276,76% (acima do acumulado PIB).

A Tabela 35 (item 4.4.2.10) apresenta na última coluna as variações totais entre 2001 e 2011, e a comparação, com uso de cores, das funções que cresceram mais ou menos do que a variação acumulada do PIB. Das 28 funções analisadas (exceções: 98 – atípica e 99 – reserva de contingência), 24 delas cresceram mais que o PIB. Os dois maiores aumentos ocorreram com as funções 09 (Previdência Social), 2.675,31% e 19 (Ciência e Tecnologia), 658,23%. Decresceram as funções 16 (Habitação), -43,22%, e 25 (Energia), -22,81%.

Tabela 34 - Evolução percentual das funções na variável RP Pago – 2001-2011

	2001- 2002	2002- 2003	2003- 2004	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011
PIB	0,86%	5,24%	6,14%	4,64%	6,99%	7,52%	7,59%	2,42%	9,89%	3,18%
01 - LEGISLATIVA	36,07%	-39,59%	-21,10%	65,58%	-21,43%	74,76%	-1,45%	2,53%	-13,84%	31,60%
02 - JUDICIÁRIA	22,50%	27,87%	14,06%	33,48%	-3,20%	16,54%	9,36%	-8,13%	26,24%	-0,26%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	69,14%	-7,65%	-35,79%	241,37%	19,74%	30,67%	58,02%	8,96%	-29,77%	10,38%
04 - ADMINISTRAÇÃO	36,24%	-23,40%	-43,02%	97,14%	23,67%	31,99%	47,17%	-3,80%	18,83%	0,35%
05 - DEFESA NACIONAL	81,32%	-62,68%	-12,51%	18,86%	7,56%	-11,04%	71,94%	-9,86%	32,49%	51,15%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	95,42%	-30,85%	-1,38%	-22,12%	5,02%	62,77%	-4,93%	41,13%	22,43%	3,94%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	-1,19%	-33,02%	139,89%	123,56%	71,78%	-70,03%	-46,87%	-9,60%	51,91%	46,21%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	57,19%	29,42%	-7,03%	-48,51%	-29,18%	20,96%	-5,06%	56,95%	48,50%	-18,11%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	21,12%	-24,43%	119,87%	-55,46%	-8,92%	19,55%	1,75%	2695,07%	8,35%	-7,71%
10 - SAÚDE	48,18%	-35,48%	-1,75%	6,34%	-0,23%	45,83%	-11,71%	19,83%	48,53%	-24,56%
11 - TRABALHO	315,84%	-83,69%	-80,85%	1919,75%	-55,25%	130,37%	-19,48%	195,08%	-10,60%	-51,86%
12 - EDUCAÇÃO	0,04%	-40,04%	28,05%	-0,03%	41,57%	14,72%	55,08%	-2,07%	41,87%	25,12%
13 - CULTURA	55,92%	-76,07%	130,82%	54,93%	50,55%	16,42%	60,66%	13,52%	-4,86%	11,80%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	39,87%	-50,81%	-3,15%	6,30%	127,98%	67,40%	-35,87%	121,60%	1,68%	4,07%
15 - URBANISMO	146,21%	-67,27%	48,72%	45,05%	150,27%	11,44%	96,91%	-32,85%	1,25%	0,76%
16 - HABITAÇÃO	-30,39%	-87,67%	213,45%	152,12%	56,51%	59,68%	20,07%	-24,85%	-61,55%	-3,45%
17 - SANEAMENTO	11,64%	-90,58%	54,36%	76,23%	-35,06%	-23,57%	3072,59%	-28,92%	36,16%	-24,01%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	115,59%	-75,05%	4,24%	7,38%	62,14%	3,72%	92,67%	65,94%	15,34%	-34,25%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	68,33%	-31,06%	120,36%	-9,26%	43,35%	63,56%	5,80%	2,61%	0,67%	27,50%
20 - AGRICULTURA	38,56%	-65,54%	-22,65%	-10,27%	139,47%	94,05%	36,77%	-28,18%	44,52%	87,35%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-13,50%	-54,44%	39,03%	159,49%	17,96%	29,91%	-11,97%	34,35%	1,26%	-4,34%
22 - INDÚSTRIA	80,87%	-65,00%	-54,97%	1547,73%	-21,14%	-82,39%	474,18%	-64,57%	4,38%	46,66%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	139,10%	-71,33%	34,60%	138,87%	-12,90%	57,83%	14,86%	-17,94%	25,92%	-2,50%
24 - COMUNICAÇÕES	-44,24%	-48,51%	201,67%	-1,80%	-28,39%	-54,14%	1546,63%	-84,60%	61,10%	230,28%
25 - ENERGIA	17,49%	1230,91%	-3,26%	-98,46%	102,53%	37,55%	44,99%	-23,34%	60,71%	-33,35%
26 - TRANSPORTE	46,38%	-23,45%	1,62%	-33,58%	144,22%	2,71%	56,86%	24,47%	16,59%	6,21%
27 - DESPORTO E LAZER	117,42%	-81,75%	142,58%	-27,06%	123,59%	96,56%	-22,29%	-15,45%	29,73%	-12,47%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	131,98%	-81,31%	83,92%	-16,56%	176,08%	-6,37%	4,70%	-10,61%	50,52%	63,71%
TOTAL	65,59%	-51,10%	15,84%	-4,35%	53,79%	16,34%	29,34%	32,93%	22,45%	12,27%

Legenda:

	Máximas (2 registros por ano), acima do PIB	XXX	Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
	Variação acima do crescimento do PIB	XXX	Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
	Variação abaixo do crescimento do PIB	#DIV/0!	Divisão impossível (denominador 0)
	Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB		

4.4.2.10 Comparação dos valores acumulados

Por fim, observa-se na Tabela 35 que algumas funções cresceram acima da variação do PIB em todas as variáveis estudadas (desconsiderados os registros de divisão por zero) entre 2001 e 2011. São elas: 03 (Essencial à Justiça), 12 (Educação), 15 (Urbanismo), 17 (Saneamento), 19 (Ciência e Tecnologia), 22 (Indústria), 26 (Transporte) e 27 (Desporto e Lazer), além da Reserva de Contingência. No oposto, não foram encontradas funções com variações inferiores à do PIB em todas as variáveis. Porém, a função com o maior número de variáveis nessa condição foi a 25 (Energia), 8 em 9.

Tabela 35 - Comparação da variação percentual das funções e do PIB - acumulado 2001-2011

	Dotação inicial	Autorizado	Créditos Suplementares	Créditos Especiais	Créditos Extraordinários	Empenhado	Pago	RP Inscrito	RP Pago
PIB	69,44%								
01 - LEGISLATIVA	62,83%	49,95%	#DIV/0!	-75,54%	#DIV/0!	47,15%	53,46%	250,66%	68,95%
02 - JUDICIÁRIA	82,70%	77,23%	490,09%	48,55%	#DIV/0!	73,25%	72,15%	316,94%	240,32%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	277,32%	260,57%	212,13%	18412,18%	#DIV/0!	252,22%	241,94%	1066,37%	615,02%
04 - ADMINISTRAÇÃO	74,87%	37,79%	424,98%	-100,00%	#DIV/0!	38,51%	66,53%	497,20%	223,10%
05 - DEFESA NACIONAL	66,93%	51,43%	2,51%	1888,75%	#DIV/0!	41,52%	41,50%	121,90%	108,99%
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	67,41%	91,73%	3427,14%	#DIV/0!	82,51%	56,84%	56,34%	542,32%	202,93%
07 - RELAÇÕES EXTERIORES	49,71%	26,78%	-0,16%	#DIV/0!	#DIV/0!	9,41%	9,28%	145,91%	94,95%
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	321,46%	339,76%	1396,08%	-25,53%	-100,00%	357,12%	370,95%	205,90%	51,17%
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	80,85%	76,21%	181,37%	-100,00%	#DIV/0!	75,20%	70,58%	1819,26%	2675,31%
10 - SAÚDE	58,38%	59,17%	532,43%	#DIV/0!	38,84%	60,91%	62,57%	253,17%	72,29%
11 - TRABALHO	129,77%	161,48%	2528,42%	-100,00%	#DIV/0!	159,99%	163,54%	59,86%	176,49%
12 - EDUCAÇÃO	127,13%	138,48%	379,10%	300,53%	#DIV/0!	162,17%	137,86%	200,50%	236,15%
13 - CULTURA	195,68%	200,48%	2198,87%	-100,00%	#DIV/0!	165,32%	69,03%	790,69%	353,57%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	52,00%	44,86%	157,15%	#DIV/0!	#DIV/0!	25,68%	4,06%	632,41%	306,52%
15 - URBANISMO	414,36%	429,40%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	365,68%	657,64%	2226,79%	554,05%
16 - HABITAÇÃO	-72,89%	-73,04%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	-26,32%	-45,22%	172,04%	-43,22%
17 - SANEAMENTO	113,44%	111,34%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	278,63%	155,04%	1012,76%	231,23%
18 - GESTÃO AMBIENTAL	-1,72%	8,96%	289,19%	798,53%	-100,00%	4,59%	18,56%	458,67%	145,52%
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	81,49%	94,82%	1151,40%	#DIV/0!	#DIV/0!	132,22%	84,02%	1234,58%	658,23%
20 - AGRICULTURA	31,74%	22,85%	32,61%	14254,19%	-100,00%	49,30%	9,69%	378,29%	309,56%
21 - ORGANIZAÇÃO AGRARIA	57,79%	72,56%	10608,65%	#DIV/0!	#DIV/0!	68,07%	8,87%	540,22%	149,57%
22 - INDÚSTRIA	220,45%	183,62%	144,00%	#DIV/0!	#DIV/0!	106,91%	158,09%	343,27%	103,10%
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	15,96%	7,76%	-12,70%	-100,00%	#DIV/0!	-30,44%	-72,08%	1410,37%	250,57%
24 - COMUNICAÇÕES	-60,92%	-63,66%	387,78%	-100,00%	#DIV/0!	-4,05%	-9,93%	138,02%	276,76%
25 - ENERGIA	-54,58%	-57,22%	120,58%	-100,00%	-100,00%	-54,92%	-53,57%	11,31%	-22,81%
26 - TRANSPORTE	140,48%	137,00%	1033,51%	924,60%	659,38%	154,40%	139,78%	535,21%	358,65%
27 - DESPORTO E LAZER	246,90%	273,15%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	105,04%	98,10%	696,37%	130,20%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	-14,57%	-14,66%	242,06%	-99,37%	37,97%	20,10%	24,66%	206,66%	296,63%
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	177,59%	183,44%	na	na	na	na	na	na	na
TOTAL	8,54%	8,22%	271,29%	-88,72%	68,81%	41,28%	43,06%	367,38%	279,38%

Legenda:



Máximas (2 registros por ano), acima do PIB
 Variação acima do crescimento do PIB
 Variação abaixo do crescimento do PIB
 Mínimas (2 registros por ano), abaixo do PIB

xxx
xxx
 #DIV/0!
na

Ano e variável com maior frequência de variações superiores a do PIB
 Variável com maior frequência de variações inferiores a do PIB
 Divisão impossível (denominador 0)
 Não aplicável

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Pressupostos

Os pressupostos que delimitaram a pesquisa e seus resultados foram os seguintes:

- a) foram consideradas as políticas públicas setoriais que receberam dotações orçamentárias, o que significa que as políticas de caráter monetário, cambial, regulatório, as conduzidas pelas empresas estatais independentes (como BNDES, Petrobras, CEF) ou aquelas apenas normativas e não orçamentárias, embora existentes, estão fora do escopo de análise;
- b) para permitir a comparabilidade dos dados, foi utilizado o IPCA que trouxe os registros aos valores de compra de dezembro de 2011, último mês de análise;
- c) foi admitida a confiabilidade dos registros do Siafi e do Siga Brasil. Assim, não se realizou uma investigação prévia quanto à correção da classificação das despesas efetuada pelo ordenador de despesas e pelo operador do sistema. Admitiu-se que o sistema financeiro do governo possui controles para assegurar a integridade, a tempestividade e a fidedignidade dos lançamentos contábeis. No entanto, há um risco, não calculado, de que os dados utilizados contenham erros de classificação, seja como resultado de critério subjetivo do agente público responsável pelo lançamento contábil, seja como resultado de erro (negligência) ou fraude.
- d) as observações estão relacionadas a uma série histórica e, a não ser pela existência de despesas obrigatórias de caráter continuado, que precisam de prévia alteração legal para serem reduzidas ou extintas, não é possível, a partir de tais observações e sem aprofundamento dos fatores que expliquem a alocação das despesas, estimar a decisão governamental sobre a alocação de recursos e execução orçamentária de exercícios futuros ou deduzir o que ocorreu em períodos anteriores a 2001.

5.2 Alcance dos objetivos

5.2.1 Objetivo geral:

Analisar a evolução das despesas públicas federais por área de políticas públicas no Brasil, entre 2001 a 2011.

A partir do método utilizado, foi possível verificar a evolução das despesas públicas federais por área de políticas públicas no Brasil, entre 2001-2011, assumindo como essas áreas as funções listadas na Portaria nº 42 (MPOG, 1999) e alterações. As despesas foram analisadas segundo nove variáveis extraídas do Siga Brasil: Dotação Inicial, Autorizado, Créditos Suplementares, Créditos Extraordinários, Créditos Especiais, Empenhado, Pago, RP Inscrito e RP Pago, após ajuste dos valores pelo IPCA para nível de poder aquisitivo de dezembro de 2011. Os valores distribuídos em cada variável nas diversas funções foram analisados em diversos enfoques: comparação entre variáveis, evolução temporal de cada variável, comparação entre funções, evolução temporal em cada função, composição de cada função em suas subfunções e comparação da evolução das funções com o crescimento real do PIB (também ajustado pelo IPCA), utilizado como parâmetro. Pelo apresentado no capítulo 4, considera-se que o objetivo do trabalho foi atingido.

5.2.2 Objetivos específicos:

1º - Apresentar o orçamento como ferramenta para análise de planejamento e execução de políticas públicas

Considera-se alcançado. As diversas informações extraídas e apresentadas no capítulo anterior permitem considerar o orçamento público como uma ferramenta gerencial para análise de planejamento e execução de políticas públicas, considerados os pressupostos citados acima e, ao menos, com a utilização sugerida na pesquisa da classificação funcional. É possível que outros tipos de classificação e outros métodos sejam aplicáveis, afinal a ferramenta deve ser explorada de tantas maneiras possíveis quanto necessárias para processos decisórios governamentais ou de controle social. Recomendam-se pesquisas adicionais sobre

a aplicação de outras classificações orçamentárias e para o desenvolvimento de novos métodos de análise.

As informações não permitem opinar sobre a adequação ou inadequação da alocação do orçamento pela Administração. O acréscimo ou decréscimo de aportes em uma ou outra função, a priori, não são em si uma decisão correta ou incorreta. São efeitos de uma conjunção de fatores que influenciam, em maior ou menor grau, na demanda por recursos e nas condições de executá-los. Podem-se citar alguns desses fatores: distribuição das competências constitucionais entre as esferas de governo, ambiente macroeconômico, demandas sociais percebidas e selecionadas pelo poder público e atendidas com políticas públicas, desenho institucional-legal, custos de execução, público alvo e redes sociais, tecnologia para registro e levantamento de dados orçamentários. A pesquisa não investigou as causas para as escolhas governamentais que conduziram aos dados apurados, tampouco às consequências das aplicações desses recursos, pois não fez parte do escopo estudos de eficiência ou eficácia da alocação de recursos. Não obstante, o presente trabalho pretendeu indicar uma ferramenta de extração de dados, o Siga Brasil – que por seu turno armazena dados dos registros contábeis governamentais efetuados no Siafi – e diagnosticar fenômenos orçamentários que poderão ser aprofundados em estudos complementares.

Não foram encontradas orientações do órgão superior de planejamento contendo descrições das funções e subfunções listadas na Portaria 42 (MPOG, 1999) e apresentadas no Apêndice A. Além disso, observou-se no item 4.3 um nível de agregação diverso entre as funções (maior ou menor número de subfunções). Ainda que seja uma solução que permita relativa flexibilidade na execução orçamentária, necessária para o gestor nas situações cotidianas e de sua competência, a desvantagem do procedimento é a falta de uniformidade do registro, o que compromete a comparabilidade entre as subfunções.

2º - Destacar o papel do sistema Siga Brasil como canal de divulgação de dados orçamentários e fonte de pesquisas técnico-científicas

Considera-se alcançado. O Siga Brasil mostrou-se como importante instrumento, pois armazena os dados orçamentários dos diversos anos pesquisados e disponibiliza grande variedade de opções de filtro para consulta, além de recursos para estruturar a apresentação.

Embora os objetos de resultado disponíveis para seleção apresentem caixas de textos explicativas, o sistema carece de um manual de operações que fosse publicado na página eletrônica onde se inicia o sistema (SENADO FEDERAL, 2012) ou na tela principal do sistema. Ele facilitaria o aprendizado sobre os recursos que o sistema disponibiliza, como exemplos de consulta, atualização de dados e formatação de tabelas. A sua falta limita o sistema, que já está disponível na internet, para uso a um público restrito, previamente capacitado, e reduz o potencial do sistema enquanto meio de transparência e de ferramenta para gestores públicos e entidades de controle.

3º - Identificar a existência de setores mais ou menos beneficiados na distribuição de recursos e na execução orçamentária.

Considera-se alcançado. A análise permitiu detectar funções que receberam recursos crescentes e, sob o aspecto quantitativo, foram mais favorecidas que outras, seja pelo aumento de participação no montante do orçamento (segundo determinada variável), seja pelo menor acúmulo (em termos relativos) de resto a pagar. De forma geral, as funções mais relevantes foram: 28 (Encargos Especiais), 09 (Previdência Social), 10 (Saúde), 12 (Educação) e 08 (Assistência Social). Ademais, identificou-se que as funções 03 (Essencial à Justiça), 15 (Urbanismo), 17 (Saneamento), 19 (Ciência e Tecnologia), 22 (Indústria), 26 (Transporte) e 27 (Desporto e Lazer) e a Reserva de Contingência receberam incrementos percentuais entre 2001 e 2011 superiores ao crescimento acumulado do PIB no mesmo período em todas as variáveis estudadas (desconsiderados os registros de divisão por zero).

Inversamente, puderam-se constatar algumas funções que estiveram comumente nas relações de menores registros, que decresceram na participação do orçamento, que cresceram menos que o PIB ou que tiveram maior parcela de despesas inscritas em resto a pagar. Em geral, foram as seguintes: 13 (Cultura), 16 (Habitação), 23 (Comércio e Serviços), 24 (Comunicações) e 25 (Energia), sendo a última a de pior evolução (decréscimos ou crescimento abaixo do PIB) no período 2001 a 2011 em 8 das 9 variáveis estudadas.

Constatou-se que os paralelismos entre as variáveis Dotação Inicial/Autorizado, Empenhado/Pago e RP Inscrito/RP Pago também ocorreram, ao menos nas funções investigadas (maiores e menores registros), em maior ou menor grau de aderência. Houve aumento generalizado no estoque de Resto a Pagar, como indicou a Tabela 4 do item 4.1. No

exame da relação entre as variáveis RP Pago e RP Inscrito, diferentemente da relação entre as variáveis Pago e Empenhado, detectou-se uma dispersão dos maiores e menores percentuais em maior número de funções.

5.3 Sugestão para pesquisas futuras

Cabe uma investigação mais profunda sobre os créditos adicionais como expediente de flexibilização do planejamento ou resultado de planejamento inadequado. Como foi verificado no item 4.1, os Créditos suplementares tiveram um salto entre 2001 e 2009 (de R\$ 29,97 bilhões para R\$ 299,72 bilhões), decrescendo desde então e chegando a R\$ 111,26 bilhões em 2011. De 2001 a 2011, representou a variável com o maior crescimento percentual: 271,29%. Nesse assunto, também desperta interesse o fato de as duas funções de maior aporte e execução orçamentários, 28 (Encargos Especiais) e 09 (Previdência Social), serem, a priori, de caráter continuado e sujeitas a parâmetros conhecidos e mensuráveis (por exemplo, taxa de câmbio, parcela de amortização, para a primeira, e quantidade de aposentadorias, salário mínimo e índices de reajuste do funcionalismo público) e, todavia, receberem grande volume de recursos como créditos adicionais. Juntas, receberam mais de 59% (mínimo em 2011) dos montantes de Créditos Suplementares e tiveram o maior crescimento – em valores absolutos – entre 2001 e 2011, como apresentado no subitem 4.2.3.1. Em Créditos Especiais, corresponderam à maior parte dos recursos distribuídos em 2001 (96,36%), 2009 (66,44%) e 2010 (57,81%), conforme item 4.2.4.1. Já na variável Créditos Extraordinários, apenas a função 28 (Encargos Especiais) concentrou 65,96% do total em 2002, 71,06% em 2004 e 69,93% em 2008.

Recomenda-se apuração dos exercícios seguintes nas variáveis já estudadas, com a finalidade de prosseguir a série de exames. Outra possibilidade é a inclusão na análise de outras classificações das despesas públicas e a relação entre elas. Também há condições de investigar futuramente a elevação de inscrição de RP e a formação de estoque, bem como o nível de pagamento de empenhos no mesmo exercício (relação das variáveis Pago e Empenhado, apresentada na Tabela 19) e de pagamento de RP (relação das variáveis RP Pago e RP Inscrito, apresentada na Tabela 24) como fatores considerados na gestão fiscal do governo federal.

Sugere-se também nova pesquisa que investigue o orçamento encaminhado em projeto de lei e as emendas parlamentares e a distribuição de recursos nessas fases para as diversas

funções, indicando as favorecidas e as reduzidas no período. Há interesse em relacionar as emendas parlamentares com a execução orçamentária e estoque de RP. Contudo, questiona-se a viabilidade de um identificador contábil nos lançamentos das despesas orçamentárias e a legitimidade de vincular um recurso orçamentário, portanto de natureza pública, a um parlamentar ou grupo de parlamentares.

Pode-se, ainda, verificar a viabilidade de pesquisa que considere os recursos extra-orçamentários no financiamento de políticas públicas. Outra pesquisa poderia comparar os dados da série com outros parâmetros além do PIB, por exemplo, a taxa de crescimento populacional, variação da arrecadação de receitas federais. Estudos complementares também poderiam ser realizados de forma a investigar para cada função parâmetros diretamente relacionados, por exemplo, matrículas escolares (e variação anual) à função 12 (Educação) ou às subfunções dessa. Também são exemplos de parâmetros para análise: taxa de natalidade ou de mortalidade, faixa etária da população, renda.

O método de estudo pode ser adotado para análise dos orçamentos de outras esferas de governo, a exemplo dos trabalhos de Farias (2009) e Heerdt (2010). Entretanto, deve-se considerar a transparência existente dos documentos orçamentários e demonstrativos de municípios e Estados, uma vez que o Siga Brasil só dispõe de dados orçamentários federais.

Por fim, sugerem-se novos trabalhos que investiguem as causas do aumento de alocações de recursos em uma área de políticas públicas – levando em consideração a opção nessa pesquisa pela classificação funcional – e da diminuição em outras, para as variáveis examinadas (que podem ser de ordem econômica, legal, política ou diversa) e a observação na prática das teorias relacionadas à temática de políticas públicas (citadas no item 2.3). Em suma, o estudo realizado não esgota a discussão sobre o tema pesquisado, mas estende o horizonte para novas abordagens e utilidades do orçamento público.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Sérgio Sabino de. **A tecnologia de informação como ferramenta de transparência orçamentária: evolução dos sistemas orçamentários e o desafio da integração governamental**, 2008. (Monografia). Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2008. 44p. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/178122/1/MonografiaPauloS%C3%A9rgio.pdf>. Acesso em: 17 jan.2012.

BATISTA, Maria Sádía. **Projeto Siga Brasil: nos limites da internet**. (Monografia). Unilegis, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/160749/1/MARIA%20S%C3%81DIA%20BATISTA.pdf>. Acesso em: 27maio2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. DOU 05out1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 11maio2012.

BRASIL. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. DOU 23mar.1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 27maio2012.

BRASIL. **Lei 12527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. DOU 18nov2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 27maio2011.(a)

BRASIL. **Manual Técnico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Parte I – procedimentos contábeis orçamentários. Aplicado a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Portaria conjunta STN/SOF nº 1, de 20jun2011. Válido para o exercício de 2012. 4ª edição. Brasília, 2011. 133p. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteI_PCO2011.pdf. Acesso em 22maio2012. (b)

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006.** Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – internet, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Portarias/Portaria_Interministerial.pdf. Acesso em: 27maio2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (CD). **40 Anos de Consultoria Legislativa: consultores legislativos e consultores de orçamento.** Série obras comemorativas. Homenagem; n 1. Brasília: Edições Câmara, 2011. 200p. (a)

CORREIA NETO, Celso de Barros. **Orçamento público: uma visão analítica.** São Paulo. II Prêmio SOF de Monografias – 2008. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/PÚBLICAcões/premio_sof/2mono_tema2_3lugar.pdf. Acesso em: 15jan.2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev/2003. p. 21-29.

FARIAS, Sueli. **Composição e evolução das despesas orçamentárias do Município de Florianópolis no período de 2003 a 2008.** (Monografia) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 113 p

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 13 Ed. São Paulo: Atlas, 2005. 318p.

HEERDT, Anahí Valeria Alauzet. **Composição e evolução da despesa pública do município de São Paulo no período de 2005 a 2009** (Monografia) - Departamento de Ciências Contábeis, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

IMPrensa NACIONAL (IN). **A Imprensa Nacional.** Disponível em: <http://portal.in.gov.br/imprensa1/a-imprensa-nacional>. Acesso em: 27maio2012. (c)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE divulga os resultados da coleta do Censo 2010.** 4nov.2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1744&id_pagina=1. Acesso em: 6maio2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores IBGE**: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA INPC. Jun2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201206caderno.pdf. Acesso em: 25jul.2012 (a)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Série Estatísticas & Séries Históricas**. Série: SCN52 - Produto Interno Bruto - valores correntes. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=SCN52&sv=&t=produto-interno-bruto-brvalores-correntes>. Acesso em: 12set.2012. (b)

JULIÃO JR, Geraldo. **Conceitos Básicos – Estado e Governo**. Apresentação de aula. Brasília, out.2011. 42p. (a)

JULIÃO JR, Geraldo. **Conceitos Básicos – Orçamento Público**. Apresentação de aula. Brasília, out.2011. 18p. (b)

MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF). **Conheça o Siafi**. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>. Acesso em: 27maio2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Manual Técnico de orçamento MTO**. Versão 2012. Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, 2011. 167p. Disponível em: https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/MTO/MTO_2012.pdf. Acesso em: 15jan.2012. (a)

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007**. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento Federal. DOU 17ago2007. Disponível em: https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/portarias/portaria_37_de_160807.pdf. Acesso em: 23maio2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Portaria nº 41, de 18 de agosto de 2008**. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento Federal. DOU 19ago2008. Disponível em: https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/portarias/Portaria_41_de_180808.pdf. Acesso em: 23maio2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999**. Secretaria de Orçamento Federal. DOU 15abr1999. Disponível em: https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/legislacao/Ptr_42_de_140499.pdf. Acesso em: 23maio2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Portaria nº 54, de 4 de julho de 2011**. Secretaria de Orçamento Federal. DOU 5jul2011. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2011/portaria-sof/Ptr_sof_54_040711.pdf. Acesso em: 23maio2012. (b)

MORGADO, Laerte Ferreira. **O orçamento público e a automação do processo orçamentário**. Texto para Discussão nº 85. Brasília: Senado Federal, fevereiro 2011. 24p. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD85-LaerteMorgado.pdf. Acesso em: 26dez.2011.

NOGUEIRA, Otaciano. **Uma Introdução à Política**. Apostilas. Volume 2. Brasília: Unilegis, 2006.

PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, XXXII (141), 1997 (2º). p. 419-442.

SENADO FEDERAL. Portal do orçamento. **SigaBrasil**. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil> Acesso em: 16 ago. 2012.

SANTA HELENA, Eber Zoehler. Competência parlamentar para geração e controle de despesas obrigatórias de caráter continuado e de gastos tributários. Série temas de interesse do Legislativo; n. 15. Brasília : Edições Câmara, 2009. 342 p

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Quadro 1 Classificação funcional conforme Portaria MP 42/99 com alterações

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	
01 – Legislativa	031 – Ação Legislativa	
	032 – Controle Externo	
02 – Judiciária	061 – Ação Judiciária	
	062 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	
03 - Essencial à Justiça	091 – Defesa da Ordem Jurídica	
	092 – Representação Judicial e Extrajudicial	
04 – Administração	121 – Planejamento e Orçamento	
	122 – Administração Geral	
	123 – Administração Financeira	
	124 – Controle Interno	
	125 – Normatização e Fiscalização	
	126 – Tecnologia da Informação	
	127 – Ordenamento Territorial	
	128 – Formação de Recursos Humanos	
	129 – Administração de Receitas	
	130 – Administração de Concessões	
	131 – Comunicação Social	
	05 - Defesa Nacional	151 – Defesa Aérea
		152 – Defesa Naval
153 – Defesa Terrestre		
06 - Segurança Pública	181 – Policiamento	
	182 – Defesa Civil	
	183 – Informação e Inteligência	
07 – Relações Exteriores	211 – Relações Diplomáticas	
	212 – Cooperação Internacional	
08 – Assistência Social	241 – Assistência ao Idoso	
	242 – Assistência ao Portador de Deficiência	
	243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
	244 – Assistência Comunitária	
09 – Previdência Social	271 – Previdência Básica	
	272 – Previdência do Regime Estatutário	
	273 – Previdência Complementar	
	274 – Previdência Especial	
10 – Saúde	301 – Atenção Básica	
	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
	303 – Suporte Profilático e Terapêutico	
	304 – Vigilância Sanitária	
	305 – Vigilância Epidemiológica	
	306 – Alimentação e Nutrição	
11 – Trabalho	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	
	332 – Relações de Trabalho	

	333 – Empregabilidade
	334 – Fomento ao Trabalho
12 – Educação	361 – Ensino Fundamental
	362 – Ensino Médio
	363 – Ensino Profissional
	364 – Ensino Superior
	365 – Educação Infantil
	366 – Educação de Jovens e Adultos
	367 – Educação Especial
	368 – Educação Básica ¹
13 – Cultura	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 – Difusão Cultural
14 – Direitos da Cidadania	421 – Custódia e Reintegração Social
	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
	423 – Assistência aos Povos Indígenas
15 – Urbanismo	451 – Infraestrutura Urbana
	452 – Serviços Urbanos
	453 – Transportes Coletivos Urbanos
16 – Habitação	481 – Habitação Rural
	482 – Habitação Urbana
17 – Saneamento	511 – Saneamento Básico Rural
	512 – Saneamento Básico Urbano
18 - Gestão Ambiental	541 – Preservação e Conservação Ambiental
	542 – Controle Ambiental
	543 – Recuperação de Áreas Degradadas
	544 – Recursos Hídricos
	545 – Meteorologia
19 – Ciência e Tecnologia	571 – Desenvolvimento Científico
	572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
	573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 – Agricultura	601 – Promoção da Produção Vegetal
	602 – Promoção da Produção Animal
	603 – Defesa Sanitária Vegetal
	604 – Defesa Sanitária Animal
	605 – Abastecimento
	606 – Extensão Rural
	607 – Irrigação
21 – Organização Agrária	631 – Reforma Agrária
	632 – Colonização
22 – Indústria	661 – Promoção Industrial
	662 – Produção Industrial

¹ Criada pela Portaria SOF no 54, de 4 de julho de 2011, que altera o Apêndice Da Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999.

	663 – Mineração
	664 – Propriedade Industrial
	665 – Normalização e Qualidade
23 – Comércio e Serviços	691 – Promoção Comercial
	692 – Comercialização
	693 – Comércio Exterior
	694 – Serviços Financeiros
	695 – Turismo
24 – Comunicações	721 – Comunicações Postais
	722 – Telecomunicações
25 – Energia	751 – Conservação de Energia
	752 – Energia Elétrica
	753 – Combustíveis Minerais ²
	754 – Biocombustíveis ²
26 – Transporte	781 – Transporte Aéreo
	782 – Transporte Rodoviário
	783 – Transporte Ferroviário
	784 – Transporte Hidroviário
	785 – Transportes Especiais
27 – Desporto e Lazer	811 – Desporto de Rendimento
	812 – Desporto Comunitário
	813 – Lazer
28 – Encargos Especiais	841 – Refinanciamento da Dívida Interna
	842 – Refinanciamento da Dívida Externa
	843 – Serviço da Dívida Interna
	844 – Serviço da Dívida Externa
	845 – Outras Transferências
	846 – Outros Encargos Especiais
	847 – Transferências para a Educação Básica ³

² Portaria SOF no 41, de 18 de agosto de 2008, que altera o Apêndice Da Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999.

³ Portaria SOF no 37, de 16 de agosto de 2007, que altera o Apêndice Da Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999.

APÊNDICE B – IPCA APLICADO

Quadro 1 - Variação percentual do IPCA, apurado mensalmente, e fator de atualização dos montantes referentes à execução orçamentária extraídos do Siga Brasil.

Mês/ano	Variação mensal %	Fator de atualização	Mês/ano	Variação mensal %	Fator de atualização
00/1999	0,62	43,14075	07/2005	0,25	72,88671
01/1999	0,7	43,14075	08/2005	0,17	73,01062
02/1999	1,05	43,59373	09/2005	0,35	73,26616
03/1999	1,1	44,07326	10/2005	0,75	73,81565
04/1999	0,56	44,32007	11/2005	0,55	74,22164
05/1999	0,3	44,45303	12/2005	0,36	74,48884
06/1999	0,19	44,53749	00/2006	0,59	74,92832
07/1999	1,09	45,02295	01/2006	0,59	74,92832
08/1999	0,56	45,27508	02/2006	0,41	75,23553
09/1999	0,31	45,41543	03/2006	0,43	75,55904
10/1999	1,19	45,95588	04/2006	0,21	75,71772
11/1999	0,95	46,39246	05/2006	0,1	75,79343
12/1999	0,6	46,67081	06/2006	-0,21	75,63427
00/2000	0,62	46,96017	07/2006	0,19	75,77797
01/2000	0,62	46,96017	08/2006	0,05	75,81586
02/2000	0,13	47,02122	09/2006	0,21	75,97507
03/2000	0,22	47,12467	10/2006	0,33	76,22579
04/2000	0,42	47,32259	11/2006	0,31	76,46209
05/2000	0,01	47,32732	12/2006	0,48	76,82911
06/2000	0,23	47,43617	00/2007	0,44	77,16716
07/2000	1,61	48,1999	01/2007	0,44	77,16716
08/2000	1,31	48,83132	02/2007	0,44	77,50669
09/2000	0,23	48,94363	03/2007	0,37	77,79347
10/2000	0,14	49,01215	04/2007	0,25	77,98795
11/2000	0,32	49,16899	05/2007	0,28	78,20632
12/2000	0,59	49,45908	06/2007	0,28	78,4253
00/2001	0,57	49,741	07/2007	0,24	78,61352
01/2001	0,57	49,741	08/2007	0,47	78,983
02/2001	0,46	49,96981	09/2007	0,18	79,12517
03/2001	0,38	50,1597	10/2007	0,3	79,36255
04/2001	0,58	50,45062	11/2007	0,38	79,66412
05/2001	0,41	50,65747	12/2007	0,74	80,25364
06/2001	0,52	50,92089	00/2008	0,54	80,68701
07/2001	1,33	51,59814	01/2008	0,54	80,68701
08/2001	0,7	51,95932	02/2008	0,49	81,08237
09/2001	0,28	52,10481	03/2008	0,48	81,47157
10/2001	0,83	52,53728	04/2008	0,55	81,91966
11/2001	0,71	52,91029	05/2008	0,79	82,56683
12/2001	0,65	53,25421	06/2008	0,74	83,17782
00/2002	0,52	53,53113	07/2008	0,53	83,61867
01/2002	0,52	53,53113	08/2008	0,28	83,8528
02/2002	0,36	53,72384	09/2008	0,26	84,07081

Mês/ano	Varição mensal %	Fator de atualização	Mês/ano	Varição mensal %	Fator de atualização
03/2002	0,6	54,04619	10/2008	0,45	84,44913
04/2002	0,8	54,47856	11/2008	0,36	84,75315
05/2002	0,21	54,59296	12/2008	0,28	84,99046
06/2002	0,42	54,82225	00/2009	0,48	85,39841
07/2002	1,19	55,47464	01/2009	0,48	85,39841
08/2002	0,65	55,83522	02/2009	0,55	85,8681
09/2002	0,72	56,23724	03/2009	0,2	86,03984
10/2002	1,31	56,97394	04/2009	0,48	86,45283
11/2002	3,02	58,69456	05/2009	0,47	86,85916
12/2002	2,1	59,92714	06/2009	0,36	87,17185
00/2003	2,25	61,2755	07/2009	0,24	87,38107
01/2003	2,25	61,2755	08/2009	0,15	87,51214
02/2003	1,57	62,23753	09/2009	0,24	87,72217
03/2003	1,23	63,00305	10/2009	0,28	87,96779
04/2003	0,97	63,61418	11/2009	0,41	88,32846
05/2003	0,61	64,00223	12/2009	0,37	88,65527
06/2003	-0,15	63,90622	00/2010	0,75	89,32019
07/2003	0,2	64,03404	01/2010	0,75	89,32019
08/2003	0,34	64,25175	02/2010	0,78	90,01688
09/2003	0,78	64,75292	03/2010	0,52	90,48497
10/2003	0,29	64,9407	04/2010	0,57	91,00074
11/2003	0,34	65,1615	05/2010	0,43	91,39204
12/2003	0,52	65,50034	06/2010	0	91,39204
00/2004	0,76	65,99814	07/2010	0,01	91,40118
01/2004	0,76	65,99814	08/2010	0,04	91,43774
02/2004	0,61	66,40073	09/2010	0,45	91,84921
03/2004	0,47	66,71281	10/2010	0,75	92,53808
04/2004	0,37	66,95965	11/2010	0,83	93,30614
05/2004	0,51	67,30114	12/2010	0,63	93,89397
06/2004	0,71	67,77898	00/2011	0,83	94,67329
07/2004	0,91	68,39577	01/2011	0,83	94,67329
08/2004	0,69	68,8677	02/2011	0,8	95,43068
09/2004	0,33	69,09496	03/2011	0,79	96,18458
10/2004	0,44	69,39898	04/2011	0,77	96,9252
11/2004	0,69	69,87783	05/2011	0,47	97,38075
12/2004	0,86	70,47878	06/2011	0,15	97,52682
00/2005	0,58	70,88756	07/2011	0,16	97,68287
01/2005	0,58	70,88756	08/2011	0,37	98,04429
02/2005	0,59	71,3058	09/2011	0,53	98,56393
03/2005	0,61	71,74076	10/2011	0,43	98,98775
04/2005	0,87	72,36491	11/2011	0,52	99,50249
05/2005	0,49	72,7195	12/2011	0,5	100
06/2005	-0,02	72,70495			

Fonte: IBGE

APÊNDICE C - PIB

Quadro 1 - Evolução do PIB Brasil - 2001 a 2011

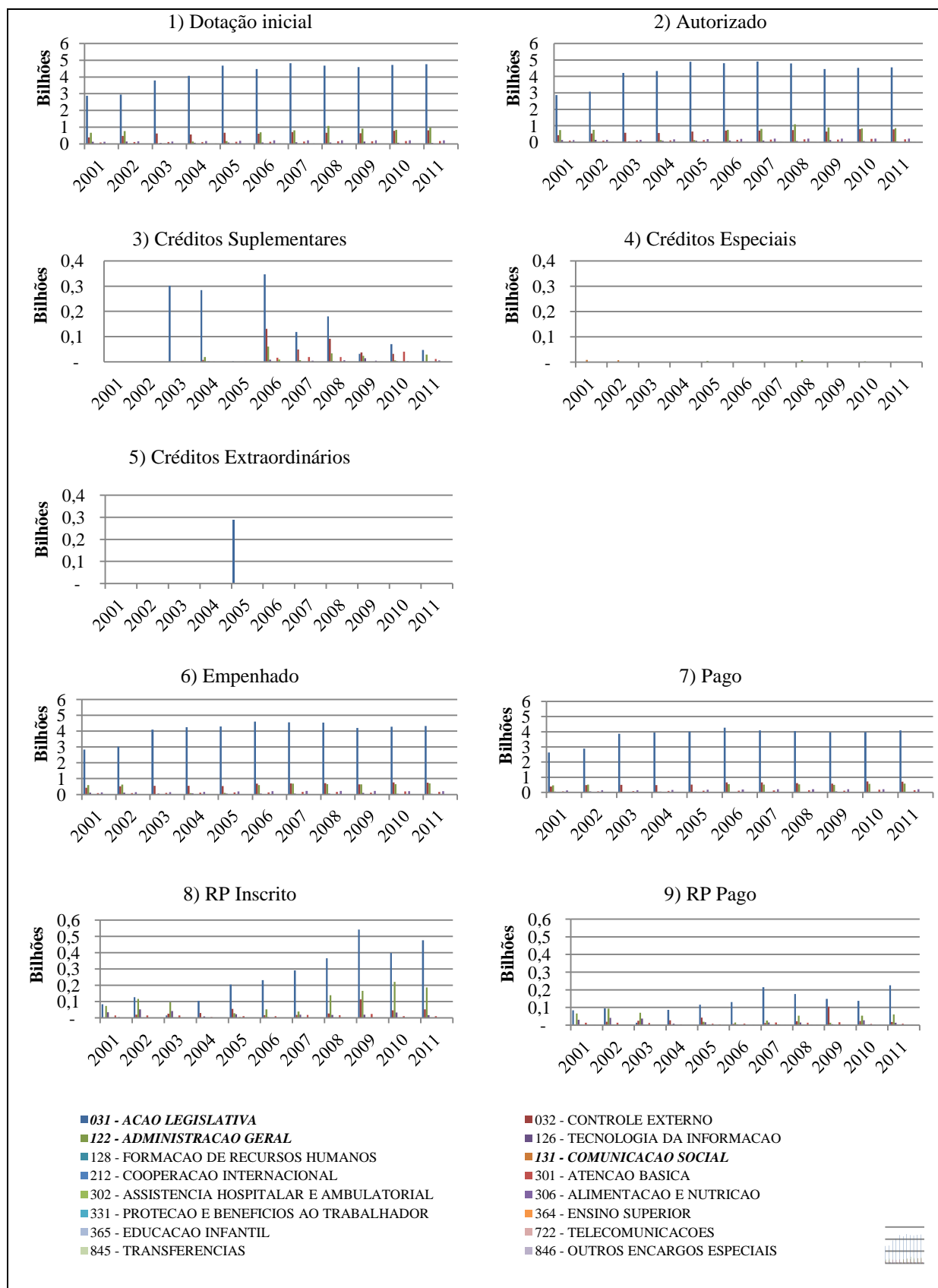
Brasil	PIB Valores nominais (*) - milhões	IPCA ano (**)	Fator de atualização	PIB Valores deflacionados - milhões	Crescimento real
2001	1.302.136	7,67%	53,26	2.445.132	-
2002	1.477.822	12,53%	59,93	2.466.031	0,86%
2003	1.699.948	9,30%	65,50	2.595.327	5,24%
2004	1.941.498	7,60%	70,48	2.754.727	6,14%
2005	2.147.239	5,69%	74,49	2.882.632	4,64%
2006	2.369.484	3,14%	76,83	3.084.097	6,99%
2007	2.661.344	4,46%	80,26	3.316.166	7,52%
2008	3.032.203	5,90%	84,99	3.567.698	7,59%
2009	3.239.404	4,31%	88,66	3.653.933	2,42%
2010 (1)	3.770.085	5,91%	93,90	4.015.258	9,89%
2011 (1)	4.143.013	6,50%	100,00	4.143.013	3,18%
Crescimento do PIB entre 2001 e 2011			69,44%		

Fonte: IBGE (2012 a, b)

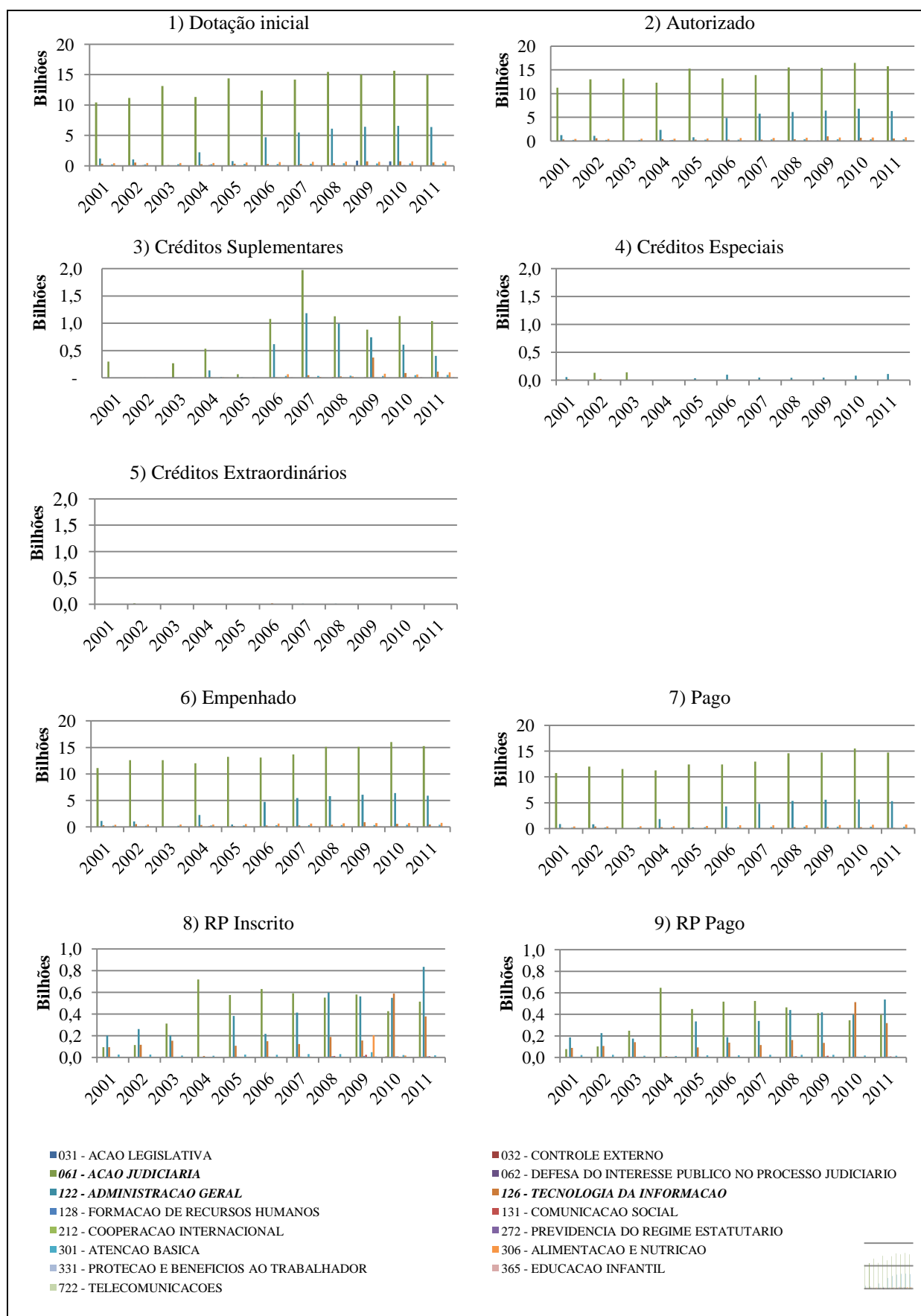
(1) - Para os anos de 2010 e 2011 os resultados preliminares do PIB foram obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

APÊNDICE D – COMPOSIÇÃO DAS FUNÇÕES

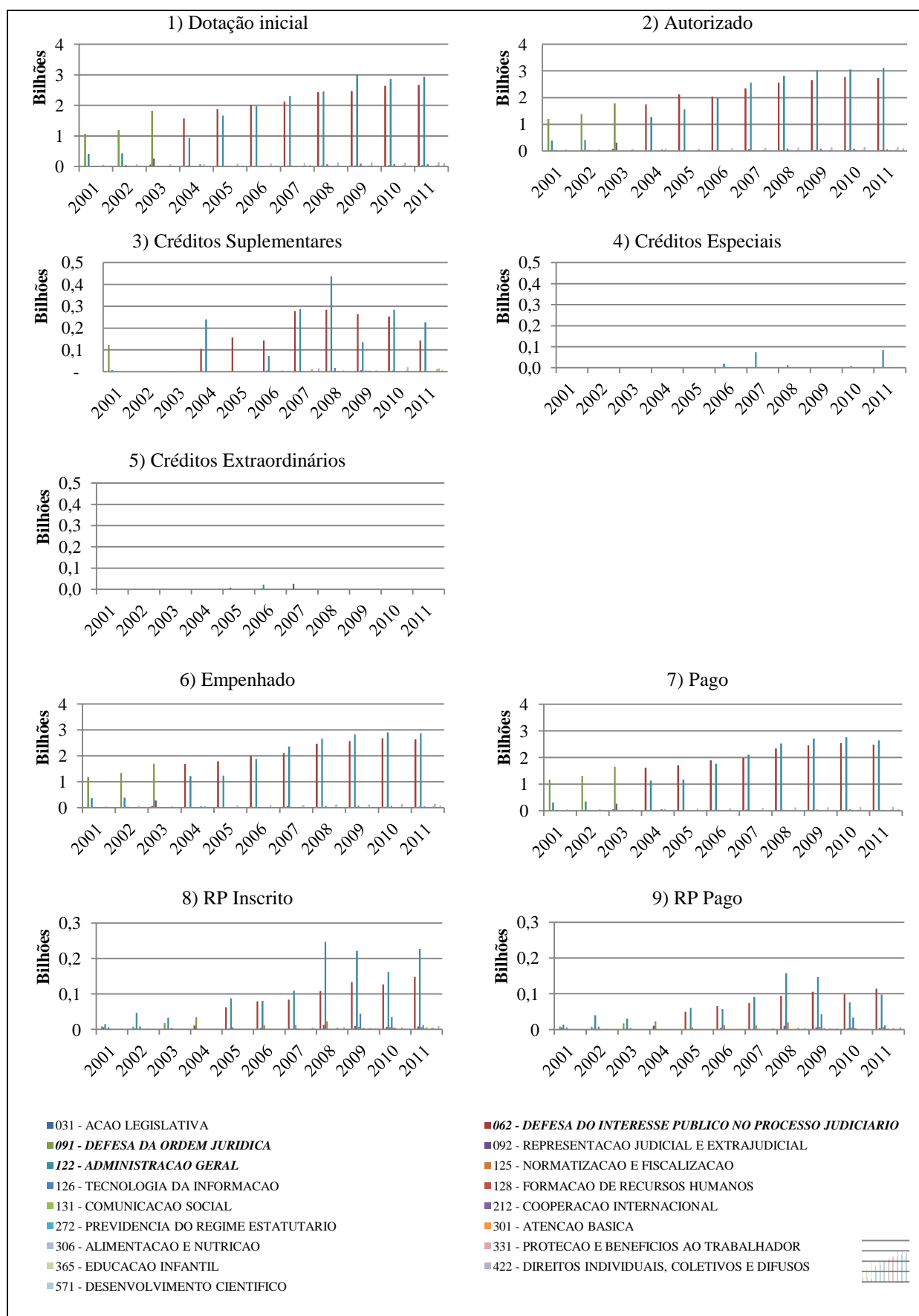
Quadro 1 - Gráficos de evolução das subfunções da função Legislativa por variável - 2001 a 2011



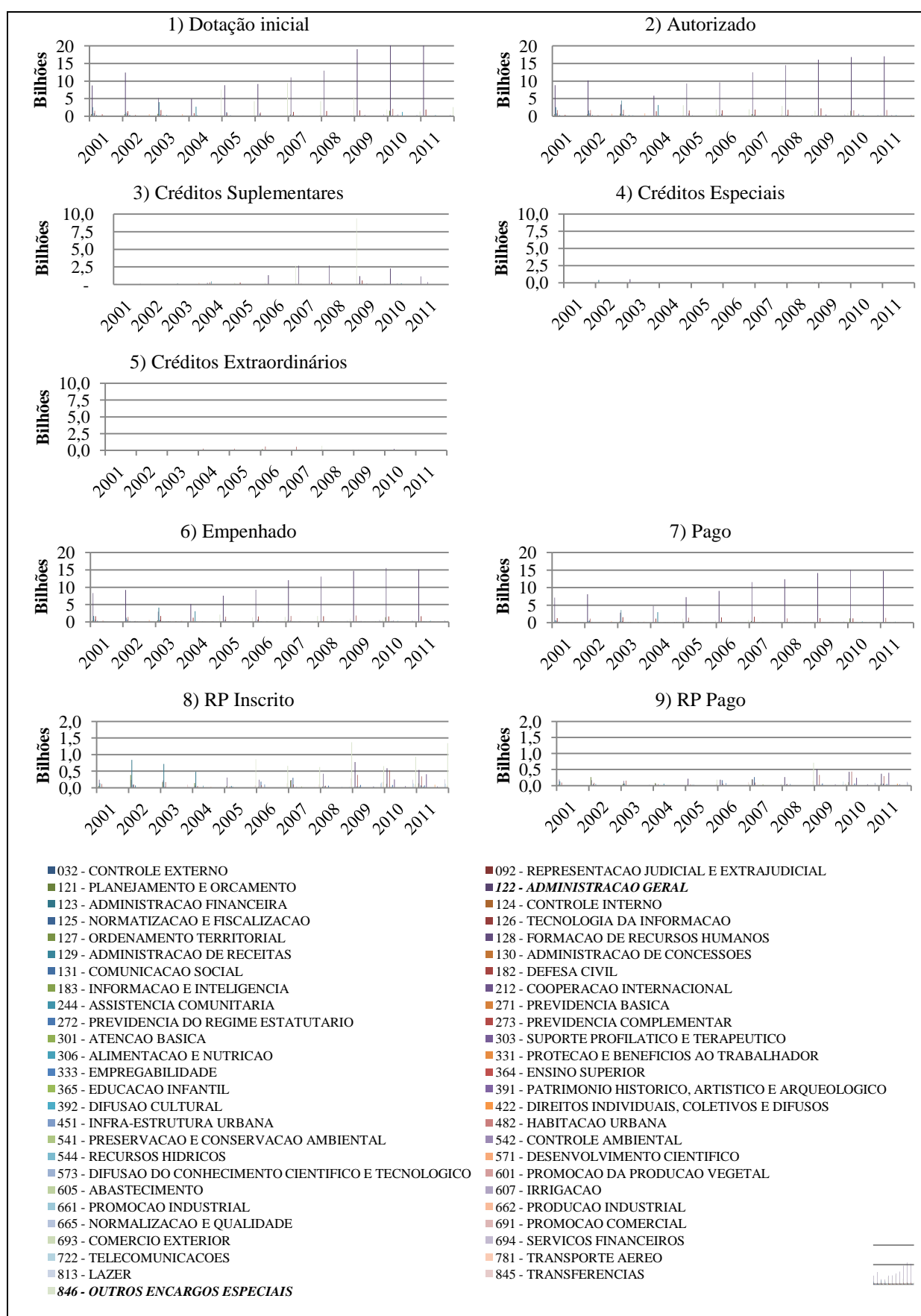
Quadro 2 - Gráficos de evolução das subfunções da função Judiciária por variável - 2001 a 2011



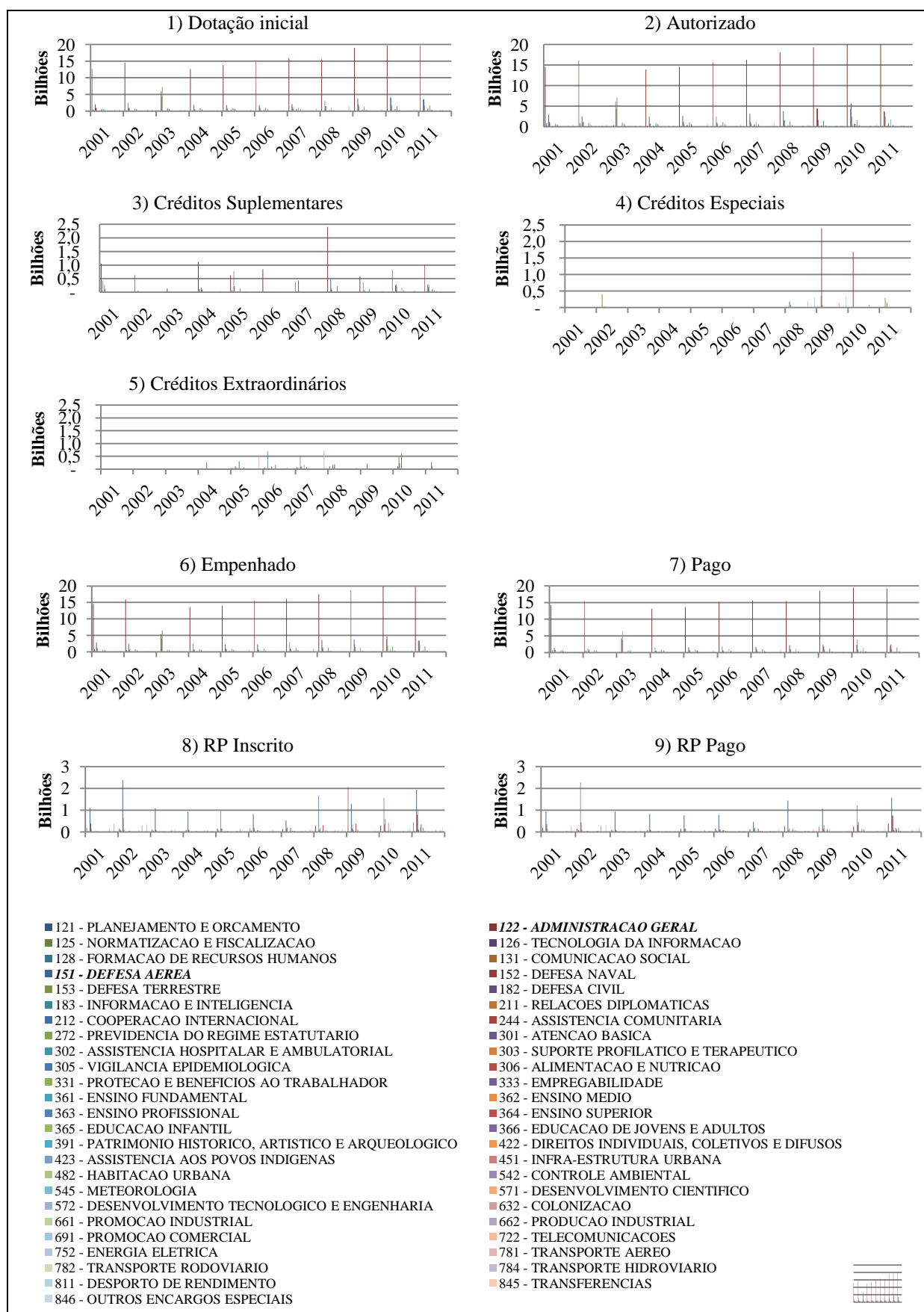
Quadro 3 - Gráficos de evolução das subfunções da função Essencial à Justiça por variável - 2001 a 2011



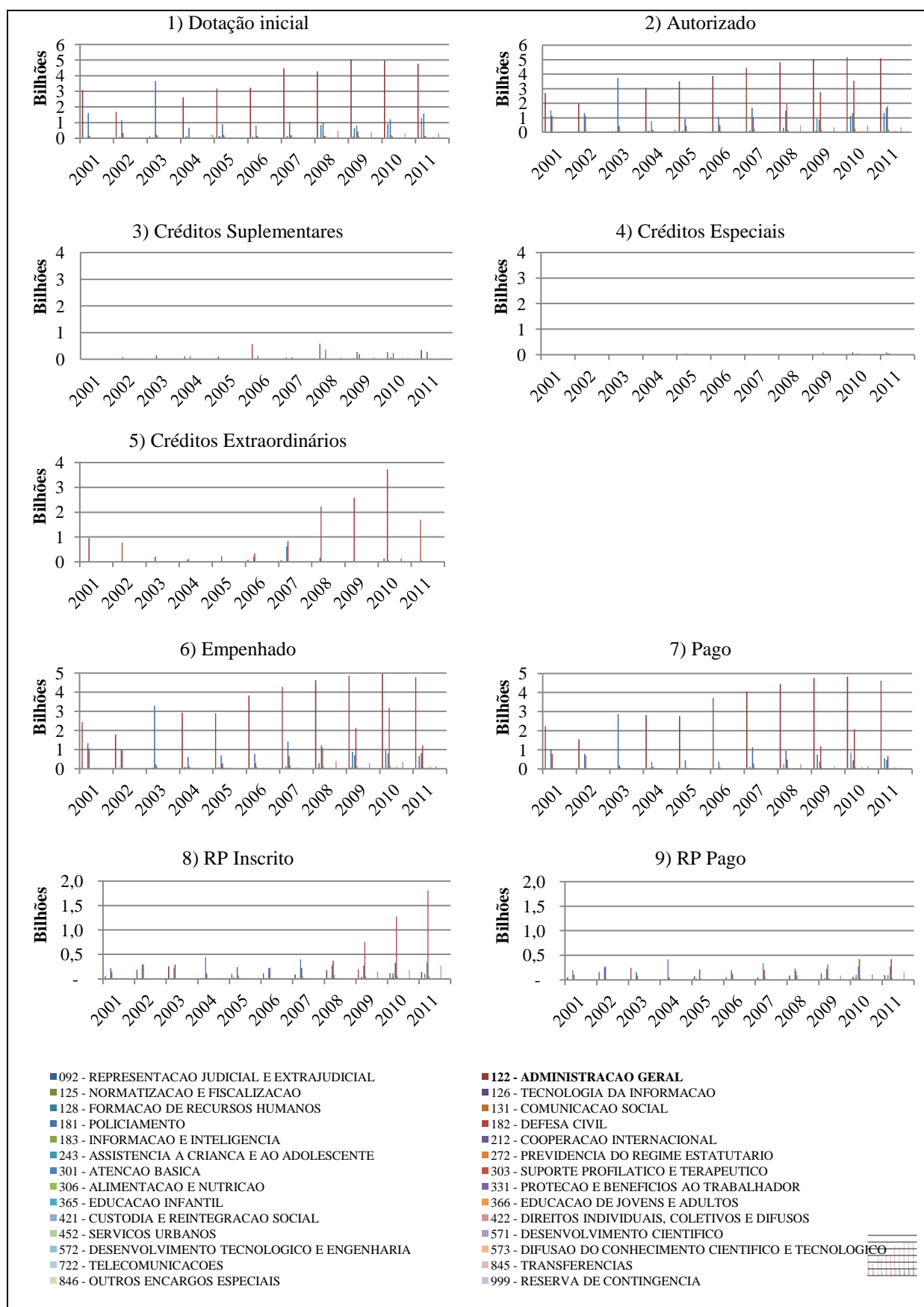
Quadro 4 - Gráficos de evolução das subfunções da função Administração por variável - 2001 a 2011



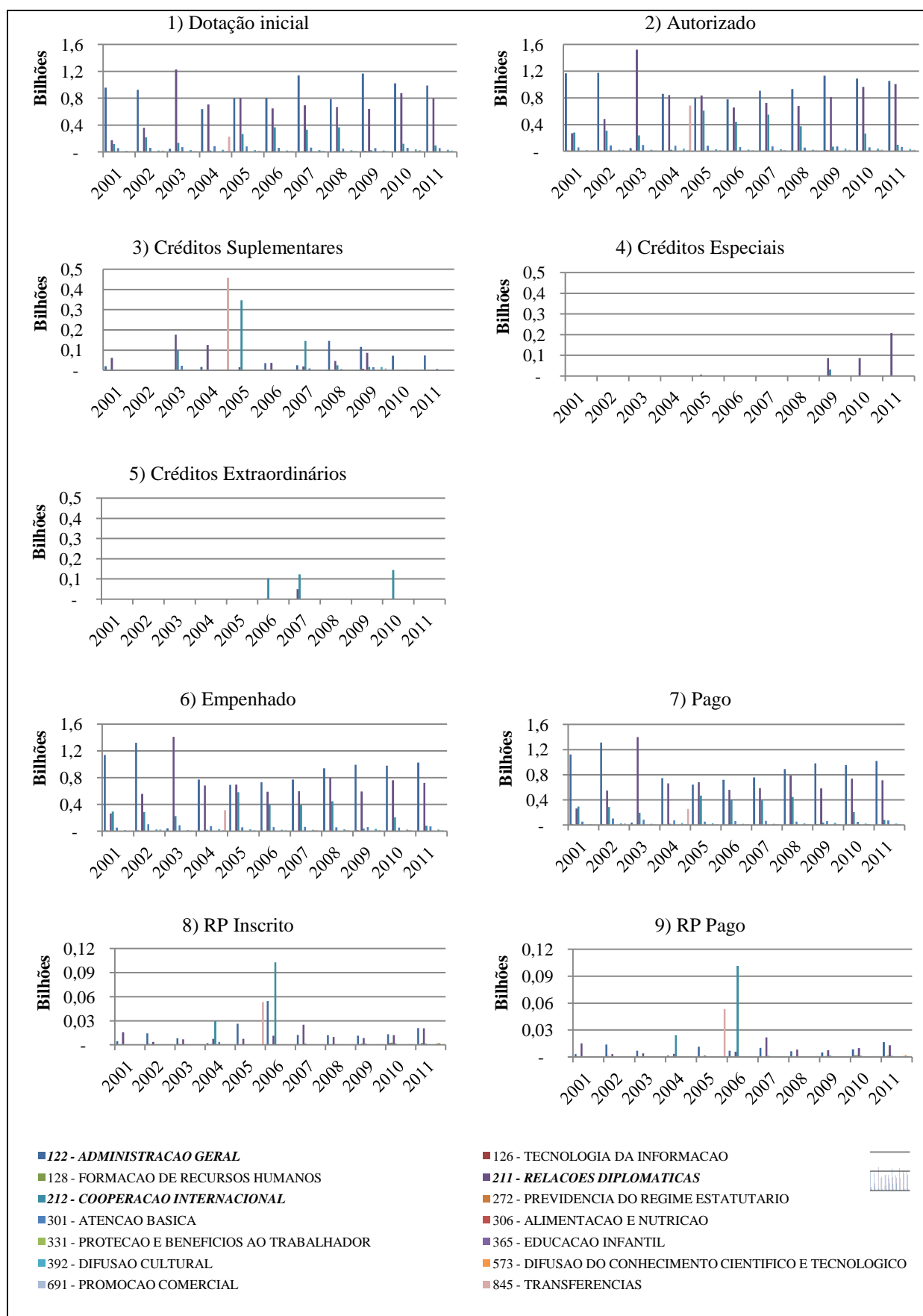
Quadro 5 - Gráficos de evolução das subfunções da função Defesa Nacional por variável - 2001 a 2011



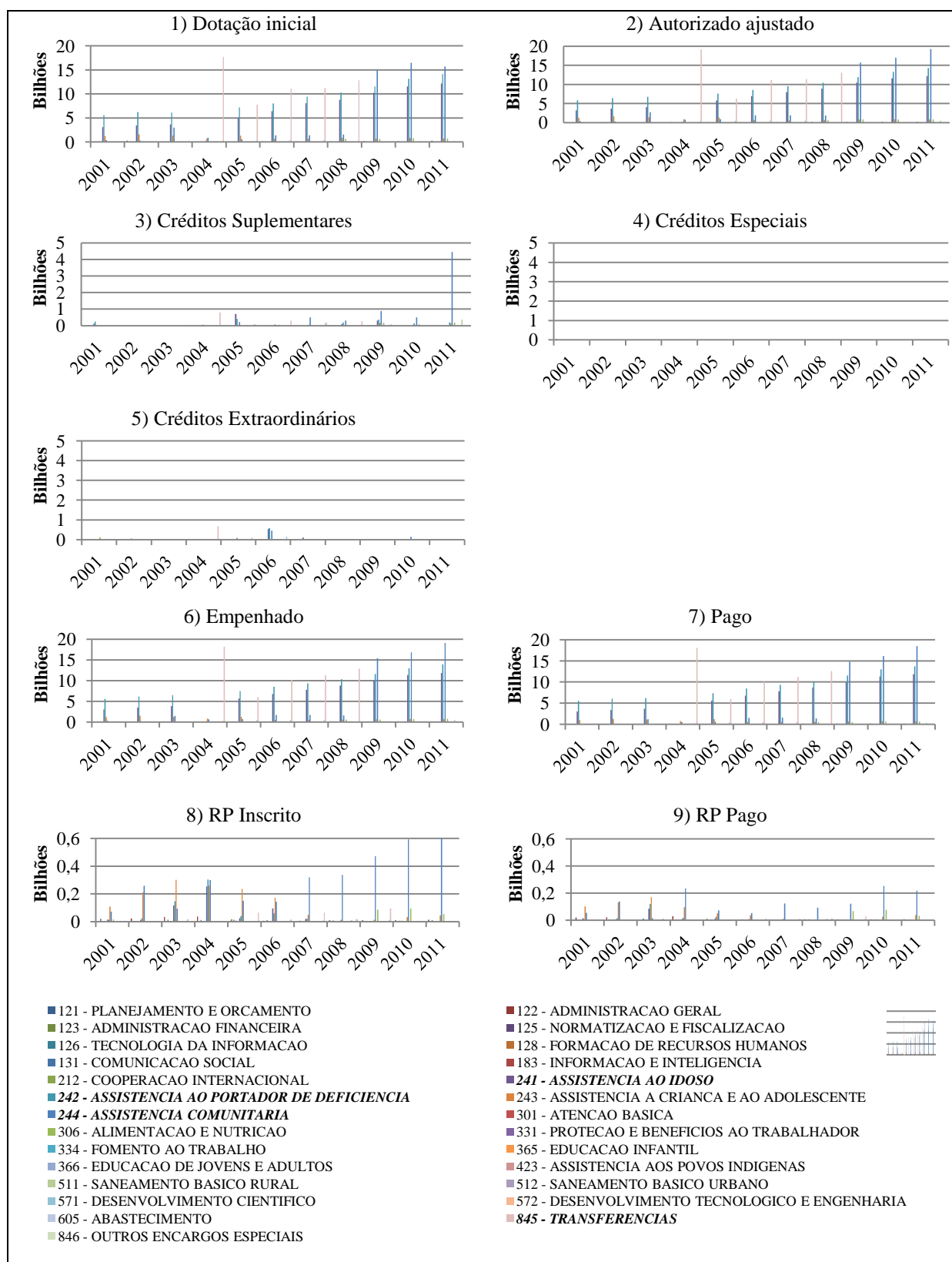
Quadro 6 - Gráficos de evolução das subfunções da função Segurança Pública por variável - 2001 a 2011



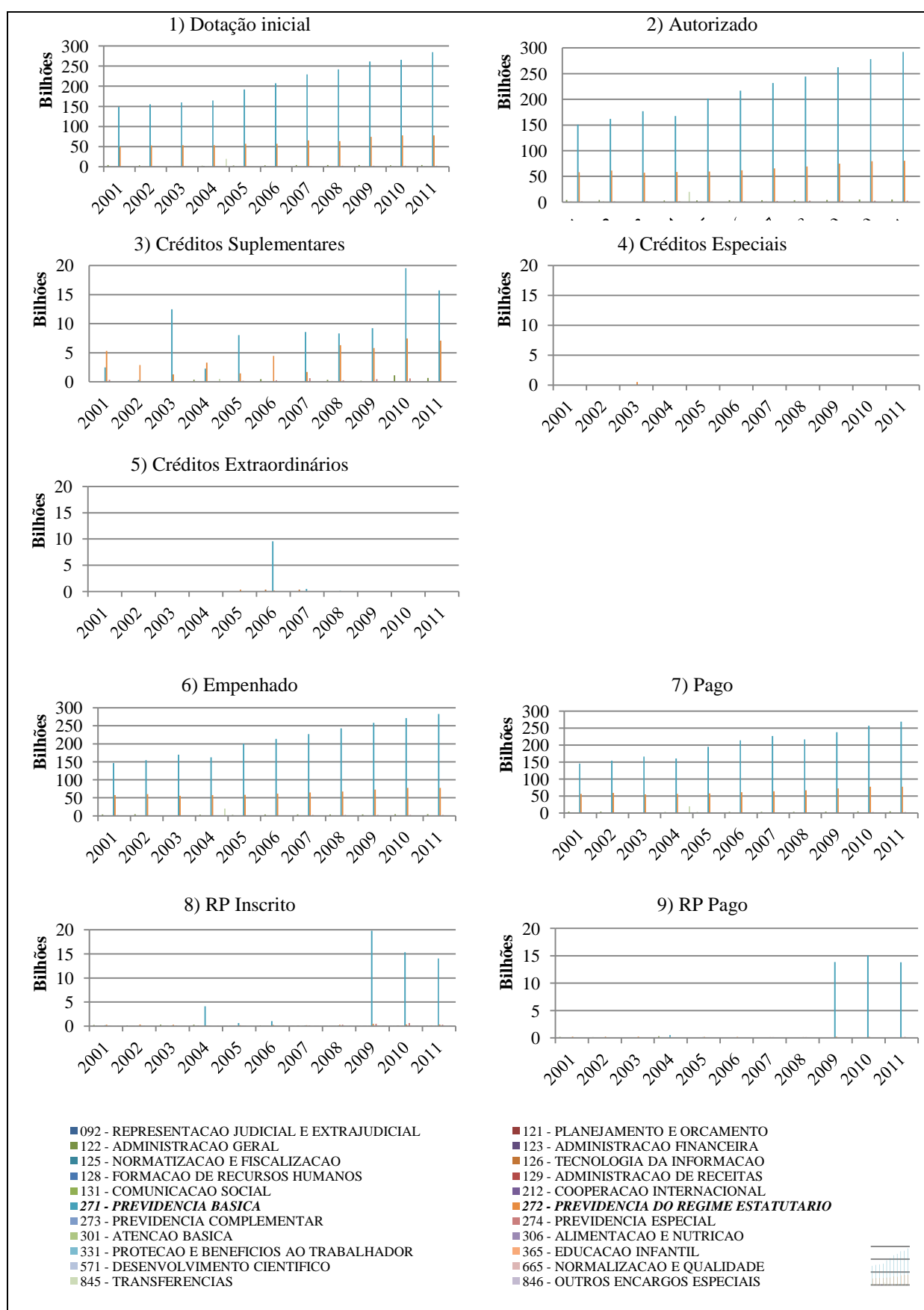
Quadro 7 - Gráficos de evolução das subfunções da função Relações Exteriores por variável - 2001 a 2011



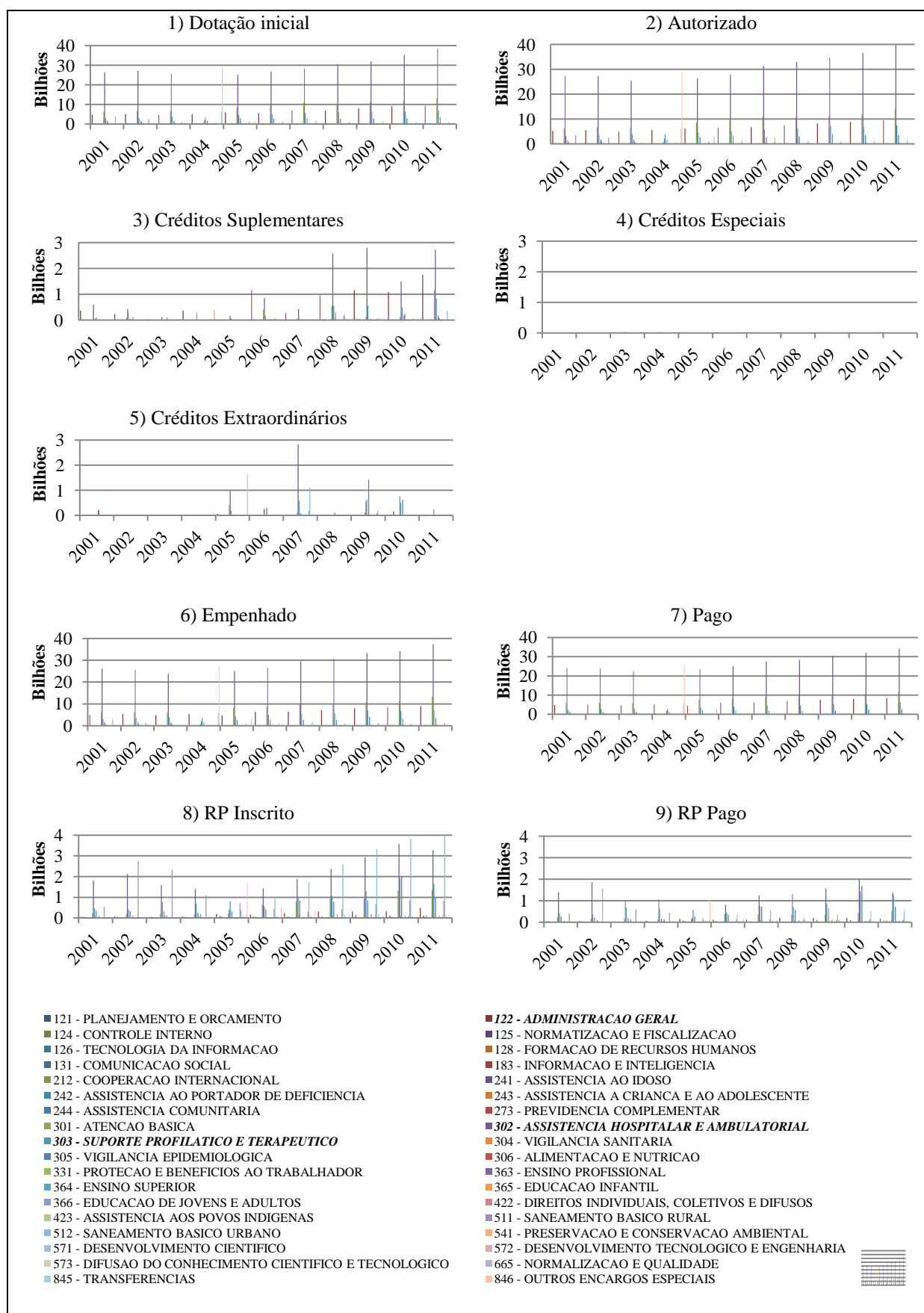
Quadro 8 - Gráficos de evolução das subfunções da função Assistência Social por variável - 2001 a 2011



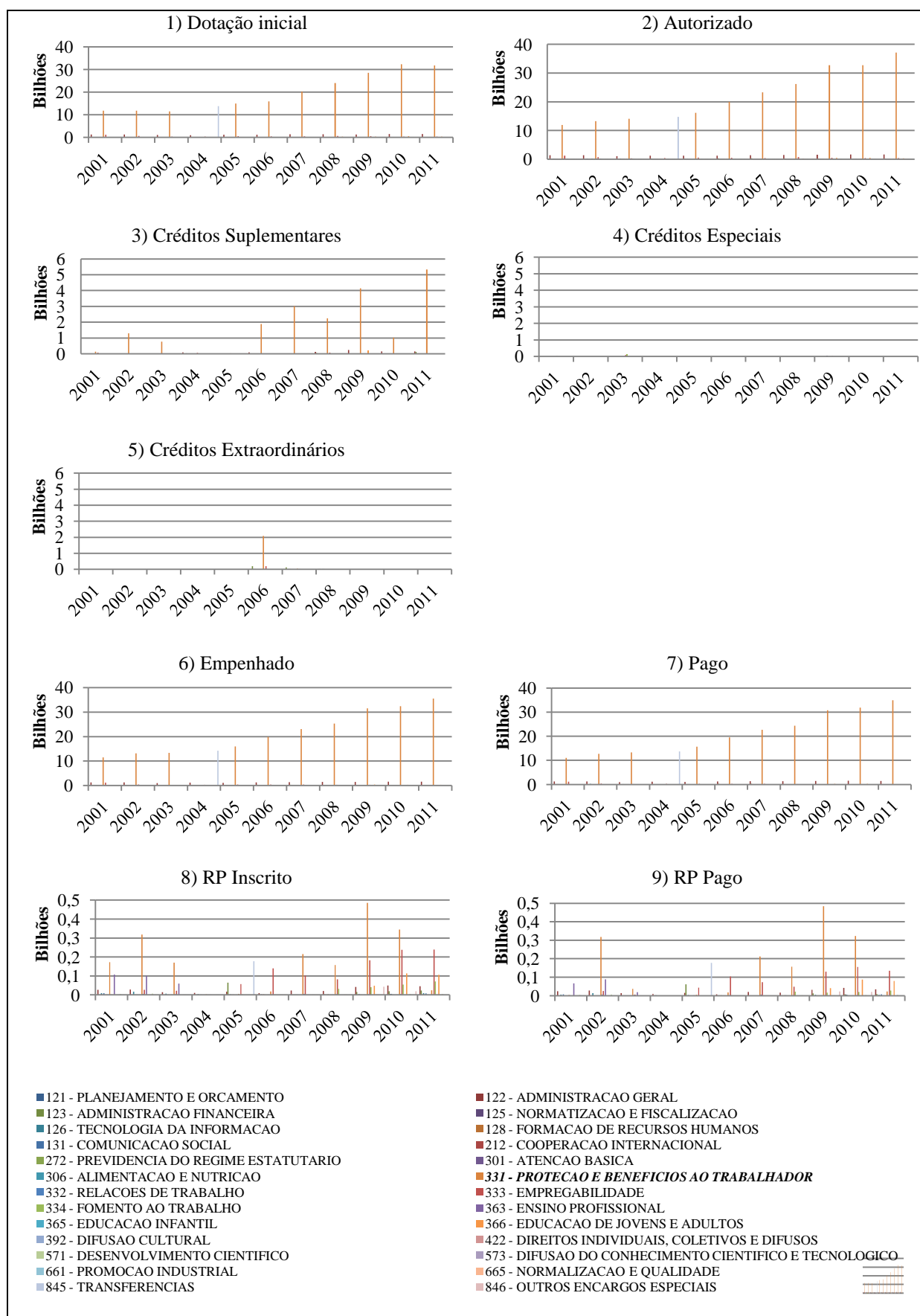
Quadro 9 - Gráficos de evolução das subfunções da função Previdência Social por variável - 2001 a 2011



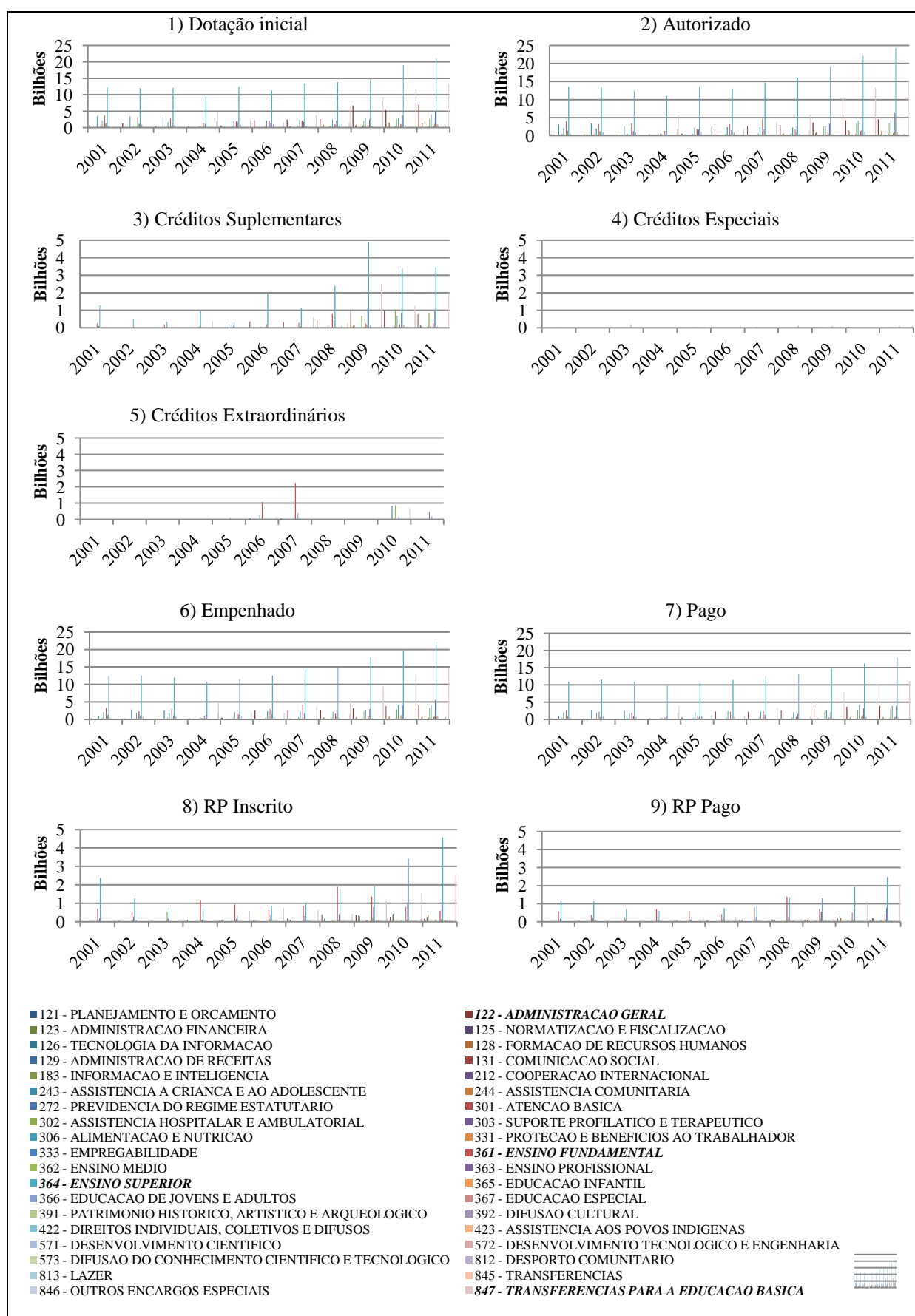
Quadro 10 - Gráficos de evolução das subfunções da função Saúde por variável - 2001 a 2011



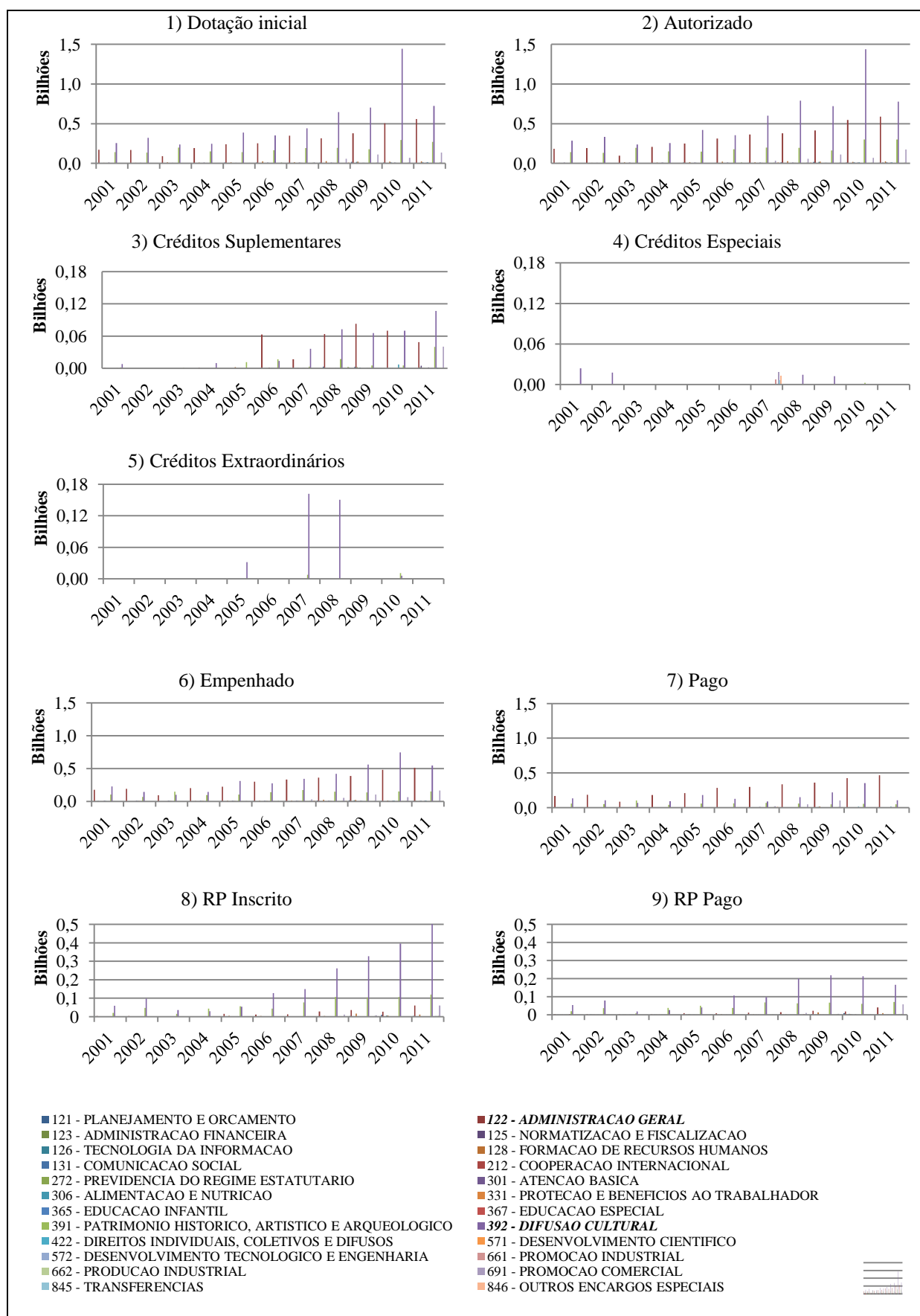
Quadro 11 - Gráficos de evolução das subfunções da função Trabalho por variável - 2001 a 2011



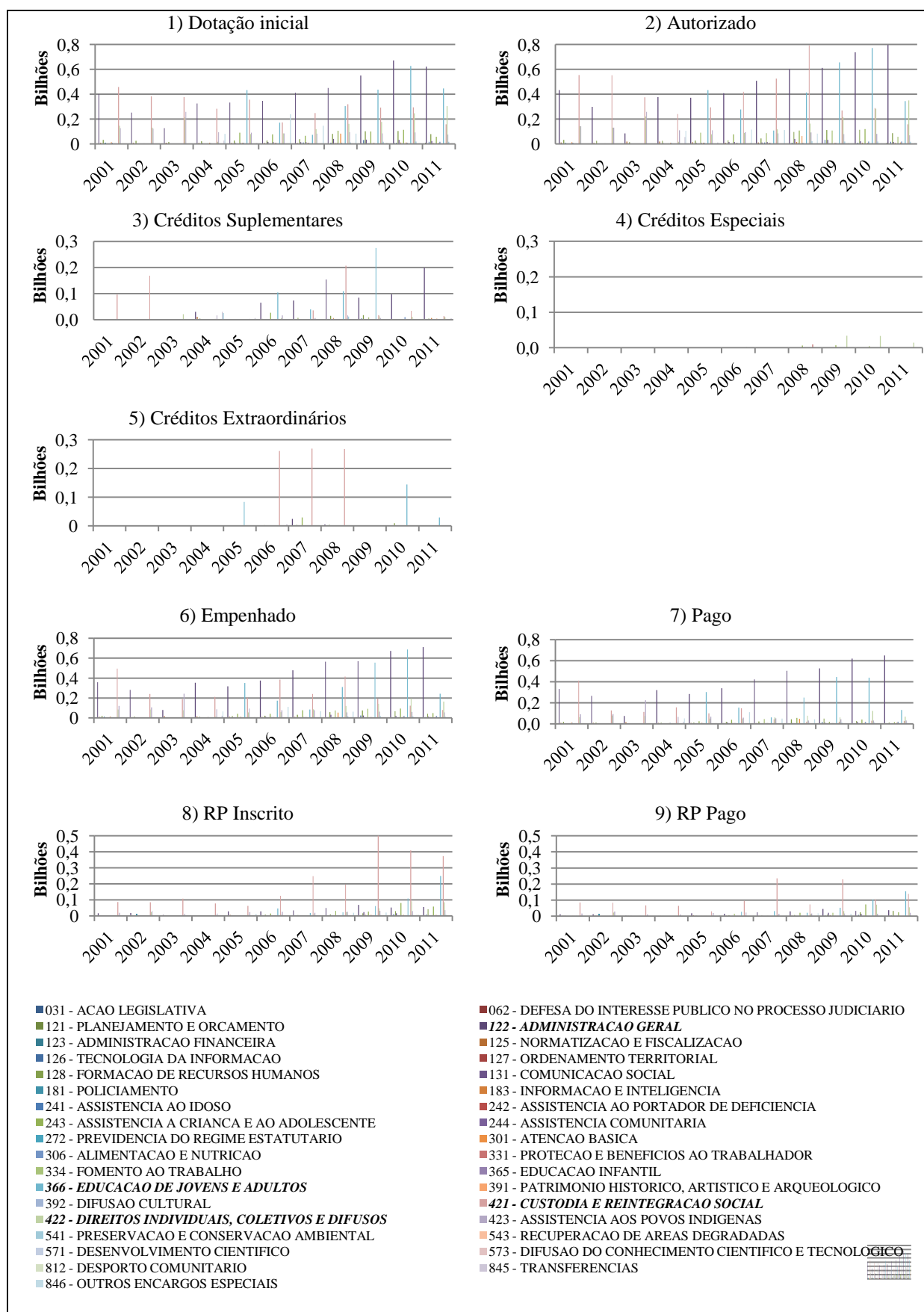
Quadro 12 - Gráficos de evolução das subfunções da função Educação por variável - 2001 a 2011



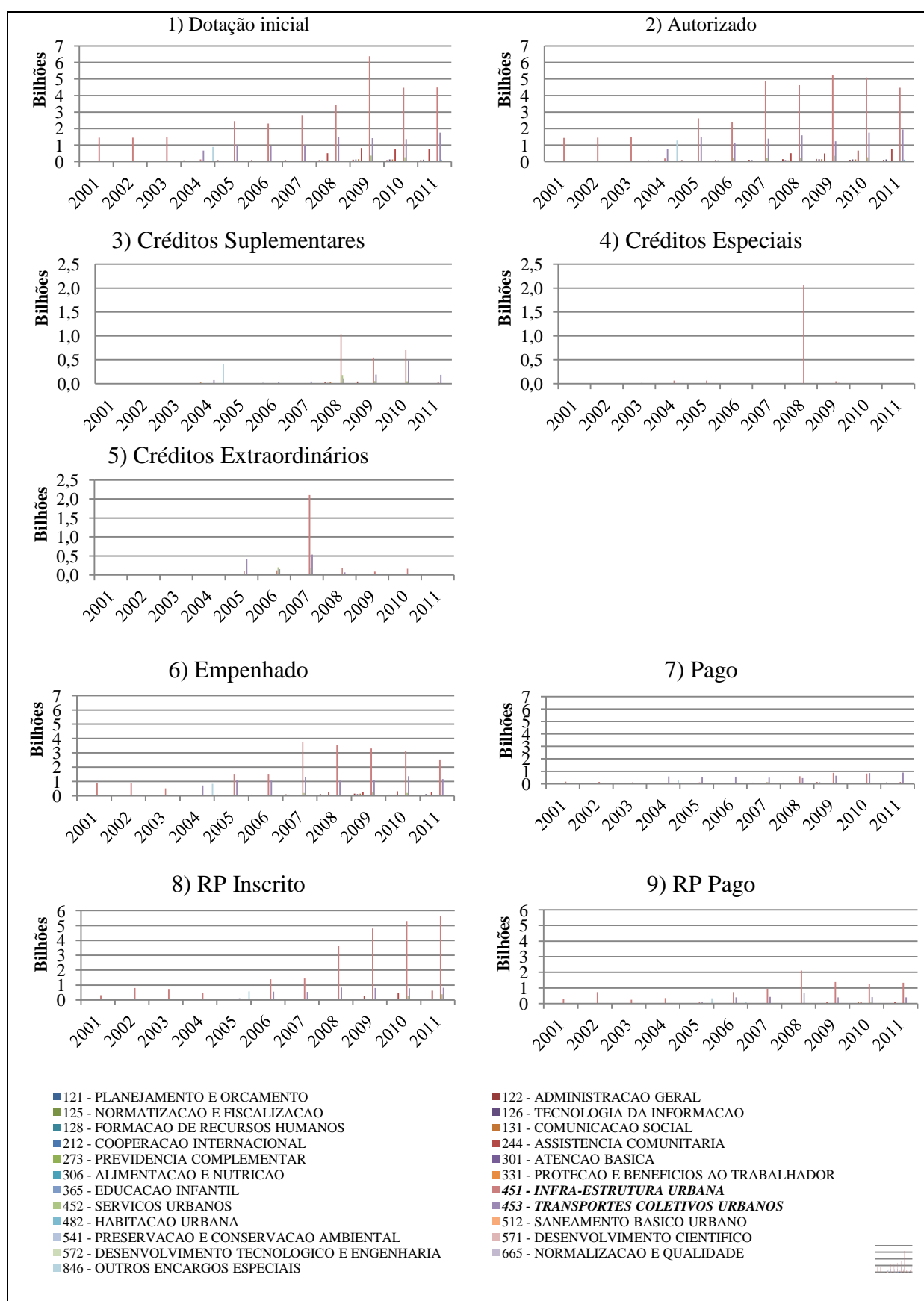
Quadro 13 - Gráficos de evolução das subfunções da função Cultura por variável - 2001 a 2011



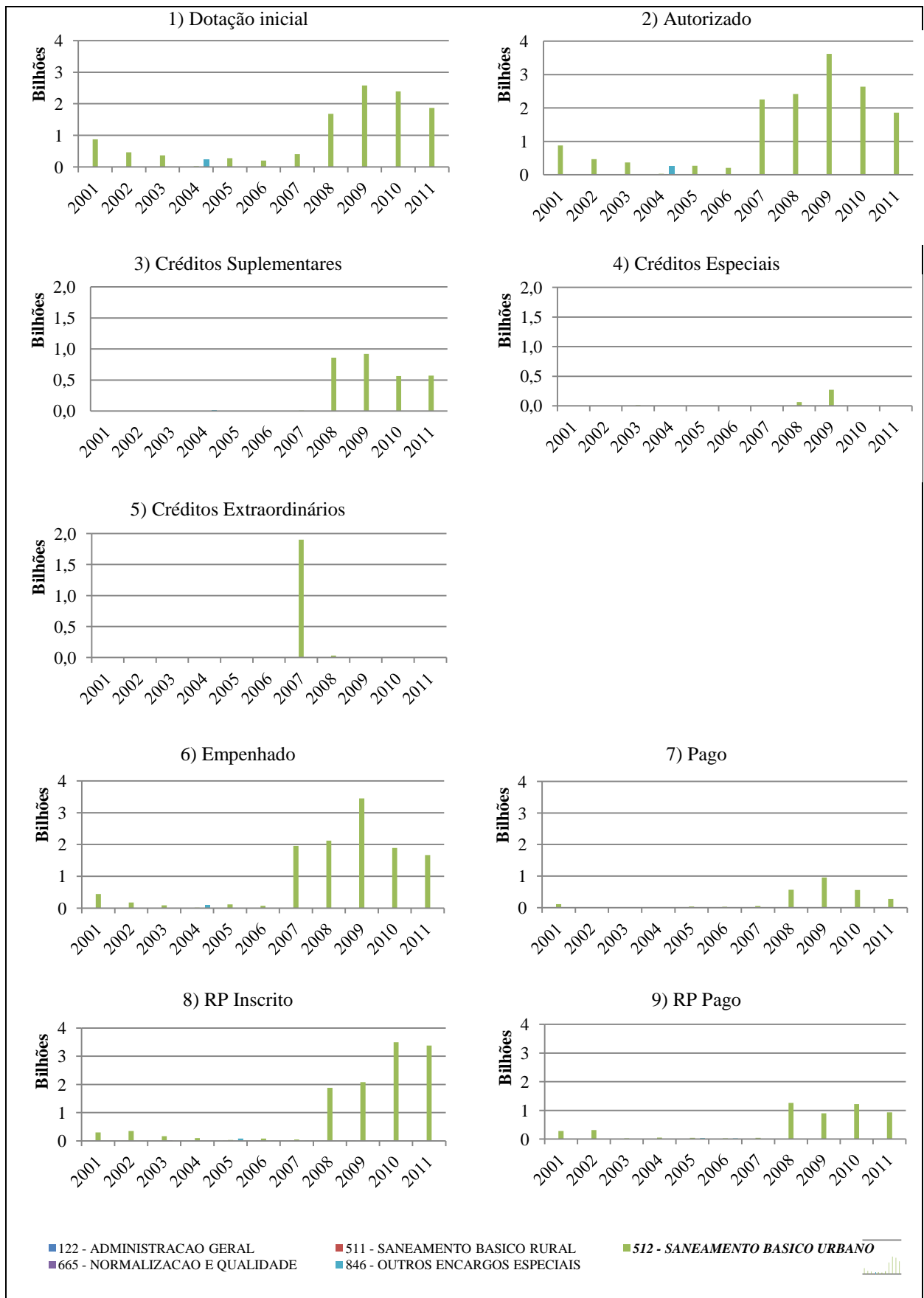
Quadro 14 - Gráficos de evolução das subfunções da função Cidadania por variável - 2001 a 2011



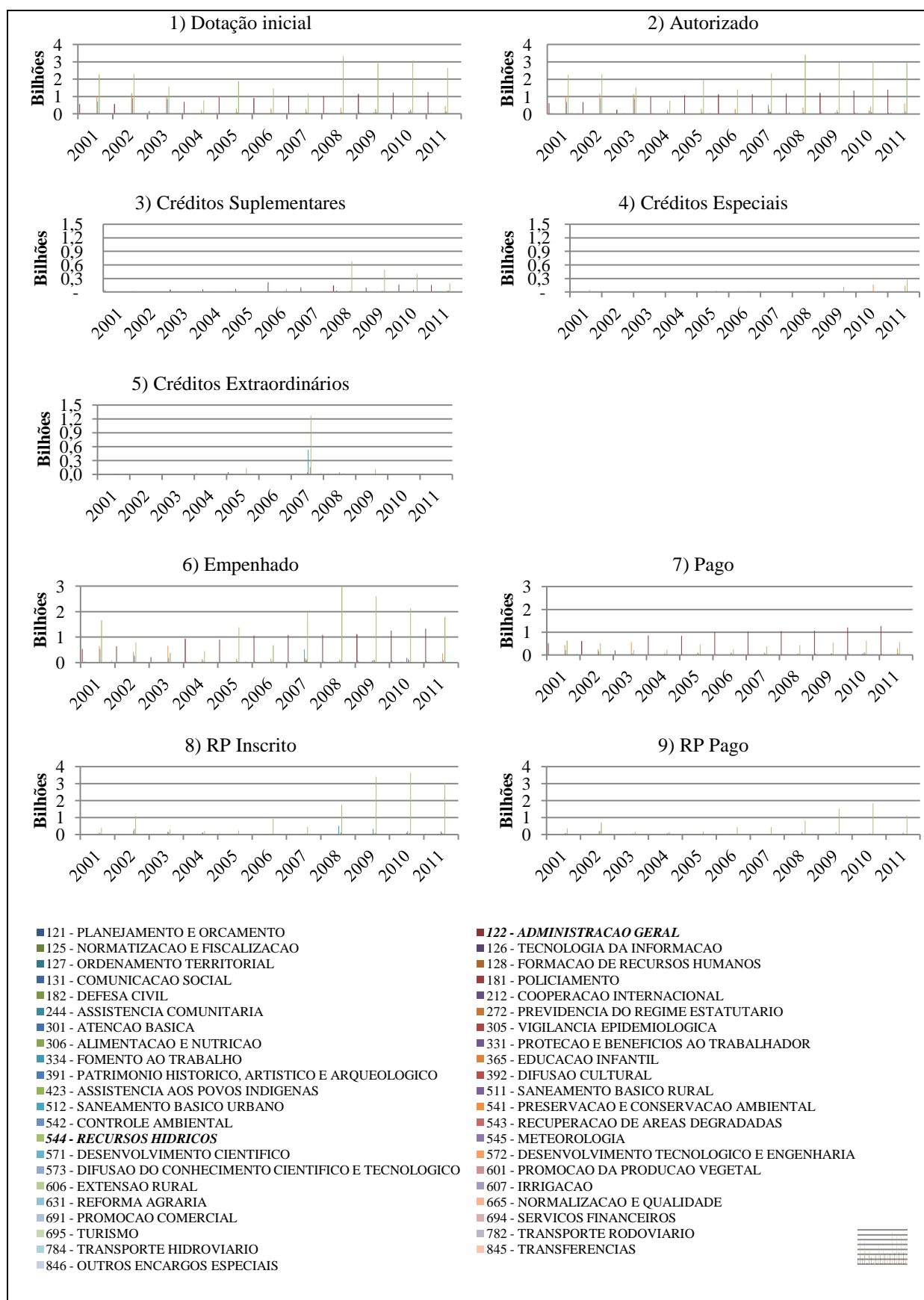
Quadro 15 - Gráficos de evolução das subfunções da função Urbanismo por variável - 2001 a 2011



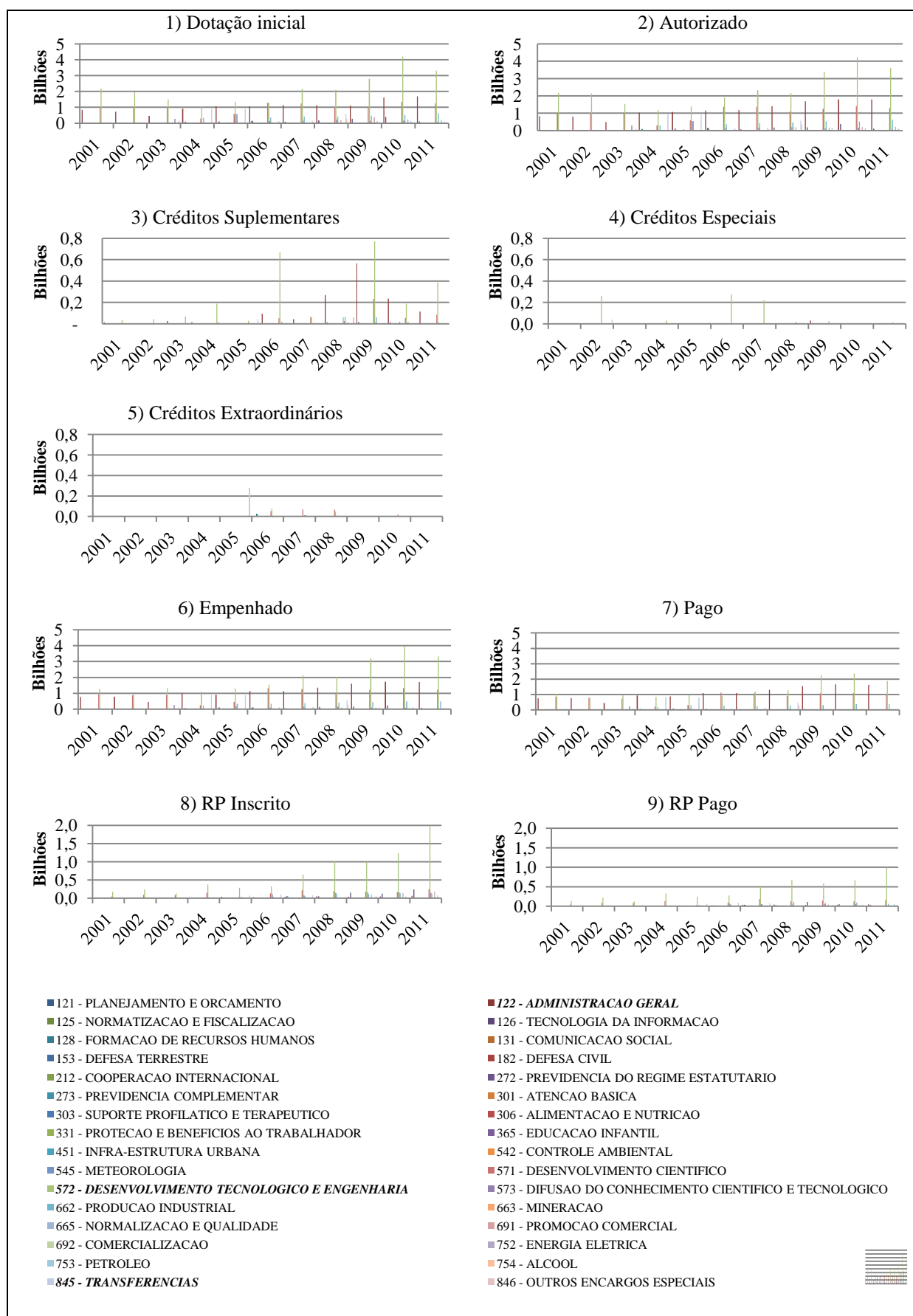
Quadro 17- Gráficos de evolução das subfunções da função Saneamento por variável - 2001 a 2011



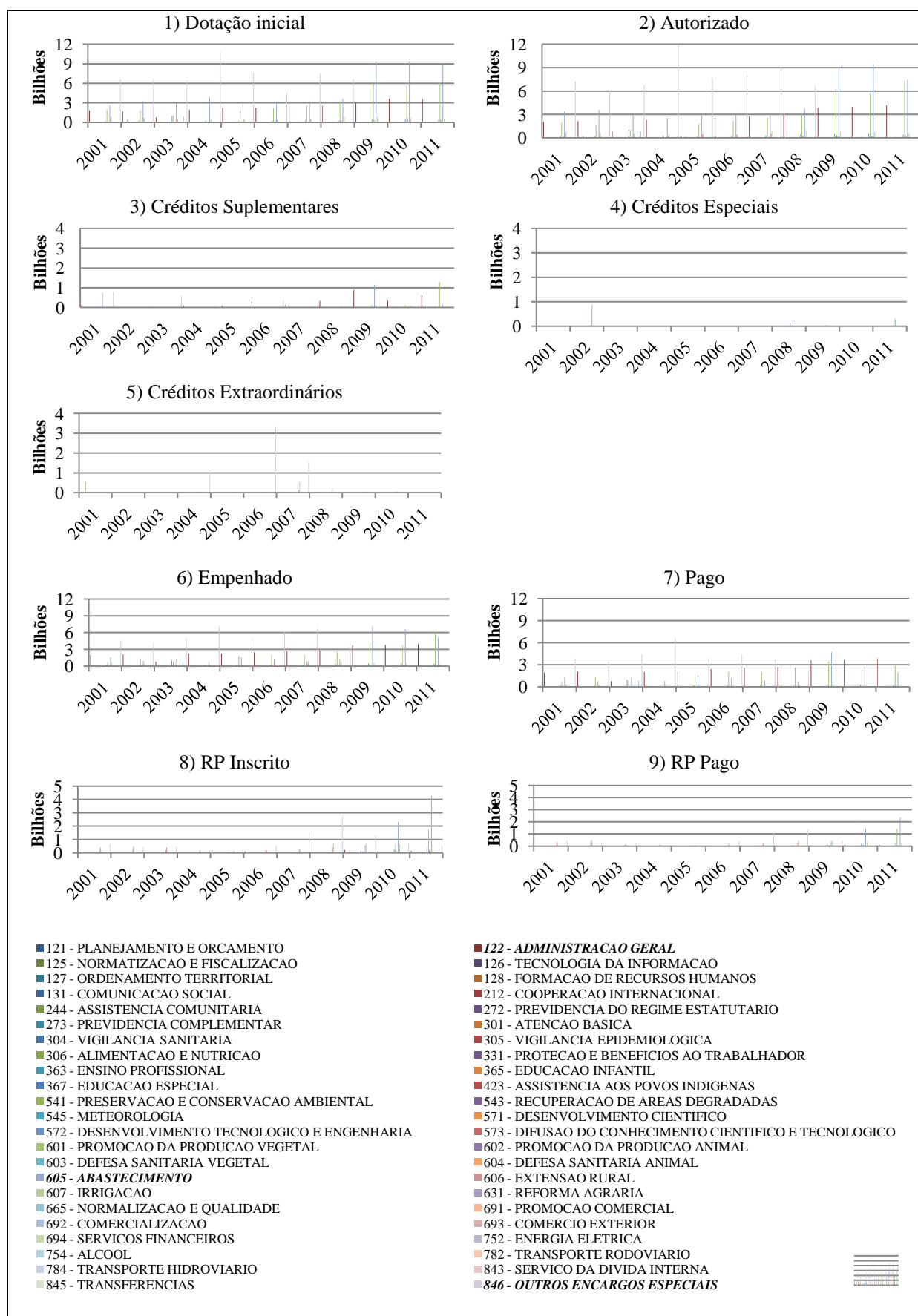
Quadro 18 - Gráficos de evolução das subfunções da função Gestão Ambiental por variável - 2001 a 2011



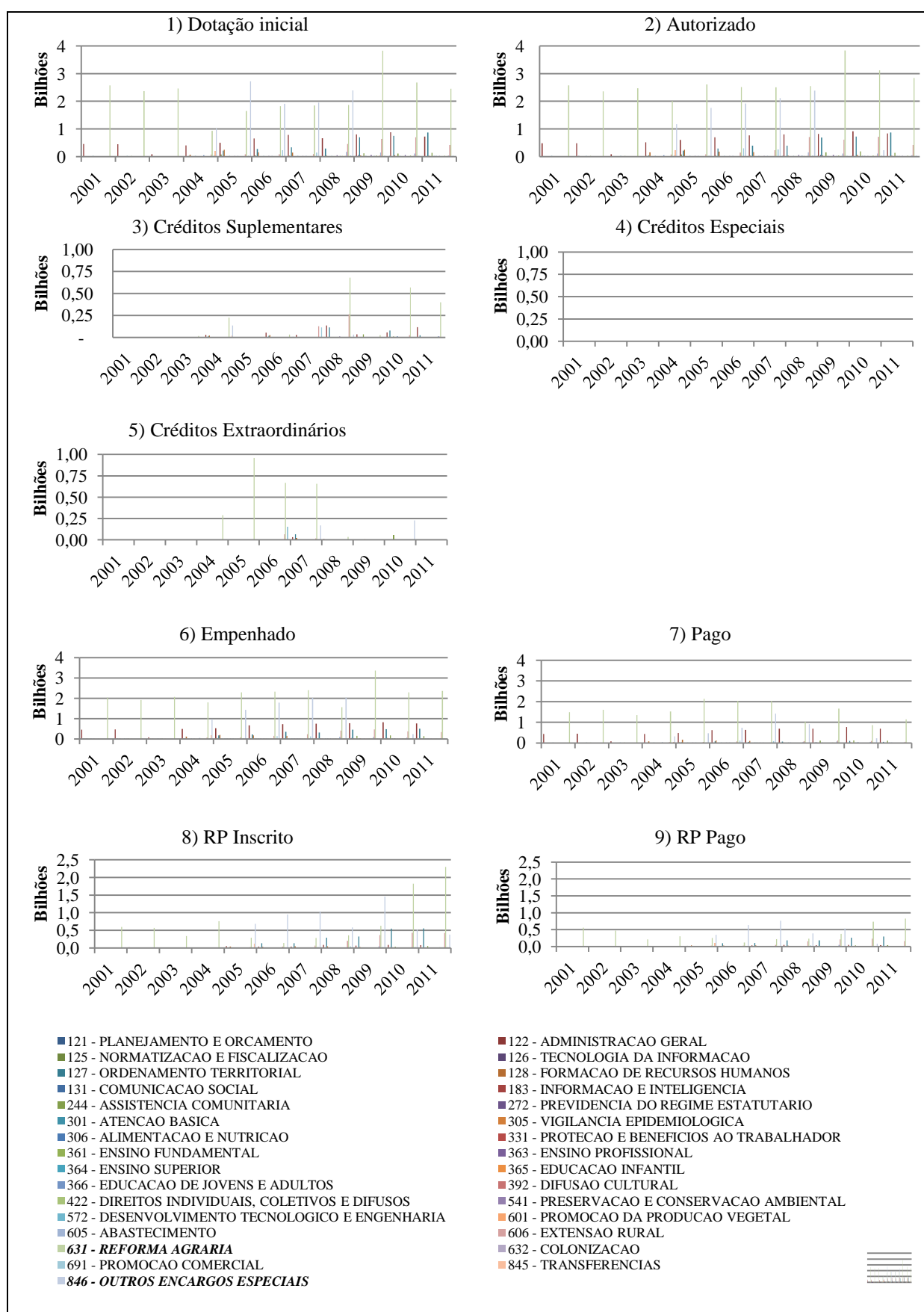
Quadro 19 - Gráficos de evolução das subfunções da função Ciência e Tecnologia por variável - 2001 a 2011



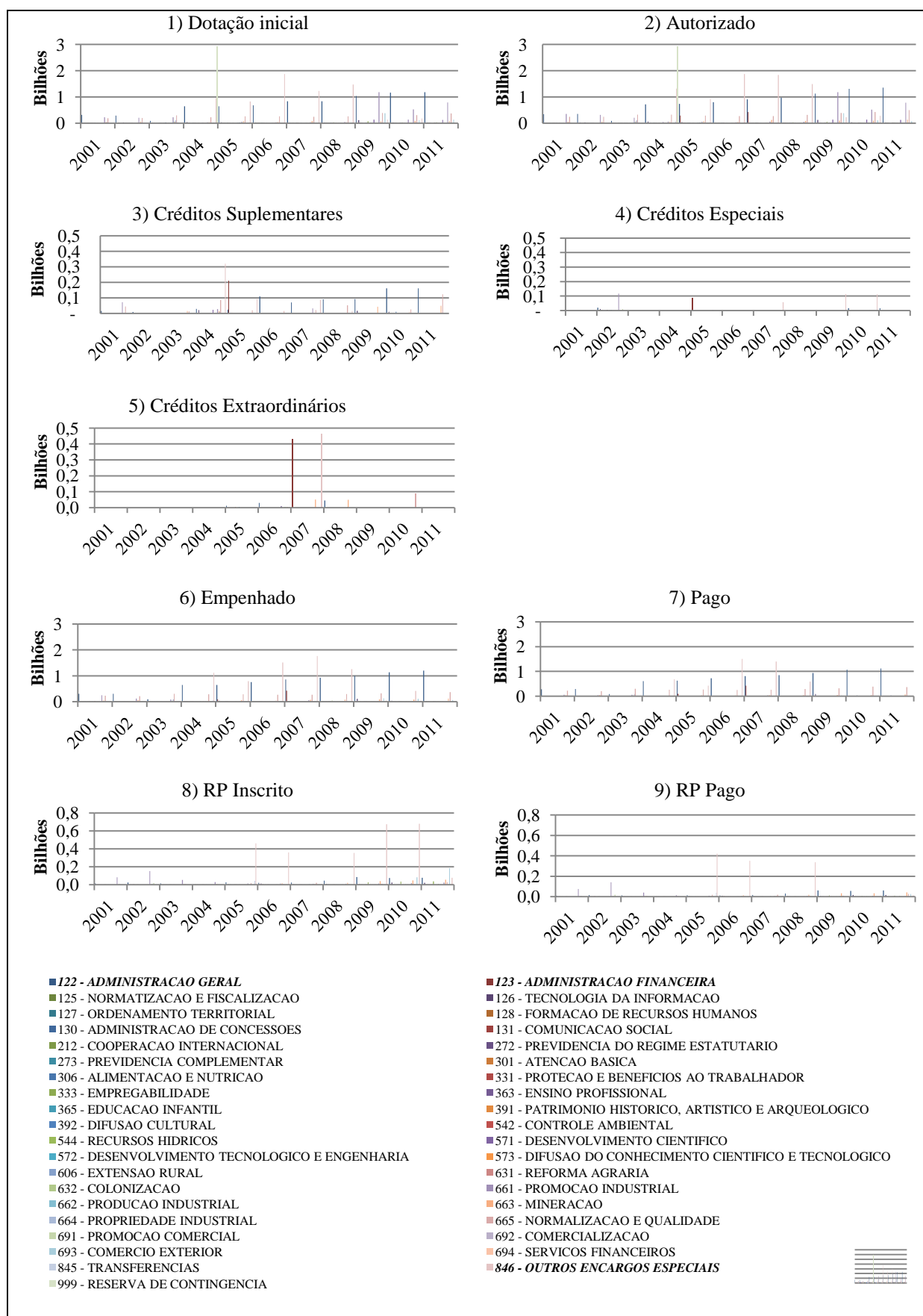
Quadro 20 - Gráficos de evolução das subfunções da função Agricultura por variável - 2001 a 2011



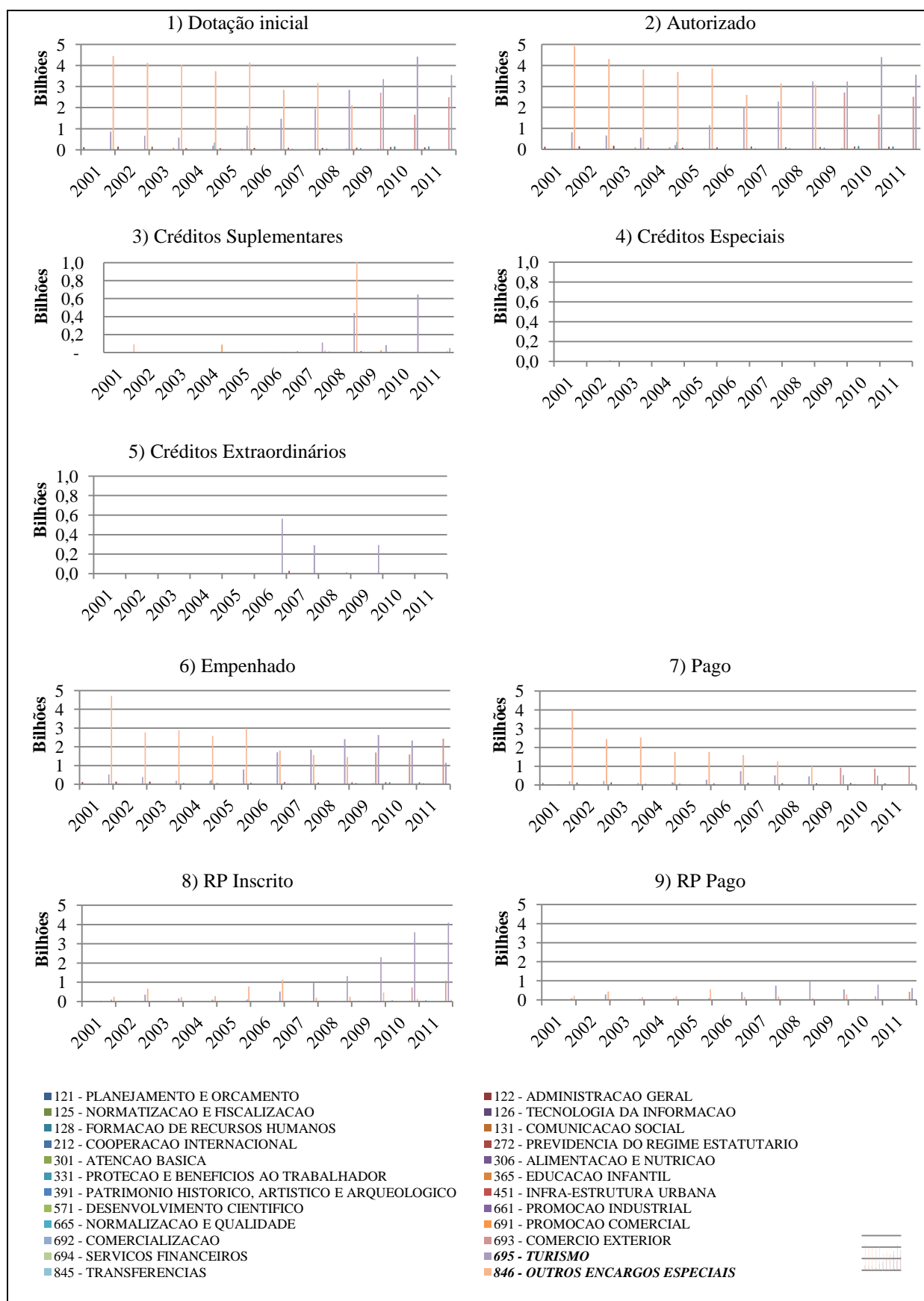
Quadro 21 - Gráficos de evolução das subfunções da função Organização Agrária por variável - 2001 a 2011



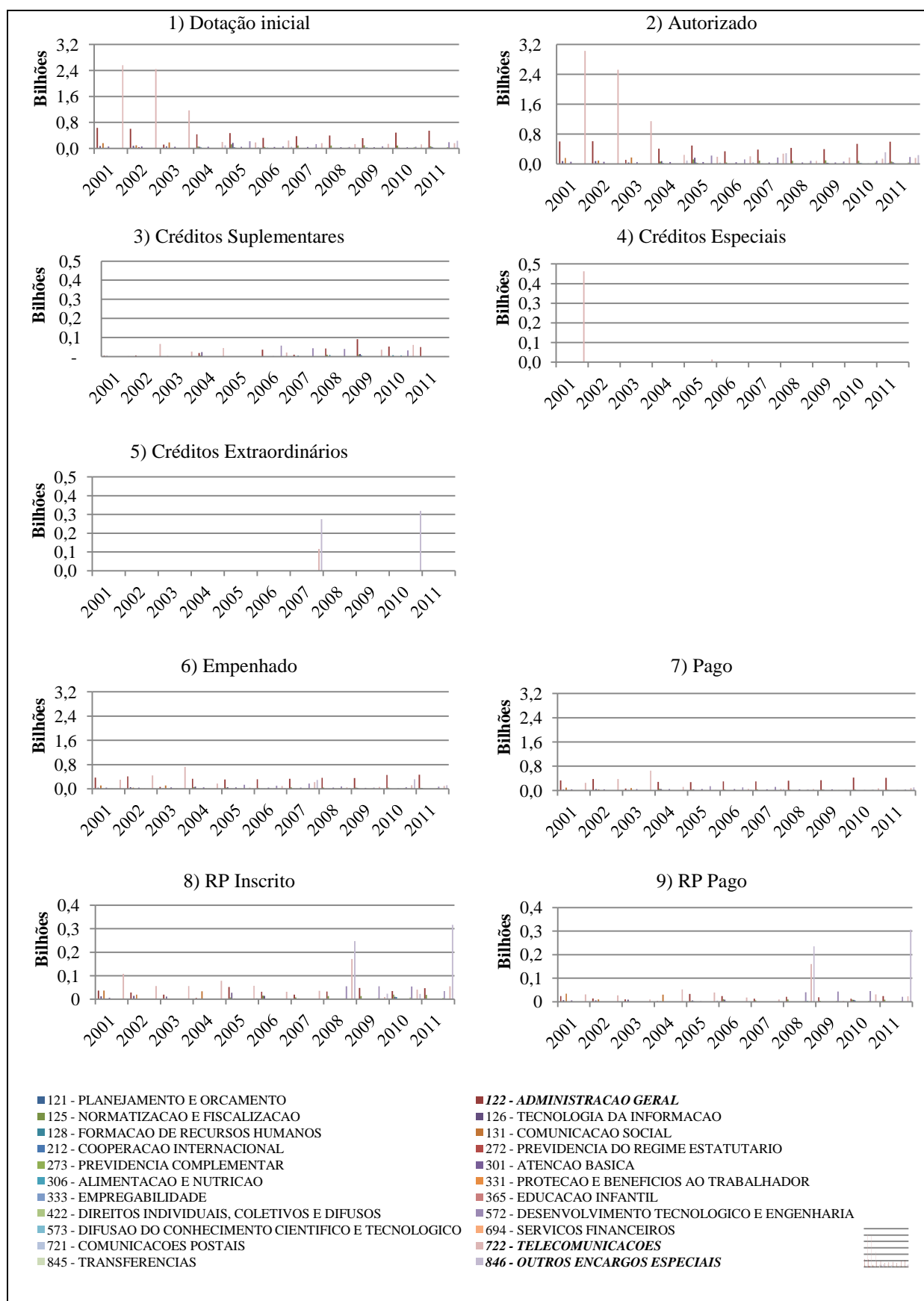
Quadro 22 - Gráficos de evolução das subfunções da função Indústria por variável - 2001 a 2011



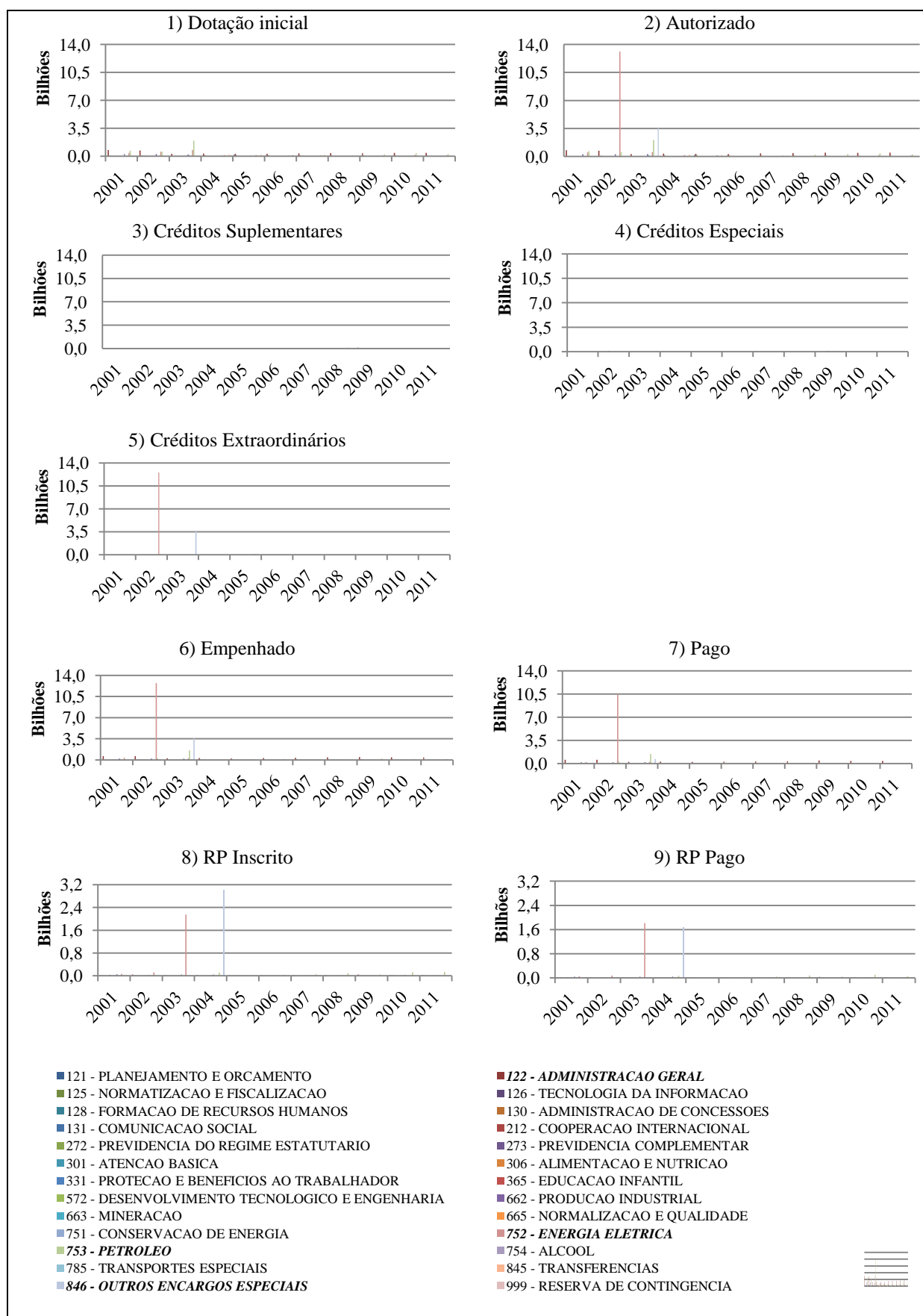
Quadro 23 - Gráficos de evolução das subfunções da função Comércio e Serviços por variável - 2001 a 2011



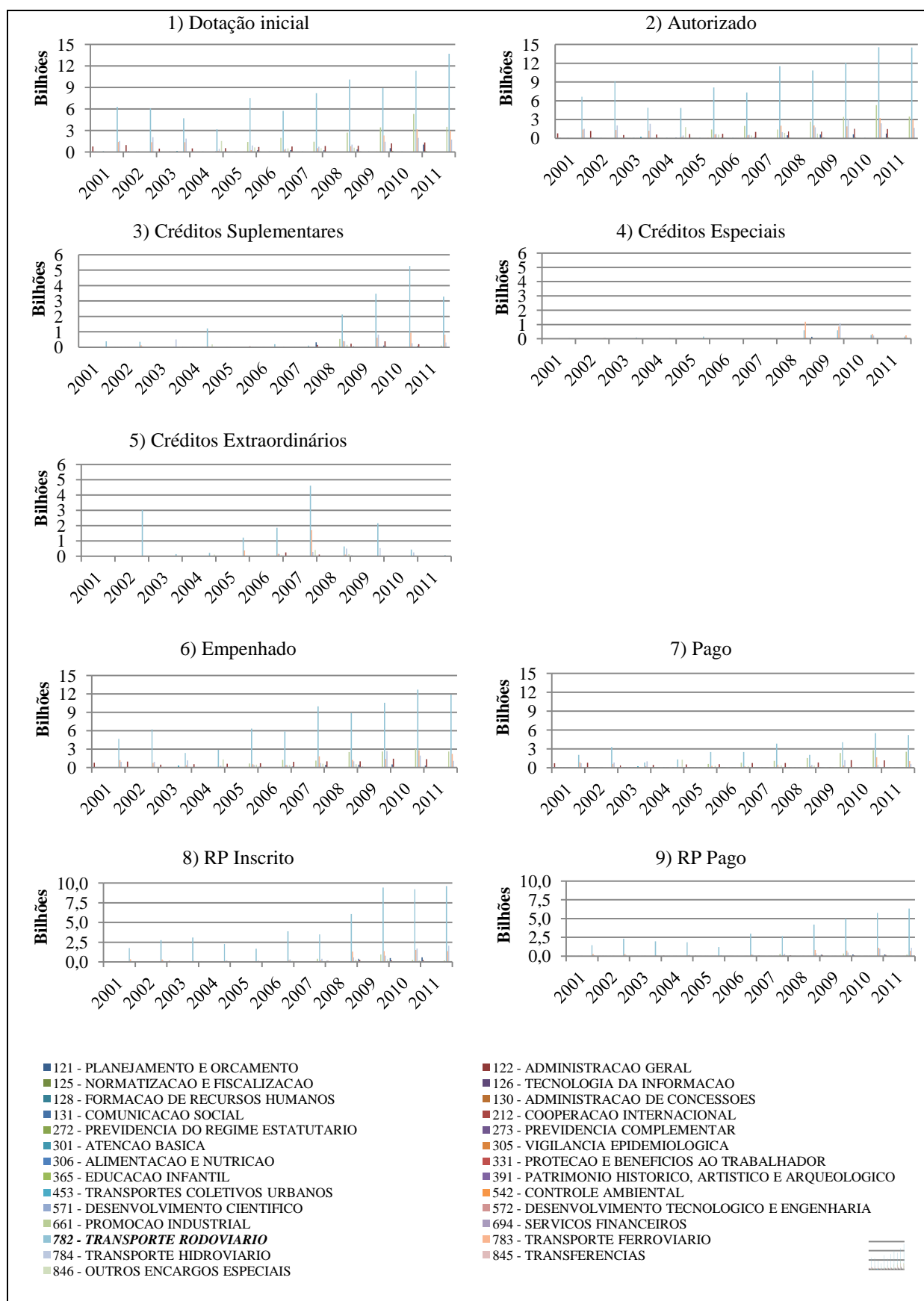
Quadro 24 - Gráficos de evolução das subfunções da função Comunicações por variável - 2001 a 2011



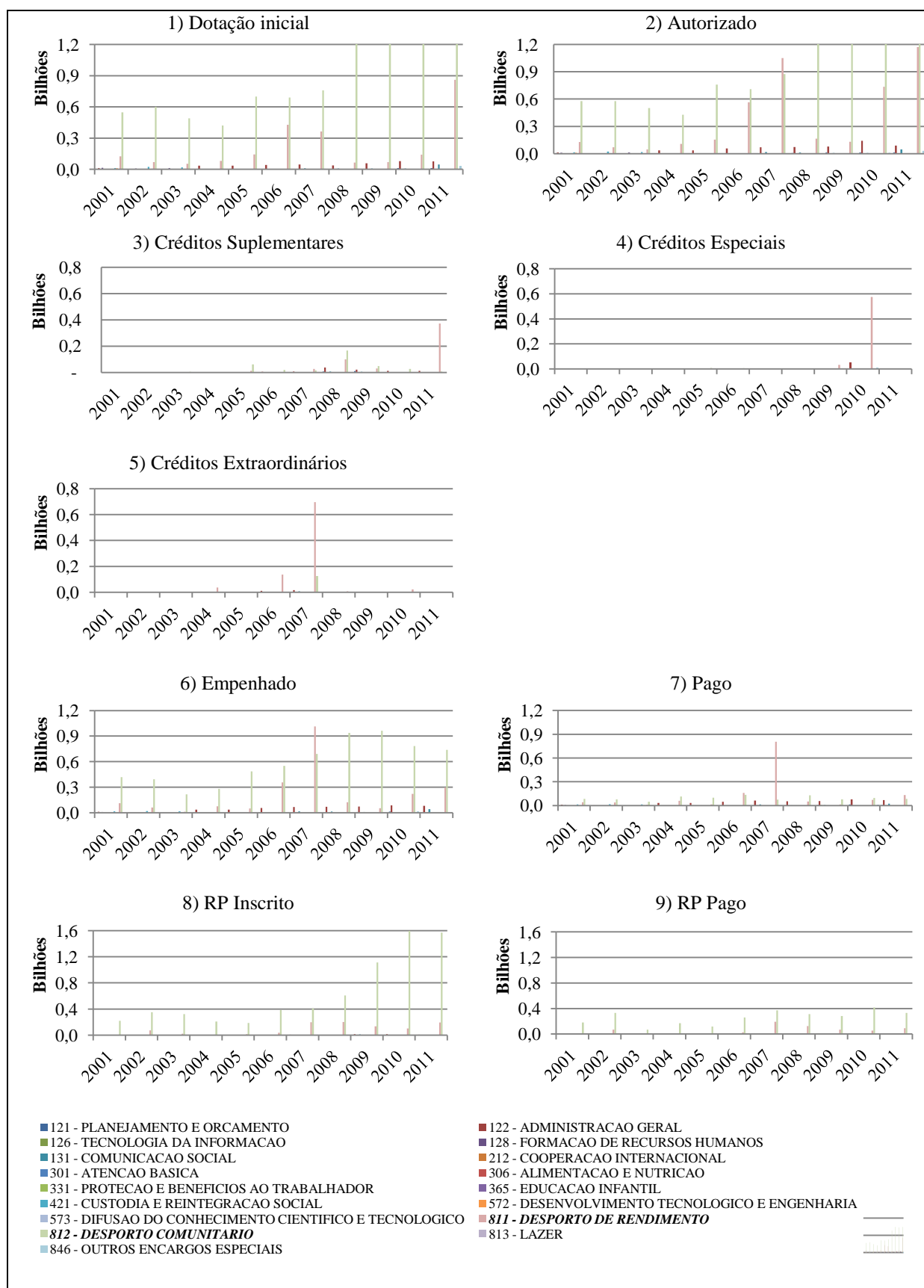
Quadro 25 - Gráficos de evolução das subfunções da função Energia por variável - 2001 a 2011



Quadro 26 - Gráficos de evolução das subfunções da função Transporte por variável - 2001 a 2011



Quadro 27 - Gráficos de evolução das subfunções da função Desporto e Lazer por variável - 2001 a 2011



Quadro 28 - Gráficos de evolução das subfunções da função Encargos Especiais por variável - 2001 a 2011

